

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 01/2026

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO

<b>Presidente:</b>	- <i>Luís Augusto de Melo Guimarães</i>
<b>1.ª Secretária:</b>	- <i>Sandra Maria Fernandes Grilo</i>
<b>2.ª Secretária</b>	- <i>Filipa da Conceição Ferreira Cerqueira</i>
<b>Hora de Abertura:</b>	- <b>09.30 Horas</b>
<b>Ata da 1.ª Sessão Extraordinária 28 de novembro de 2025</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Ata da 5.ª Sessão Ordinária 19 de dezembro de 2025</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Outras presenças:</b>	- <b>A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente <i>Vitor Manuel Correia</i> e pelos Senhores Vereadores:</b> - <i>Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Maria Helena Chéu Guedes Vaz Ferreira Rodrigues</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Cristina Maria Ferreira Passas</i> - <i>Luís Filipe Leonor Fernandes Saraiva</i>
<b>Local da Reunião:</b>	<b>Grande Auditório Do Centro Cultural de Mirandela</b>

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

### **Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Bom dia a todos. Vamos dar início aos trabalhos desta 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

Cumprimento o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara *Vitor Correia*, cumprimento os Senhores Deputados aqui presentes, Líderes das Bancadas Municipais, cumprimento a Comunicação Social, o público presente e quem nos acompanha na transmissão via *online*.

----- Feita a chamada, foram efetuadas as seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Isabel Maria Branco Barreira* é substituída pelo Senhor Deputado *Manuel Alcino Gomes*;

O Senhor Deputado *Carlos Rafael de Sousa Carvalho* é substituído pelo Senhor Deputado *Carlos José da Silva Pires*;

A Senhora Deputada *Maria Alexandra Oliveira Santos Almeida* é substituída pelo Senhor Deputado *Alexandre Mendonça Camilo*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui António Assis Melo* é substituído pelo Senhor Secretário *Sérgio Rui Rodrigues Ruivo*;

A Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* é substituída pelo Senhor Deputado *Pedro Ricardo Reis dos Santos*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Moraes Clemente* é substituído pela Senhora Tesoureira *Sónia Cristina Figueiredo Mota*;

A Senhora Deputada *Aida da Conceição Domingues Palas* é substituída pelo Senhor Deputado *Rui Manuel Contins Rodrigues*;

O Senhor Deputado *Hernâni Torres Moutinho* é substituído pela Senhora Deputada *Maria da Conceição Antas de Barros Meneres Manso*.

### **Registo de Faltas.**

*Isabel Maria Branco Barreira, Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Maria Alexandra Oliveira Santos Almeida, Rui António Assis Melo, Rita Bárbara Pires Messias, Joaquim António Morais Clemente, Aida da Conceição Domingues Palas, Hernâni Torres Moutinho, Fátima Gonçalves Ribeiro, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso e Nuno José Gonçalves Nogueira.*

**Apresentaram justificação de Faltas:**

- *Isabel Maria Branco Barreira*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Maria Alexandra Oliveira Santos Almeida*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Rui António Assis Melo*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Rita Bárbara Pires Messias*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Aida da Conceição Domingues Palas*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Hernâni Torres Moutinho*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Fátima Gonçalves Ribeiro*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.
- *Nuno José Gonçalves Nogueira*: Sessão de 20 de fevereiro de 2026.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 1.ª Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026, dos membros mencionados.

----- **Eleição da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vamos iniciar um período de trabalho que espero que seja frutífero. Hoje estou sozinho na Mesa, a *Rita Messias* está de férias no estrangeiro e a *Aida Palas* encontra-se ausente devido à doença de um familiar, que exige a sua presença.

De acordo com a lei, quando falta um elemento, posso nomear alguém da Bancada que entenda. Quando falta a maioria, que é o caso, essa substituição tem de ser votada.

Vamos, então, proceder à votação, que terá de ser por voto secreto, também segundo a lei. Vou fazer uma proposta de dois nomes; se mais alguém entender apresentar outra proposta, poderá fazê-lo e haverá votação.

Eu proponho, para Primeira Secretária a Senhora Deputada *Sandra Grilo* e para Segunda Secretária a Senhora Deputada *Filipa Cerqueira*.

Há mais alguma proposta? Não havendo, vamos votar esta lista única.

----- Foi presente para votação a seguinte lista:

Lista A: Primeira Secretária *Sandra Grilo*, Segunda Secretária *Filipa Cerqueira*.

----- Efetuada a votação e estando 59 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com 49 votos na Lista A, sete votos em branco e três votos contra, eleger a Senhora Deputada *Sandra Grilo* como Primeira Secretária e a Senhora Deputada *Filipa Cerqueira* como Segunda Secretária.

**1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 28 de novembro de 2025 e Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2025.**

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Por uma questão de uniformização de critérios, é o seguinte: eu iria intervir a seguir, porque há uma pequena correção a fazer, mas, como isto já aconteceu anteriormente, pedi desde já a palavra. Por exemplo, na página 17 aparece a referência “*Virgílio Tavares Move*”, mas noutros locais surge “*Virgílio Tavares MD*”, ninguém sabe o que significa “MD”, pelo que agradecia que fosse escrito “*Move Mirandela*” ou apenas “*Move*”.

Aproveito também para corrigir uma situação, embora a Segunda Secretária hoje não esteja presente, referiu-se várias vezes ao nosso movimento apenas como “*Move*”, o nome correto é “*Move Mirandela*”.

Fica apenas esta retificação, porque, quando as pessoas consultam, por exemplo, as Comissões aqui mencionadas, aparece o meu nome com a sigla “MD” à frente e quem faça alguma pesquisa questiona-se sobre o que significa “MD”, era só essa correção que gostaria que fosse feita posteriormente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Com certeza, tem toda a razão. Vamos proceder a essa ratificação.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

São pequenas incorreções de texto, tenho aqui o texto e faço-o chegar à Mesa. Depois, fazem a alteração ou peçam ao secretariado que proceda à respetiva correção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Quando a ata é enviada, pedimos que nos sejam comunicadas de imediato quaisquer alterações ou correções, pois é nessa altura que devem ser feitas. Posteriormente, enviaremos uma segunda versão da ata com as retificações que nos chegarem.

Como não recebemos nada, avançamos com esta versão. No entanto, embora já seja tarde para fazer alterações de pormenor, não há problema: faremos as devidas correções. Considerem que são poucas e votem com base nisso.

----- Efetuada a votação e estando 59 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata 1.ª Sessão Extraordinária de 28 de novembro de 2025.**

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, pedia que, na página 13, na linha 4, onde está “e falar ou não deste todo aquele assunto”, fosse substituída a palavra “todo” por “ou”, ficando “e falar ou não deste ou aquele assunto”. É importante, porque são sentidos diferentes.

Depois, sensivelmente a meio da minha intervenção, na penúltima linha dessa intervenção, onde está “o que é que o Senhor Presidente da Câmara”, não deve ser “Câmara”, mas sim “Assembleia”. Era só isso que eu queria que corrigissem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como eu digo, no futuro, vamos tentar fazer estas pequenas correções antecipadamente, para quando a ata for enviada pela segunda vez, já estar, de facto, sem qualquer incongruência.

----- Efetuada a votação e estando 59 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2025.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu começo por manifestar, em nome da Mesa e de todas as bancadas, através dos seus líderes, porque assim me foi solicitado, as condolências ao Senhor Presidente da Câmara pela tragédia que lhe bateu à porta há bem pouco tempo.

Senhor Presidente, as condolências de todos; é essa a vontade expressa institucionalmente.

Antes de irmos para o segundo ponto da ordem do dia, dizer o seguinte: agora vai intervir o público. Nós temos estado a tentar corrigir aqui algumas pequenas questões com as intervenções do público. Para já, o Regimento foi aprovado e vai-se manter. Nós, na Comissão Permanente, temos falado disso com frequência. Estamos a estudar as situações até ao fim do ano. O regulamento irá ter algumas pequenas correções, possivelmente também terá essa.

Entretanto, hoje ainda não deu. Eu vou tentar que as câmaras foquem o público no sítio onde vão falar e que apareça projetado aqui no ecrã, para todos os que estão à frente poderem ver quem fala, tenham paciência, até que seja feita essa correção, o público vai ter de continuar a falar do seu lugar e no microfone que está exposto.

## 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

### 2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *MARIA INÊS SILVESTRE* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A AIC é uma associação sem fins lucrativos, que tem vindo a desenvolver campanhas de solidariedade na nossa comunidade mirandelense, neste sentido, dirijo-me a este Órgão para que possamos realizar uma intervenção articulada com o Município de Mirandela.

Senhor Presidente da Assembleia, sabe que não é a primeira vez que venho a este Plenário demonstrar a nossa boa vontade em colaborar, mas também precisamos de ser ouvidos e que nos permitam ajudar quem precisa, assim, hoje espero não sair daqui sem uma resposta. Temos o Mercado Municipal, que este Executivo tem intenção de estruturar e onde pretende realizar obras, para além dessa necessidade, é preciso revitalizar o espaço, ocupar as lojas que aí estão e entregá-las a quem deseja utilizá-las, evitando que permaneçam desocupadas.

A AIC tem um projeto para uma loja solidária, mas não dispõe de espaço físico para concretizar este projeto, uma parceria com o Município pode fazer a diferença na vida de muitas pessoas. O custo de vida está elevado e muitas famílias não conseguem fazer face a todas as despesas, com este projeto, podemos garantir a satisfação de necessidades de primeira ordem. Comprometemo-nos a ser parte integrante da revitalização do Mercado Municipal, utilizando o espaço com urbanidade.

Existe a intenção de alterar os protocolos atuais das lojas existentes no mercado? Atualmente, a ocupação das mesmas é vitalícia e passa de geração em geração, mesmo quando não estão a ser utilizadas. O regulamento em vigor encontra-se disponível para consulta pública?

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *HELENA BRÁZ* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O meu nome é *Helena Bráz*, sou natural de Mirandela e regresssei há cerca de dois anos, depois de 12 a viver em Lisboa. É a primeira vez que participo na Assembleia Municipal e hoje trago dois temas distintos, que penso merecer alguma atenção e reflexão.

O primeiro tema está relacionado com segurança e com a fraca acessibilidade ao Centro de Infância Miminho, para quem não tem crianças ou para os mais distraídos, trata-se do infantário que fica próximo do hospital, à frente do infantário não tem qualquer indicação de zona de tomada e largada de crianças, o que faz com que haja sempre carros estacionados durante todo o dia naquele espaço, além disso, existem vários caixotes do lixo que, segundo informações que me foram passadas, foram colocados ali aquando das obras na rua lateral que vai para o Intermarché, entretanto, as obras terminaram e os caixotes não regressaram.

Todos os dias, pais e mães circulam no bairro à procura de um lugar onde estacionar para rapidamente deixar os filhos, a circulação nesta rua ficou caótica desde que veículos pesados deixaram de passar na Ponte Nova, como solução, muitos pais acabam por estacionar em segunda fila ou junto aos caixotes, para rapidamente deixar as crianças, é compreensível, considerando que falamos de pais e mães com crianças pequenas, muitas vezes de colo, com guarda-chuvas e toda a atenção necessária para atravessar a estrada, entretanto, o caos permanece na rua, dada a grande circulação. Já reportei esta situação duas vezes através da aplicação “MirandelAtenta”, mas não obtive resposta.

Uma possível solução seria colocar uma placa de tomada e largada de crianças, com períodos definidos de manhã e à tarde e retirar os caixotes do lixo para disponibilizar esse espaço adicional, há um bom exemplo na cidade em frente à Esproarte, onde o espaço marcado se mantém sempre desimpedido, nesse caso falamos de crianças e jovens, não de bebés. Para mim, este tema é urgente e deixo-o para análise.

O segundo tema que trago, curiosamente, coincide com o tema da D. Inês e diz respeito ao Mercado Municipal, nomeadamente ao arrendamento de espaços. Ao observar o mercado, percebe-se que a grande maioria das lojas está ocupada, mas encerrada, muitas pessoas utilizam as lojas como armazéns, é possível ver lixo, caixotes abertos espalhados pelo chão, etc, além disso, existem lojas efetivamente fechadas e outras que servem de armazém para o Município, como se verificou durante o Festival do Rancho.

Regressada à minha terra natal, com intenção de me instalar profissionalmente e criar um espaço aberto à comunidade, questionei os serviços do Município sobre o funcionamento dos arrendamentos, fui informada, muito simpaticamente, que funcionam através de sorteio, mas que não haveria novos sorteios em breve, porque o mercado vai ser remodelado.

Neste tema, deixo apenas algumas questões, lojas ocupadas com lixo, faz sentido? Existe acompanhamento destes arrendamentos? Com os preços tão elevados de arrendamento na cidade, não faria sentido facilitar o acesso ao Mercado para quem quer investir? É realista não fazer novos sorteios devido às iminentes obras de remodelação? As obras começarão tão brevemente que até lá não pode haver atribuição de lojas? Falamos muito em inovação, fixação de pessoas e criação de meios e serviços atrativos, mas quando se pretende arrendar uma loja no Mercado Municipal, a resposta é negativa.

Agradeço a vossa atenção e desejo um bom trabalho a todos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *ANA MARIA SANTOS* do Cachão disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O meu nome é *Ana Maria Rodrigues Gonçalves dos Santos*, residente no Cachão, sou mãe de um aluno da Escola Luciano Cordeiro de Mirandela, já ando há três anos e meio na justiça contra a Escola Luciano Cordeiro, por auxiliares da Câmara e do

quadro da Câmara agredirem esta criança numa sala de CA, como o Senhor Presidente já está ao corrente, penso eu que a Dr.ª *Júlia Rodrigues* passou-lhe a palavra e outras crianças do estilo.

Ponto número um, Senhor Presidente, eu estou a trabalhar fora e estou aqui hoje porque o meu filho tem exames legais a fazer perante os incumprimentos e o desleixo da Câmara Municipal, bom, passo a citar.

O que é que a Câmara resolveu até hoje por via das Auxiliares e que propostas que contratou e que propostas que tem a apresentar às pessoas, a contratação das mesmas para as escolas para lidarem com as nossas crianças? Que elementos solicitam a estas pessoas? Cadastro, referências? Não sei, deixo na vossa intuição de responder.

Ponto número dois, como a Câmara escolhe funcionárias sem saber o tipo de patologias psicológicas, outros problemas de saúde mentais que possam ter, para lidar com crianças, agora o meu filho tem 13 anos, mas na altura tinha 6 anos. Prontos.

Ponto três, os professores da direção das escolas e coordenadores das escolas são escolhidos por quem? Tem que haver uma assembleia ou uma mesa que escolhe estas pessoas, correto, Senhor Presidente?

Número quatro. É normal que uma Vereadora da Câmara Municipal de Mirandela diga a uma mãe quando apresenta a situação pessoalmente à Câmara, das agressões principais de uma auxiliar contra o filho, dizer assim: "Ó mãe, quem vê caras não vê corações." Peço desculpa, Senhor Presidente, isto não se diz a uma mãe, é vergonhoso. é vergonhoso como mãe, ando há três anos e meio a lutar, contra a justiça de uma escola, contra funcionários de uma Câmara que contrata pelo desemprego sem saber o que fazem ou deixam de fazer, a baterem nas nossas crianças e fazem uma mãe andar a gastar dinheiro em advogados, a recorrer a instituições de Lisboa, porque em Mirandela abafam a situação. Desculpem o meu termo, é a realidade.

Eu hoje já tenho um processo no Tribunal de Direitos Humanos contra todas as entidades do Estado em questão. Eu sou mãe, ele custou-me a criar, tem um problema de saúde, sim. olham para ele, ninguém o diz correto, mas estou aqui para defender os interesses dele e de outras crianças iguais.

Ponto número cinco, as refeições das escolas, já saiu no jornal recentemente, sim, no mesmo jornal onde eu publiquei as agressões do meu filho recentemente, penso que já não é do desconhecimento de ninguém em Mirandela e nas aldeias ao lado e em todo Portugal. É assim, as refeições é uma pouca vergonha, peço desculpa usar este termo, porque os pais vão à Aplicação no computador na página da Escola, vão escolher a refeição do aluno, não é? Que é assim, o meu filho tem um papel médico passado por uma nutricionista para comer certas coisas e não comer outras. A escola e a cantina não fazem caso, a Câmara não faz caso. Ando desde novembro do ano passado a falar com a Dr.ª *Madalena* e com a Dr.ª *Catarina* da Educação por causa justamente das refeições. O e-mail que me foi reenviado, Senhor Presidente, há duas semanas, por parte da Dr.ª *Catarina* foi: "ó mãe, peço desculpa, mas a escola e a empresa faz com aquilo que tem." Não é assim, ou é e está exposto para uma lista ou não é?

Ou é ou não é, Senhor Presidente e não é os pais, supostamente as suas funcionárias, peço desculpa, dizerem aos pais: "Olhe, vão à escola de manhã, perguntem na cantina o que é comida." Peço desculpa, eu vou fazer 2000 km todos os dias para ir perguntar à cantina o que é comida para o meu filho. Será isso, Senhor Presidente? Esse é o outro ponto.

Depois tem outro ponto que também tenho vindo a solicitar que é as reabilitações das casas desde 2022, Senhor Presidente, desde 2022, vou ser mais precisa, desde 14 de 2022 a minha mãe fez o pedido para a reabilitação da casa, até ao dia de hoje ainda nada se sabe, ou seja, antes da Dr.ª *Júlia Rodrigues* ir para Lisboa para o Parlamento, tivemos uma reunião com ela na Câmara Municipal onde ela disse que o problema ficava resolvido até ao fim de setembro, não ficou, Senhor Presidente. Eu recorri a várias entidades do Estado pela escola Direitos do meu filho em Lisboa, tomei a iniciativa de ir ao IHRU diretamente e saber outras informações, o qual me foi transmitido que o problema está aqui na Câmara, ou seja, Senhor Presidente, desde 2022 muita coisa foi reabilitada, muitas casas foram reabilitadas de outras pessoas que têm residência secundária, o que não é justo, nem é correto.

Faço-me a citar de outra questão, Senhor Presidente. Gostaria que a partir de hoje a Câmara tomasse iniciativas para poder ver os direitos das nossas crianças nas escolas, porque há recentemente pedófilos nas escolas Luciano Cordeiro...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Queira concluir, por favor, mas pode terminar o raciocínio.

----- A Senhora Múncipe *ANA MARIA SANTOS* do Cachão disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, peço desculpa, Senhor Presidente. Agradecia que já não é do desconhecimento de toda a gente, fiquei a saber ontem, o que eu já desconfiava como mãe. Há pedófilos na Escola Luciano Cordeiro. Tentaram abafar o caso, mas recentemente toda a gente fala. É assim, são nossas crianças, eu vou lutar pelos do meu filho, eu terça-feira tinha uma reunião em Lisboa no Parlamento para expor todas as entidades aqui em questão. Com licença. Bom dia.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Múncipe *MANUEL DE ALMEIDA* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Em primeiro lugar, sendo esta a primeira reunião do ano de 2026, quero desejar a todos um bom ano, com muita saúde, muitas felicidades e acima de tudo, com muitas boas decisões para o nosso concelho, que bem precisa.

É a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia e antes de falar, embora a Senhora já não esteja presente, gostaria de me solidarizar com ela, como pai, estou ao lado dela.

O que venho trazer é um problema que para muitos pode parecer pequeno, mas para mim é importante. O Senhor Presidente da Assembleia tocou no assunto antes de começarmos esta reunião, mas desculpe-me, não resolveu nada.

Esta casa é a casa do povo e devia ser aqui que o povo se sentisse à vontade para falar e para se dirigir aos seus eleitos e não estarmos na situação atual, neste triste quadro em que o eleito se dirige aos seus eleitos e eles estão de costas para si.

Senhor Presidente da Assembleia, como professor, certamente os seus alunos falavam de frente para si, noutros contextos, falamos diretamente com as pessoas presentes, aqui estou a falar para as costas daqueles que elegi, todos vocês que estão aqui. Vocês estão presentes porque nós votámos, são nossos representantes e os nossos representantes não podem ouvir-nos de costas, devemos falar olhos nos olhos.

Quando há dez minutos, o Senhor Presidente disse que iria alterar a posição, não o fez porque não quis, o púlpito está ali, em cima do palco, bastaria dizer, “Senhores, façam favor, dirijam-se aqui”, isso sim é democracia. Admira-me que o Senhor Presidente, vindo de um partido que se diz popular, do povo, tenha esta atitude, afastando o público, escondendo-o e não permitindo que diga aquilo que sente numa casa que é dele, esta casa é nossa, nós somos os donos desta casa, a casa pertence aos mirandelenses. Eu, embora não seja natural de Mirandela, estou cá há 34 anos e tenho raízes familiares na cidade desde pequeno, por isso, sinto-me tão mirandelense como qualquer um de vocês.

Senhor Presidente, é necessário pôr dignidade e respeito nesta Assembleia, essa dignidade e respeito só se manifestam quando o público fala de frente para os seus eleitos, dizendo-lhes cara a cara, olhos nos olhos, aquilo que tiver que dizer. Espero que todos os Partidos e Movimentos aqui presentes cumpram o seu trabalho e façam com que esta situação seja alterada. Errar é humano, corrigir o erro é seriedade, admitir o erro é humanidade, continuar no erro é teimosia e prepotência.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como é costume, quando se dirigem a mim, procuro responder de imediato.

Tenho algumas dúvidas sobre o que o público pretende, se é ser ouvido ou apenas ser visto. Esta casa, este auditório, pertence aos mirandelenses., hoje realizamos uma reunião da Assembleia Municipal, onde o público pode estar presente e intervir. Quando se fala do público, os cidadãos não se devem dirigir aos Senhores Deputados Municipais, mas sim ao Presidente da Assembleia ou ao Presidente da Câmara, olhos nos olhos, frente a frente. Durante anos, as intervenções do público decorreram ali e estão a ser legais, porque existe um Regimento aprovado nesta Assembleia que assim o determina. Estamos a demonstrar boa vontade para resolver esta questão, mas não é no espaço dos Deputados Municipais que isso se faz, fica já assente.

O público deve trazer à Assembleia questões de interesse municipal, a intervenção do público deve centrar-se em temas que sejam relevantes para o concelho. Enquanto o Regimento se mantiver, quem quiser falar, fala do local indicado, isso não impede que o público seja ouvido, quer aqui, quer em casa. O que realmente interessa são as mensagens de interesse municipal que o público traz, que sejam claras, pertinentes e centradas no interesse municipal, nós ouvimo-las e estamos recetivos, não se trata de discussões pessoais, nem de assuntos alheios à Assembleia.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente da Câmara, no mês de agosto escrevi-lhe uma carta que, até ao momento não obtive resposta, ignorou a carta, ignorou-me a mim, isto não é saudável, o Senhor tem obrigação de responder em 10 dias úteis às perguntas formuladas por mim. O que penso, penso e o que digo, digo.

Senhor Presidente, a proposta de votação que foi levada à passada Assembleia deu o que deu, vale o que vale, ma mão cheia de nada, sabemos o resultado dos testes, vocês não têm por onde se escaparem, por essa razão é que agora decidiram facultar-me o teste a mim e a outras pessoas, vocês ficaram sem chão quando receberam aquilo que eles pronunciaram. Quanto ao rumo da tirolesa, não lhe resta alternativa a não ser retirá-la, se quiser, vá avisando os seus amigos lá em casa para não sofrerem um choque térmico.

Senhor Presidente da Assembleia, agora é para si, o seu comportamento inadequado em duas assembleias que teve para comigo, inclusivamente na segunda, o Senhor não tem por que me questionar, perguntando-me se eu vou intervir, ou o que vou dizer. O Senhor disse-me, na última Assembleia, que não falasse na Assembleia, na minha intervenção, sobre o que estava relacionado, ou que esteve relacionado com a Câmara Municipal de Mirandela e com a Judiciária. Eu falo o que eu quiser, não faltando ao respeito a ninguém. Não diga que não é verdade, há testemunhas.

O Senhor disse-me também que, em relação à tirolesa, o que deveria fazer era automaticamente recolher umas assinaturas e se não estivesse contente, ir ao Ministério Público, pois bem, vou-lhe dizer Senhor Presidente, quando for ao Ministério Público, será para fazer uma queixa de si perante o seu comportamento comigo nesta Assembleia. Ameaças? Podemos aceitar ameaças? No momento em que me perguntou, fiquei sem chão, sem saber o que fazer, nem o que dizer. Fui almoçar a casa, liguei a alguém e perguntei-lhe o que devia fazer, então disse-me, “O que deveria fazer no momento era desmontar logo ali, porque o Senhor Presidente não deveria ter esse tipo de comportamentos.

Senhor Presidente, vou-lhe dizer uma coisa, fui, felizmente, batizado por quem me trouxe a este mundo, colocaram-me o nome do meu avô, que muito prezo e estimo, chamo-me *Manuel*, as pessoas que quiserem falar comigo terão que utilizar o nome *Manuel* e não outro nome qualquer.

Senhor Presidente, o que vocês querem é afastar-me desta Assembleia, vou-lhe dizer, pintem-se da cor que quiserem, não o vão conseguir, quanto mais implicarem comigo, mais vontade me dá vir a esta Assembleia e mais vontade me dá vir a esta casa, que é a

casa da democracia. Não vão conseguir, não me vão dobrar, não vou atirar a toalha ao chão. A humildade e a educação não se compram. Vai-se adquirindo arrogância, tanto se pode servir a quente como servir a frio, a mim não me deixaram fortunas, mas deixaram-me educação.

Senhor Presidente, não dependo da Assembleia para viver, nem sobreviver, gosto da assembleia, gosto de nela participar, foi aqui neste lugar que fiz amigos e inimigos, é aqui neste lugar que cumprimento pessoas que não vejo todos os dias, muito me prezo de as poder cumprimentar e que me cumprimentem a mim.

Em relação a si Senhor Presidente, eu não preciso desta Assembleia; o Senhor parece que precisa, porque quem saiu daqui com amargura na boca e agora regressou, é porque esta Assembleia lhe fará falta.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vou-lhe fazer um aviso pela última vez, os assuntos que o público pode trazer aqui e que estão previstos na lei, são assuntos de interesse municipal, silêncio por favor, eu não o interrompi, deixe-me falar. O que o Senhor trouxe aqui não é nada, está a ser uma pessoa não grata nesta Assembleia, porque não apresenta nada de novo, não traz problemas de interesse municipal que esta Assembleia pudesse ajudar a resolver, traz apenas conversa oca, inócua, que não vale nada e digo-lhe mais, na próxima intervenção, ou o Senhor fala de questões de interesse municipal, ou eu retiro-lhe a palavra, esta é a minha democracia, é a democracia desta Assembleia.

Agradeço que esteja em silêncio, senão ponho-o a andar, chamo a Polícia, portanto, fique caladinho, senão chamo a Polícia e o Senhor vai para a rua.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILLO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *LUÍSA BELCHIOR* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vim aqui depois de algum tempo, na qualidade de múnice, técnica e de participante na discussão pública do PDM, falar de um tema que é um documento imprescindível e que faz parte em segunda rúbrica, do Plano Diretor Municipal de Mirandela. É bastante oportuno, dado que já aqui estive uma múnice que precisa de habitação, que precisa de obras e de facto, a Estratégia Local de Habitação é um assunto da máxima importância, tanto para Mirandela como para todo o país, como estamos a ver e agora muito mais.

No caso da nossa Estratégia Local de Habitação, ela esteve na base do Programa Primeiro Direito, como todos sabem, não surtiu grande efeito, uma vez que desse programa apenas até hoje, sabemos que resultaram obras de beneficiação do bairro do GAT e nada mais, portanto, tínhamos o bairro Operário, tínhamos o bairro de São Sebastião, tínhamos muitos outros bairros de habitação social com carências, temos o bairro do Fomento da Habitação, o bairro Branco, o bairro Azul, como todos conhecem e no caso da habitação, Mirandela prima pela negativa, como todos vemos com o nosso centro histórico, entre outros casos e com as pessoas e as famílias a precisarem de habitação.

No caso da nossa Estratégia Local de Habitação, ela visava quatro eixos fundamentais: o diagnóstico das carências, o levantamento dos recursos habitacionais que haveria para suprir essas carências, a definição do próprio plano e por último, a identificação de uma análise estratégica para colocar em prática o Plano Estratégico de Habitação para todo o concelho.

Este documento foi feito por uma empresa externa, é um documento que eu considero que os técnicos da Câmara, meus colegas, fariam muito melhor, porque é um documento que não traz nada de novo, antes pelo contrário, nem sequer retrata aquilo que é a realidade concelhia. Se não, vejamos: em termos de metodologia, diz aqui que foi disponibilizado um inquérito *online*, este inquérito terá decorrido entre o dia 20 de janeiro e o dia 27 de fevereiro e foram contactadas todas as juntas de freguesia, não sei se foram ou não foram, mas se foram, isto aqui não está correto, porque também diz que foram contactados os parceiros e outras entidades, PSP e o próprio Município, com vários recursos que se envolveram.

Então chegamos a uma conclusão, este Plano, que era para vigorar de 2020 a 2024, identificava necessidades de realojamento nas seguintes freguesias: Abambres, uma casa; Abreiro, uma casa; Agueiras, uma casa; Alvites, zero casas; Bouça, uma casa; Cabanelas, duas; Caravelas, duas; Carvalhais, cinco; Cedães, duas; Cobre, zero; Fradizela, uma; Frechas, seis; Lamas, duas; Mascarenhas, quatro; Mirandela, 146; Múrias, uma; Passos, duas; São Pedro Velho, zero; São Salvador, duas; Suções, zero; Torre de Dona Chama, quatro, portanto, ninguém precisa de casa, estamos todos muito bem no que toca ao concelho de Mirandela, por isso é que também o Plano não surtiu os efeitos desejados.

Relativamente à habitação que está a necessitar de intervenções, nós também estamos muito bem, porque o cenário é basicamente o mesmo: Abambres, duas ruínas; Abreiro, seis; Agueiras, zero; Alvites, uma; Bouça, uma; Cabanelas, zero; Caravelas, zero; Carvalhais, uma; Cedães, três, está lá na tabela quando quiserem consultar, portanto, isto é grave Senhor Presidente, é grave porque isto implica também candidaturas e fundos e portanto, é preciso retratar o concelho, o concelho todo precisa de intervenção, nós conhecemos bem as nossas freguesias, sabemos o estado em que estão e portanto, é preciso encomendar estudos, mas estudos que retratem o nosso território e não um outro qualquer que, se calhar, nem existe. Mas também não é menos grave que se esteja a fazer uma discussão pública de um Plano Diretor Municipal para o concelho de Mirandela baseado neste Plano que já está caducado, já terminou em 2024 e estamos em 2026, portanto, aquilo que eu questiono é se há algum estudo que retrate o concelho de Mirandela em termos da Estratégia Local de Habitação, porque este não é e se há algum estudo atual que valorize a discussão pública do Plano Diretor Municipal para Mirandela e para as freguesias do concelho, retratando uma realidade correta para este concelho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Obrigado pelas intervenções do público.

Reforçar mais uma vez que a Assembleia Municipal é um Órgão deliberativo e fiscalizador do Executivo e tudo aquilo que o público nos traz é importante, estamos atentos e requer algumas respostas quando estas são necessárias.

Algumas das questões colocadas são importantes, outras, como já referi, nem tanto, espero que haja elevação em todas as intervenções do público e que estas sejam sempre uma mais-valia para a Assembleia, tendo o efeito que as pessoas esperam e que nós todos esperamos, que sejam questões úteis.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Começar por agradecer as condolências que me foram dirigidas, fico muito sentido, muito obrigado.

Quanto à intervenção da munícipe *Maria Inês Silvestre*, pessoa amiga, de bom carácter, com boas intenções e que quer participar na nossa sociedade de forma ativa, tem participado através de uma associação criada, a AIC, que já tem alguma notoriedade, não obstante a sua juventude, pois tem pouco mais de um ano. Dizer-lhe que, efetivamente há regulamentos que temos de cumprir, andamos a tratar de um espaço para AIC há muito tempo, assim como para outras organizações e que nem sempre encontramos esse espaço e o último espaço que encontramos é sempre o Mercado Municipal, outras associações já o fizeram e já vieram bater à porta da Câmara Municipal, porém, há sempre alguns condicionalismos, porque não podemos estar a atribuir lojas diretamente a uma associação, independentemente do seu cariz.

O Mercado Municipal tem um cariz comercial, se houver disponibilidade, pode ter outras atividades, como já acontece com algumas que lá estão, mas obedece sempre ao cumprimento do Regulamento, onde diz que tem de ser feito um sorteio, não podemos estar a atribuir um espaço diretamente. O Mercado Municipal está numa fase de projeto já bastante avançada, tivemos, há duas semanas, a apresentação do projeto praticamente final, que depois daremos a conhecer, porque teve de ser reformulado. Não obstante a primeira fase já ter sido dada a conhecer à Associação Comercial, aos interessados e a quem quis participar, verificaram-se algumas fragilidades sísmicas e teve de ser reforçado, essa matéria já está a ser trabalhada, agora estamos a trabalhar na área envolvente, para também trabalharmos o parque de estacionamento.

Estamos a tratar do financiamento, que inicialmente tinha uma estimativa de 2 milhões de euros, mas que agora vai para cerca de 6 milhões de euros, um valor muito considerável, estamos já a tratar desse financiamento para não perdermos tempo, percebermos as necessidades das pessoas, de ocuparem o espaço e de haver algumas lojas vazias, isso para nós também é um problema, porque entendemos que deviam estar ocupadas, sobretudo quando há interesse na sua ocupação.

Este é um assunto sobre o qual vamos falar ao longo do dia, porque há aqui várias intervenções ao nível do Mercado Municipal, há aqui um Projeto que vamos propor para adesão, já estamos a preparar esse ponto seguinte, que é para quando estiver completamente reabilitado, mas dizer-lhe que tomamos boa nota desse assunto e sabe que estamos sempre solidários nestas causas que representam o bem-estar para a comunidade no seu geral. Não vamos deixar de lutar nem desistir e sempre que for oportuno, arranjar-mos outro lugar adequado e só em última instância será um lugar na Praça do Mercado, porque esse espaço poderá e deverá estar destinado a outro tipo de atividade.

Tivemos a participação da munícipe *Helena Bráz*, que nos traz aqui um problema que nos toca a todos e que está perfeitamente identificado, aliás, temos falado deste problema nos Conselhos Municipais de Segurança e efetivamente ali é uma situação que, no nosso entender, poderá até agravar-se um pouco mais quando entrar em obras a Avenida Sá Carneiro, dando continuidade àquela zona do Miminho. Estas propostas de melhoria, como a sinalização do espaço de entrada e saída de crianças ou a remoção dos caixotes do lixo, podem ser questões que devem ser tomadas e implementadas, porém é importante também percebermos que, muitas vezes, aquilo a que se assiste é a falta de civismo e de respeito, independentemente da sinalização que existe e até porque há lá uma paragem de autocarro em frente ao Miminho, está sinalizada no sentido sul-norte e muitas vezes, ela não é respeitada, também temos de fazer esse apelo ao respeito enquanto cidadãos. A maioria das pessoas sabe que ali há um infantário, mas é verdade que a situação agravou com o desvio do trânsito e todas as medidas que se possam implementar são poucas para garantir a segurança das nossas crianças e de todos nós.

Falou também no Mercado Municipal e eu acabei por dar resposta, se houver oportunidade, podemos agendar uma visita ao local para percebermos alguns passos que têm sido dados, temos utilizado algumas lojas à medida que vão ficando vagas, porque vamos precisar de algumas livres quando começarem as obras, as pessoas, enquanto as suas lojas estiverem a ser intervencionadas, terão de ocupar outros espaços temporariamente, um dos maiores problemas que vamos ter será manter os comerciantes em atividade durante as obras, precisamos de algumas lojas livres para permitir essa transição. Este é um processo que vai demorar algum tempo e que exige a compreensão de todos, não tem a ver com falta de boa vontade. Mas no momento de transição é importante os comerciantes que têm sua atividade no Mercado Municipal, não podem deixar de faturar e de produzir e as obras não vão demorar dois ou três meses, vão demorar algum tempo, por isso precisamos de algumas lojas que nos vão permitir fazer esse trabalho.

Quanto à intervenção da munícipe *Helena Santos*, é um problema com acusações muito graves e difíceis de dar resposta. Aquilo que irei fazer é habilitar-me de informação junto do Agrupamento de Escolas e da nossa Divisão de Educação, para perceber de que é que estamos aqui a falar. Pode haver aqui situações que efetivamente possam ter algum cuidado especial, todas elas, mas há aqui acusações que me parecem de tal forma graves que vamos precisar, para as resolver, que alguém nos sinalize os casos, que nos diga o que é que se está a passar, porque estamos aqui a fazer acusações de pedofilia e também questões relacionadas com as refeições.

Aproveito para dar aqui uma nota de apreço ao Departamento Cultural do Agrupamento de Escolas, que está a promover um evento sobre a azeitona e o azeite, tivemos ontem a oportunidade de estar lá e uma vez que estávamos lá, fui visitar o refeitório, juntamente com a Senhora Vereadora *Vera Preto*, que tem essa competência e também com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas, aquilo que vi lá e penso que as pessoas não sabiam que nós íamos, foi um refeitório perfeitamente adequado, não foi oportuno fazer lá a refeição, mas vão lá muitos professores e fazem lá as suas refeições. Vimos que havia diferentes ementas e cuidados para pessoas com necessidades especiais, estiveram-nos a explicar o que faziam, como faziam, pode acontecer uma situação ou outra menos boa, como acontece também nas nossas casas, em que às vezes a refeição não sai tão bem por um motivo

qualquer, mas aquilo que me pareceu foi um refeitório irrepreensível do ponto de vista da limpeza e também daquilo que era visualmente apresentado, provei algumas coisas e pareceu-me irrepreensível, não haveria muito a queixar.

Estamos a falar de um refeitório e de um serviço que serve muitas pessoas, não é como um restaurante, ou como é a nossa casa. Fui ontem, irei mais vezes, até para termos essa noção, porque às vezes tenta-se fazer ver uma realidade diferente, sem prejuízo de, quando está mal, as pessoas deverem fazer essa referência e denunciar. É importante para que tenhamos sempre os níveis de qualidade elevados, mas aquilo que vi ontem é meritório de um refeitório adequado, moderno e capaz de dar respostas.

Quanto às acusações que a munícipe *Helena Santos* fez, teremos de nos munir de elementos, porque podemos estar aqui perante situações que têm de ser reportadas ao Ministério Público, quando estamos a falar, nomeadamente, de pedofilia, é um assunto que temos de ter em conta e que muito nos preocupa.

Quanto à intervenção do munícipe *Manuel Almeida* fez uma intervenção mais dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia, que já respondeu e disse que o assunto será tratado em sede própria, na Comissão Permanente de Líderes.

No que diz respeito à intervenção do Senhor *Manuel Brízido*, dizer-lhe que efetivamente nós não ignoramos qualquer carta, antes pelo contrário, quando o Senhor *Manuel Brízido* tomou a decisão de nomear um advogado para ser o interlocutor junto da Câmara Municipal, passámos a responder ao seu Advogado e nunca ficaram sem resposta.

Para dar nota do que se passa com a tirolesa, nós recebemos o relatório que foi comunicado e transmitido a todos os Senhores Deputados Municipais, foram identificadas algumas fragilidades, mas foram também dadas algumas oportunidades de melhoria, porém é importante percebermos que neste momento, a tirolesa não está a funcionar, a tirolesa está inoperante, não por causa desta questão do ruído, mas porque houve uma avaliação quanto à segurança da mesma, como já reportei aqui na Assembleia passada e foi detetada uma anomalia que ainda não foi reparada porque temos de perceber qual é o custo da reparação dessa anomalia e qual é o impacto que isso terá face às novas condições e aos novos condicionalismos com este relatório. A avaliação vai ser feita de forma integrada e a decisão será sempre uma decisão técnica, para garantir a segurança das pessoas e dos habitantes, nada nos move contra ninguém, contrariamente ao que muitas vezes é dito, esse assunto terá a sua evolução normal.

Por fim, responder à munícipe *Lúisa Belchior*, obrigado por trazer aqui estes assuntos, o PDM sei que é um assunto que lhe diz muito, que está sempre relacionado com a sua área e que domina perfeitamente. Sabe que estas questões do PDM demoram muito tempo, anos, se pegarmos em quando começou a última Revisão do PDM e compararmos com outros municípios do país, vemos que até estamos num estádio muito mais avançado do que outras realidades.

Aquilo que lhe posso dizer é que, em termos da Estratégia Local de Habitação, em bom português, é que “a culpa morreu solteira”, nunca ninguém quer a culpa, mas temos aqui algumas dificuldades no que diz respeito a essa Estratégia porque também as próprias verbas que estavam disponíveis para esse efeito, para podermos fazer as intervenções, têm vindo a ser sucessivamente alteradas e neste momento, estamos em fase de uma nova renegociação, estamos com todo o empenho, até porque não é apenas um empenho do município de Mirandela, é uma realidade de todo o país. Nunca se falou tanto de habitação como agora e por alguma razão, durante muito tempo, não se falou de habitação. Agora temos de falar, porque uma das formas de fixarmos as pessoas, de lhes darmos qualidade de vida, é termos uma Estratégia que dê esse tipo de resposta, estamos a trabalhar nela.

No que diz respeito ao PDM propriamente dito, como sabe, está em discussão, teve oportunidade de estar numa reunião aqui no Auditório Pequeno, onde também pôde participar, ainda está em consulta pública e pode dar os seus contributos. No que diz respeito à Estratégia Local de Habitação, mantemos também tudo aquilo que são essas vontades de intervir no bairro Padre Américo, ao todo já reabilitámos 41 fogos e estamos com mais 59 para reabilitar, no entanto, também temos andado a lidar com valores que nos foram sendo reduzidos, pelo que terá de haver um investimento municipal ainda superior àquele que estava inicialmente previsto. Estamos a trabalhar nessa matéria e brevemente iremos ter algumas novidades, também a nível da CIM-TTM estamos com um valor que não está a ser realocado em função dessas renegociações que houve a nível governamental, estamos a trabalhar nelas e vão ser uma realidade.

Lamento a demora que as pessoas têm para ver as situações de ocupação de casas resolvidas, chegam-nos relatos todos os dias de pessoas, famílias com crianças, com poucas condições de vida e sentimos muitas vezes algum constrangimento por não podermos dar uma resposta imediata, damos a resposta possível, mas efetivamente a habitação é claramente um dos problemas do nosso Município que estamos a viver e que procuraremos resolver o mais rapidamente possível, reabilitando mais espaços, aliás, tivemos uma reunião muito recentemente onde estava em causa a questão do bairro Padre Américo, onde já estaremos numa fase mais avançada e onde poderemos ter mais alguma resposta para essas pessoas, iremos dar continuidade a esse trabalho.

Agradeço ter trazido estes assuntos, que são assuntos que nos penalizam a todos, a todos os mirandelenses e sobretudo a quem tem esta vontade de ver as pessoas bem na vida, ou pelo menos uma vida regular e razoável, sendo que a habitação é um direito inalienável de todos os cidadãos, conforme a Constituição da República Portuguesa assim o preconiza. Temos de trabalhar mais no PDM e lamentar o atraso que tem acontecido, mas é um problema nacional e talvez por isso, as necessidades sejam tantas que a divisão das verbas disponíveis para todos os municípios começa a ser um pouco mais reduzidas. O que temos ouvido é que teremos também de recorrer a financiamentos para resolver esses problemas.

## ANTES DA ORDEM DO DIA

### 3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vamos entrar no Período Antes da Ordem do Dia, há uma Recomendação que vai ser apresentada pela Bancada do PSD.

Vou começar exatamente por essa Recomendação, porque vai dar, de facto, a possibilidade àqueles que querem debater essa questão de não fugir ao tema, peço ao Senhor Deputado *Rui Sá* que apresente a Recomendação.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

É entendimento da Bancada do PSD que poderíamos propor a inclusão de um ponto à ordem de trabalhos, nos termos do artigo 31.º, n.º 1, do Regimento, “*Aos membros da Assembleia compete tratar de assuntos de interesse municipal, participar nos debates, apresentar propostas e fazer requerimentos.*”

Também o artigo 36.º prevê expressamente a apresentação de requerimentos, por escrito ou oralmente, por sua vez, o artigo 17.º, n.º 2, e o artigo 23.º, n.º 4, estabelecem que, “*tratando-se de sessão ordinária da Assembleia, esta pode deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem de trabalhos ou na ordem do dia, desde que a urgência seja reconhecida por dois terços da Assembleia.*”

A Mesa, porém, assim não entendeu, e respeitamos, não há nenhum problema quanto a isso. Se assim fosse, não teria apresentado a Recomendação que irei passar a apresentar.

Assim não sendo, passarei então à leitura da Recomendação que iremos apresentar:

“Recomendação

Atribuição de direitos de prospeção e pesquisa - Área "Avidagos"?  
Ouçamos primeiro as populações e as Freguesias envolvidas.

A Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) abriu, no dia 26 de janeiro de 2026, o período de participação pública relativo ao pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais numa área designada por "Avidagos".

A área em causa abrange os seguintes lugares:

- ✓ Avidagos, Navalho, Pereira, Palorca e Carvalhal (União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira);
- ✓ Fonte da Urze (Freguesia de Lamas de Orelhão);
- ✓ Cobro e Rego de Vide (Freguesia de Cobro);
- ✓ Marmelos e São Pedro de Vale do Conde (União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa).

O período de participação pública termina a 6 de março de 2026.

Sucedeu que o Município de Mirandela emitiu, em 27 de outubro de 2025, um parecer à DGEG que, ainda que redigido de forma subtil, permitiu o avanço do processo. Tal parecer, nos termos do artigo 14.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, vincula o Município pelo prazo de dois anos.

Importa sublinhar que este parecer foi emitido sem que tivesse sido promovida qualquer auscultação pública das populações diretamente afetadas, nem consulta formal às Freguesias e União de Freguesias abrangidas.

É esta a forma adequada de tratar matérias com potencial impacto estrutural no território, no ambiente, na economia local e na qualidade de vida das populações? Entendemos que não.

A atividade mineira, particularmente quando envolve exploração a céu aberto, é amplamente referenciada na literatura técnica e em diversos estudos ambientais como suscetível de provocar impactos relevantes:

- ✓ contaminação de solos;
- ✓ riscos para as águas superficiais e subterrâneas;
- ✓ degradação de ecossistemas, ruído, poeiras e alteração da paisagem.

Num território atravessado pelo rio Tua, qualquer intervenção desta natureza exige um debate sério, transparente e participado.

Para além das questões ambientais, levantam-se preocupações legítimas quanto à eventual desvalorização patrimonial, aos efeitos na atividade agrícola, à certificação de produtos locais, à biodiversidade e à atratividade turística.

- ✓ Será tudo isto inevitável?
- ✓ Poderão existir garantias técnicas suficientes?
- ✓ Que modelo de desenvolvimento queremos para estes territórios?

É precisamente esse debate que ainda não foi feito.

A consulta pública não pode ser um mero procedimento formal. Deve ser um verdadeiro momento de participação democrática.

A Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo das populações do concelho, não pode ficar à margem deste processo.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em sessão ordinária no dia 20 de fevereiro de 2026, delibera:

- ✓ Recomendar ao executivo municipal que solicite à DGEG o alargamento do prazo da consulta pública por mais 30 dias, de forma a permitir uma participação mais informada e alargada;
- ✓ Recomendar que o executivo municipal promova, em articulação com a entidade proponente, sessões públicas de esclarecimento nas localidades abrangidas, com ampla divulgação, garantindo condições efetivas de participação cívica;
- ✓ Recomendar ainda que seja realizada, em Mirandela, uma sessão pública de esclarecimento de âmbito concelhio, após a realização das sessões locais.

O Grupo Municipal do PSD.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

*Vitor Correia*, a nossa solidariedade pessoal e da Bancada, qualquer intervenção que vamos fazer aqui é dirigida ao *Vitor Correia*, enquanto Presidente da Câmara, peço alguma deferência relativamente a isso.

Ficámos a saber, no dia 26 de janeiro, que se encontra a decorrer, na Direção-Geral de Energia e Geologia, a tramitação do pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, antimónio e ouro para a área designada de Avidados, no concelho de Mirandela. De salientar que o pedido formulado pela empresa *Genericways*- Sociedade de Construção, contém, contém as seguintes substâncias adicionais às que já falei, prata, volfrâmio, estanho e titânio, mas o edital apenas refere as substâncias de cobre, chumbo, zinco, antimónio e ouro. O que aconteceu às restantes substâncias? Caíram? Deixaram de ter interesse? O que se passou para haver esta alteração? Se isto não é estranho, deixo-vos outra nota para poderem refletir e discutir.

O edital da DGEG fala na empresa *Genericways*, uma empresa de construção civil com um capital social de 5.mil euros, como proponente a esta concessão, mas, se lermos com atenção os documentos das restantes entidades, verificamos algo surpreendente, a CCDR fala na *Genericways*, mas se lermos os pareceres do ICNF e do pareceres do ICNF e do LNEG, surge a empresa *Sharpfocus*, Unipessoal Lda., como proponente, também ela com capital social de 5 mil euros, constituída no ano de 2025, ligada à atividade de apoio a outras indústrias extrativas. Afinal, a prospeção é para conceder a quem, à *Genericways* ou à *Sharpfocus*, Unipessoal Lda.? Talvez esta pergunta devesse ter sido colocada pelo Município de Mirandela antes da sua pronúncia, para clarificação processual.

Sabemos, pela plataforma que tramita o processo, que o Município de Mirandela foi chamado a pronunciar-se sobre esta matéria no dia 2 de outubro de 2025, tendo sido emitido um parecer a 27 de outubro de 2025, data oportuna para se pedir a uma entidade pública um parecer, sabendo que estava a decorrer uma campanha eleitoral e o respetivo processo eleitoral para eleger os novos órgãos autárquicos para o quadriénio de 2025-2029. Não podemos deixar de notar que o Executivo se encontrava em gestão corrente, devido ao processo eleitoral que decorreu a 12 de outubro, a Tomada de Posse do novo Órgão Autárquico ocorreu a 29 de outubro e os Pelouros foram distribuídos a 3 de novembro de 2025.

Com que legitimidade o Senhor Presidente assinou este parecer? E depois de o ter feito, porque não informou o Executivo Municipal disso, nem as freguesias e uniões recém-empossadas? Porque não deu conta na informação escrita que veio à Assembleia Municipal em dezembro desse facto, promovendo assim o debate em torno deste tema, descansando as populações e as freguesias visadas?

Diz o povo que a pressa é inimiga da perfeição. Senhor Presidente, em plena campanha eleitoral, com eleições pelo meio, conseguiu estudar este dossiê e em pouco mais de 25 dias, deu um parecer sobre a matéria. O Senhor Presidente não teria sido prudente pedir os 20 dias adicionais que a lei lhe permite juntar aos 30 dias iniciais, para alargar a discussão sobre este assunto? O Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, no seu artigo 14.º, permitia isso. Não era sensato e inclusivo falar com as freguesias, com os seus autarcas ou recém-empossados e com a Assembleia Municipal acerca desta matéria e mantê-los devidamente informados? Porque esteve o Executivo do Município de Mirandela calado e parado acerca deste assunto até hoje?

Um exemplo claro disso é nem ter cumprido com uma obrigação que resulta da aplicação do n.º 7 do artigo 6.º do referido diploma: *“Nos casos referidos no número anterior, o prazo de duração da participação pública, os elementos informativos e a indicação do meio informático adequado para a receção das participações é igualmente publicitado no sítio e na Internet dos municípios em cujo território se localizem as áreas a abranger pelos procedimentos.”* A Câmara de Mirandela não tem isso em consulta pública.

Ou, por exemplo, diligenciar junto do proponente o facto de não ter cumprido com aquilo que o n.º 9 da mesma lei refere, *“a realização de uma sessão pública de esclarecimento, dirigida essencialmente às populações dos territórios abrangidos pela publicitação que é publicitada, com a antecedência mínima de 20 dias...”*, foi isto garantido pela proponente, Senhor Presidente?

Diz o artigo 14.º que as entidades consultadas pronunciam-se exclusivamente no âmbito das suas competências, ficando vinculadas ao teor do seu parecer pelo prazo de dois anos, mas lendo o parecer emitido, percebemos que o mesmo não é favorável, nem desfavorável, nem favorável condicionado. Apenas sabemos e cito aquilo que o parecer da Câmara diz: *“considerando-se que ao longo de três anos, prorrogáveis por mais dois, o projeto de prospeção de depósitos minerais de elementos metálicos não tem um carácter extrativo e que poderá contribuir para a transição energética, permitindo o impulsionar do conhecimento geológico mais aprofundado. Posto isto, o Município de Mirandela considera estar a contribuir para o desenvolvimento da área para prospeção, pretendendo que, em todas as etapas do plano de trabalhos, seja garantida a preservação da qualidade ambiental, a proteção da biodiversidade, entre outros aspetos.”*

Então, qual é a posição oficial do Município de Mirandela? Sim? Não? Talvez?

O Executivo defende este caminho como vital para o desenvolvimento do território, a prospeção mineira, é esta a nossa estratégia de afirmação no contexto local e nacional? Ceder o território, desvalorizar e depreciar os seus bens, os seus produtos endógenos, o seu património cultural e natural? E desde quando os metais em causa contribuem para uma transição energética? Estamos a entregar a garimpeiros a gestão de algo onde o retorno para a região nesta fase é quase nulo. Se dúvidas existem, vejamos o que se passou com um dos últimos pedidos, designado por “Círculo”, que envolvia Vinhais, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Anunciava a Rádio Brigantia, a 30 de janeiro, que o tal pedido de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de lítio, estanho, tungsténio, ouro, entre outros, tinha sido entregue em 2019 à Direção-Geral pela *Portugal Fortescue, Unipessoal, Lda.*, filial de uma empresa australiana, que estava obrigada a uma garantia financeira de 13 mil euros e a realizar um investimento de 355 mil euros, nos três anos de contrato, acrescido de mais 100 mil euros por cada ano de prorrogação. Durante a vigência do contrato, a sociedade estava ainda obrigada a pagar à Direção-Geral de Energia o montante de 12 mil euros. Quanto entrou nos cofres da autarquia de Mirandela desta operação “Círculo”, numa área quatro vezes superior a esta?

Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma região e um concelho como o nosso têm de ter uma estratégia, um desígnio, uma visão a longo prazo para fazer crescer a região, será a prospeção mineira esse desígnio? Um país que, no final de 2024, tinha cinco minas ativas e empregava cerca de 2.050 pessoas.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

O processo de prospeção designado “Projeto Avidagos” não é só mais um assunto, é e deve ser o assunto do momento de Marmelos, São Pedro de Vale do Conde, Fonte da Urze, Cobro, Rego de Vide, Avidagos, Navalho, Pereira, Palorca e Carvalhal.

O processo de prospeção designado “Projeto Avidagos” não é por isso um simples procedimento técnico e também não é um simples procedimento administrativo, estamos a falar de um pedido que abrange cerca de 66,44 km<sup>2</sup> do concelho de Mirandela, incidindo sobre uma vasta área agrícola do nosso concelho, estamos a falar de um território onde mais de 4.000 hectares são Reserva Agrícola Nacional, mais de 2.000 hectares correspondem a olival produtivo, estamos a falar da base económica de várias freguesias, estamos a falar de terras que sustentam famílias, estamos a falar da nossa agricultura e do nosso olival e o que dizem verdadeiramente os pareceres técnicos sobre este projeto?

É dito que não há pareceres desfavoráveis, é verdade, não existem sobre este assunto pareceres formalmente desfavoráveis, mas a maioria são favoráveis condicionados, significa isto que a área interfere com Reserva Ecológica Nacional, incluindo leitos de cursos de água, cabeceiras, zonas ameaçadas por cheias e áreas com risco de erosão, existem captações subterrâneas. A intervenção pode ocorrer em solos classificados como Reserva Agrícola Nacional e há património arqueológico identificado e elevada sensibilidade patrimonial, mais ainda, o próprio Laboratório Nacional de Energia e Geologia reconhece que o enquadramento geológico apresentado é rudimentar, que a malha de amostragem pode ser insuficiente e que não é possível concluir que estejam garantidas as melhores práticas de prospeção, ou seja, nem existe garantia técnica plena.

Para além disso, esta fase de prospeção não está sujeita à avaliação de impacto ambiental obrigatória, por isso pergunto, Senhor Presidente, quem garante a proteção das captações privadas de água? Quem fiscaliza no terreno? Quem assegura a reposição da camada fértil dos solos? Quem responde por eventuais danos em culturas permanentes? Quem compensa perdas de produtividade? É que Mirandela é olival, explorações familiares, sistemas de regadio, rede viária rural, não estamos a falar de prédios rústicos abandonados, estamos a falar de propriedade privada e de sustento familiar, por isso pergunto, quantos agricultores sabem que os seus terrenos estão incluídos nesta área? Já houve sessões públicas nas freguesias abrangidas? Já houve esclarecimento técnico, acessível e transparente?

Da pesquisa que fiz e auscultei alguns agricultores destas aldeias, há uma grande confusão relativamente a este procedimento, há pessoas informadas que o procedimento caducou e não é verdade. Isso significa que as pessoas estão neste momento descansadas porque efetivamente não têm conhecimento do que se passa, ou pelo menos não estão devidamente esclarecidas. Transparência não é simplesmente publicar um edital, transparência é informar, explicar e ouvir, por isso a posição política do nosso Grupo é clara, não estamos contra o desenvolvimento, mas desenvolvimento não é fragilizar solos agrícolas, criar incerteza sobre recursos hídricos, avançar sem informação clara aos proprietários e transferir riscos para quem vive da terra. Desenvolvimento exige rigor técnico, exige responsabilidade política, exige transparência, sobretudo transparência esclarecida, o que não é o caso.

Senhor Presidente da Câmara, vai a Câmara Municipal assumir uma posição política clara antes do término da consulta pública? O dia 6 de março está muito próximo e pouco ou nada, se calhar, já há a fazer. Vai promover sessões públicas de esclarecimento nas freguesias abrangidas? Vai exigir um plano detalhado de acompanhamento e fiscalização? Vai defender os agricultores deste concelho com a mesma convicção com que fala em investimento? Vai solicitar garantias financeiras, ou cauções para reposição de solos?

A prospeção é o primeiro passo e todos sabemos que o primeiro passo pode abrir caminho para o seguinte, ou seja, a exploração, assim, enquanto Deputada Municipal não posso deixar de alertar a população, aliás, já o fiz, participei na plataforma “participa.pt”, apresentei a reclamação que entendi ser correta, do meu ponto de vista enquanto Deputada Municipal fizê-lo, verifiquei que nessa plataforma existem já mais 20 reclamações, eu pelo menos, não consigo visionar o conteúdo das mesmas; não sei se por problema meu, ou se efetivamente elas não estão públicas, mas algumas pessoas estarão a participar pelo menos nesta discussão pública.

Nenhum processo desta dimensão pode avançar sem total transparência e sem salvaguarda absoluta dos direitos dos proprietários e agricultores e porque a informação clara e o rigor técnico são muito importantes para a salvaguarda dos interesses dos proprietários e agricultores das freguesias abrangidas, penso que é de extrema importância e com carácter de urgência, sempre considerando que a fase de discussão pública decorrerá apenas até ao dia 6 de março, realizar sessões públicas de esclarecimento nas freguesias, garantindo a presença de técnicos especializados e da entidade promotora, bem como incentivar as populações abrangidas a intervir ativamente na discussão pública.

Vou terminar dizendo uma coisa, eu acho que o nosso papel, enquanto Deputados Municipais e acho que o Executivo também por alargamento devia enquadrar-se nesse papel, é de facto incentivar a população a discutir, a querer estar informada e a querer ouvir, porque aquilo que sinto é que a população não está sensibilizada a isso. A questão que eu coloco aqui nesta Assembleia e para terminar esta minha intervenção é, porquê?

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Porque se trata de um assunto que está em consulta pública e que diz respeito a todos os mirandenses, como já foi aqui referido pelos colegas, também temos que ver um bocadinho aquilo que se costuma designar “o copo meio cheio”, aqui foi apresentado “o copo meio vazio”, mas também há que discutir este ponto de vista.

Trata-se de um pedido oficial que foi feito por uma empresa para realizar trabalhos de prospeção, ou seja, estudos e pesquisas destinados a identificar a existência de recursos naturais, como minerais, rochas de interesse económico, substâncias de águas subterrâneas, neste caso, são recursos específicos com determinadas características minerais.

Este pedido não permite explorar, extrair, apenas permite procurar e estudar, nesta fase, há aqui uma diferença muito grande. Não autoriza a exploração, ou seja, a extração comercial, não dá direito automático a futuras concessões, nem permite alterar significativamente o território sem licenças adicionais, o objetivo é controlar e regular quem pode investigar os recursos naturais, garantindo a proteção ambiental, a segurança das populações, o uso responsável do território e a transparência no acesso aos recursos e é preciso colocar a seguinte questão, como são acautelados os direitos dos proprietários dos terrenos? Eles não têm direitos? Claro que têm direitos. A lei procura equilibrar o interesse do Estado, ou das empresas em conhecer os recursos naturais e dos proprietários em proteger o seu património. Na prática, essa proteção é exercida de várias formas como, o direito à informação

prévia, é o que está a acontecer agora, quem vai realizar a prospeção, que trabalhos serão feitos, quando e como serão executados e que impactos podem ocorrer, a necessidade de autorização para entrar no terreno porque, mesmo com direitos de prospeção atribuídos à entidade responsável, não pode entrar no terreno sem acordo do proprietário, exceto em algumas situações muito previstas na lei, daí poderem ser celebrados contratos de arrendamento. A limitação dos trabalhos é outro dos direitos, uma vez que os trabalhos de prospeção têm limites, não podem alterar de forma significativa o terreno, não podem destruir culturas, infraestruturas ou bens, devem seguir normas ambientais e de segurança. Há o direito à indemnização pelos prejuízos causados, pela reposição do terreno ao estado anterior sempre que possível e isto inclui danos em culturas, muros, acessos, árvores, infraestruturas, etc. Há o direito à fiscalização e à responsabilidade, a entidade que faz a prospeção deve ter um seguro de responsabilidade civil, está sujeita à fiscalização das autoridades e responde por danos ambientais e patrimoniais. O proprietário não fica desprotegido perante eventuais abusos. Há o direito à oposição fundamentada se o proprietário considerar que os trabalhos são excessivos, se há o risco para o seu património, ou não foram cumpridas as regras legais, pode apresentar oposição, reclamação ou impugnação administrativa, a lei permite proteger o proprietário.

Existem duas vias possíveis para permitir o acesso ao terreno, ou através de um acordo de acesso, onde são fixadas e limitadas as zonas de passagem, definidos horários, estabelecidas regras de segurança, fixar indemnizações por danos e garantido que o terreno é devolvido no estado inicial, sendo esta solução mais simples do que o contrato de arrendamento, o contrato de arrendamento é celebrado quando os trabalhos exigem uma ocupação mais prolongada, é necessário instalar equipamentos, máquinas, ou estruturas e quando ambas as partes preferem uma relação jurídica mais estável, em que o proprietário quer uma contrapartida financeira regular.

Depois de aprovado, o pedido de atribuição de direitos de prospeção, a empresa, ou entidade tem de negociar o acesso ao terreno e sem esse acordo, não pode entrar no terreno, o proprietário continua a ter ainda o direito de recusar condições que considere abusivas, a exigir compensações, a definir as regras de circulação e horários, a pedir garantias de segurança e a solicitar seguro, ou caução para eventuais danos, só depois do acordo é que os trabalhos podem começar.

A autorização administrativa apenas diz que a entidade pode realizar prospeção na área, desde que cumpra a lei, mas o acesso físico ao terreno depende do acordo com o proprietário, como já foi referido, do respeito pelos limites definidos e pelo cumprimento das normas ambientais e de segurança. A empresa pode, dentro dos limites legais e ambientais definidos, realizar estudos geológicos e geofísicos, fazer sondagens, ou amostragens, mapear o subsolo, recolher dados para avaliar o potencial económico da área.

Aqui chegados, é de vital importância que nesta fase e até ao dia 6 de março, seja promovida e divulgada à população toda a informação, de forma a que esta fique esclarecida sobre o processo em curso e principalmente sobre os seus direitos, posteriormente, fazendo votos para que a autorização seja concedida, que a sua execução ocorra dentro dos limites legais exigidos e que finalmente possa ser entregue à exploração e que esta ocorra de forma rentável, seria o mais valioso presente a entregar aos mirandenses, ao concelho e à região, tendo em conta as mais-valias económicas e sociais geradas, fatores primordiais para estagnar a desertificação do território e promover o crescimento económico.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos aqui a discutir, eu não vou sair do tema da Recomendação apresentada, com a qual estamos de acordo, aliás, aquilo que eu vou dizer só prova que é necessário realmente aprovar essa proposta.

Na verdade já foram dados pareceres por parte do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, que manifestou reservas, como aqui foi dito, já foi dado parecer da Câmara, também do ICNF e da CCDR-N e eu aqui lia uma parte do parecer precisamente do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, que é cauteloso, diz que, “*não é apresentada a área em estudo implantada no mapa geológico, que o enquadramento geológico da área de estudo é considerado rudimentar, que o enquadramento estrutural das tipologias de mineralização deveria ser mais completo e que a malha de levantamentos de geoquímica dos solos deverá ser reconsiderada.*”, logo aqui há algumas condicionantes a ter em conta.

No entanto, sabemos que qualquer prospeção mineira tem aspetos positivos e negativos, que poderá vir a ser uma mais-valia para Mirandela, ninguém discute isso, temos que discutir é a garantia dos impactos negativos e os impactos negativos são muitos, desde por exemplo, a preservação do ambiente, o impacto no solo agrícola, em que a produção do azeite e o olival podem ser prejudicados, bem como a gestão dos recursos hídricos, com risco de contaminação das águas superficiais, ou reduzindo a disponibilidade de água para o regadio, mas também a destruição de habitats, impacto visual, poluição sonora e atmosférica, o impacto socioeconómico e ao nível do património cultural. e eu acrescento natural, porque é muito importante aqui também a questão do património natural.

Para evitar que estes impactos negativos, ou outros possam acontecer, entendemos que as diversas entidades devem acautelar as suas decisões finais, garantindo a preservação que evite que qualquer impacto negativo aconteça, ou que não seja repostado devidamente, isto é, que tudo seja bem definido e programado, fazendo com que a empresa não falte aos seus compromissos.

Para já e nesta fase, entendemos que é fundamental a empresa prestar informações, esclarecer as dúvidas às populações, nomeadamente aos agricultores envolvidos e às juntas de freguesia e uniões de freguesia respetivas.

Deverá no nosso entender, a empresa em questão promover esse diálogo com as pessoas o mais urgente possível, já que a discussão pública termina dia 6., daí estarmos de acordo com a proposta de que seja prolongada, para haver mais tempo. Sem essa informação adequada, não poderá correr bem o processo. Para isso, sugeríamos que a Câmara Municipal, mas está incluído na Recomendação, que a Câmara Municipal contactasse a empresa e que com as juntas e uniões de freguesia e a população, acertassem as reuniões de informação e de discussão pública. Só com melhor esclarecimento poder-se-ão evitar muitos problemas, para que depois não digamos que poderíamos ter feito isto, não fizemos, eles não taparam esta prospeção, etc. Por estas razões, nós concordamos com a Recomendação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Queria fazer aqui uma pequena observação, não sei se já repararam, mas está aqui um frio do outro mundo e acho que isto não oferece as condições necessárias para podermos desempenhar o nosso trabalho de uma forma salubre.

Senhor Presidente, fica claro hoje que aquilo que mais do que a questão da prospeção que poderá vir a ocorrer no concelho e na chamada área de Avidagos, que abrange várias freguesias, é que nós antes de falarmos das coisas, temos de saber exatamente do que estamos a dizer e não é agora em cima do joelho, fazer uma moção que depois passa a ser Recomendação porque não tem cabimento como moção, isto deve ficar claro e é pena que um Partido com experiência autárquica de 40 anos comece a cometer erros de palmatória, como que tivesse chegado cá ontem, isto é pena, dá-me pena assistir a isto, porque aquilo que está aqui em causa, meus Senhores e era aquilo que eu achava que devia ser tratado de uma forma mais séria e saudável para a discussão do assunto, não são as autorizações condicionadas, ou não condicionadas sobre o que vai ser a prospeção, nem a questão do nome das empresas, até porque ainda estamos em período de discussão pública, era saber um princípio básico e o Senhor Deputado *António Martins* falou em duas coisas muito importantes, por isso é que eu fico na dúvida, é que se a prospeção é válida, mas não é válida porque é esta empresa que tem um capital social de 5 mil euros, ou se ela não é válida porque não deve ser feito por entidades privadas e deveria ser uma incumbência do Estado e aqui é que reside a questão e a preocupação, é que se provavelmente nós estivéssemos a fazer esta discussão e se a prospeção fosse feita pelo LNEC, provavelmente não estávamos a ter esta discussão sobre a preocupação de como é que iam ficar os solos dos agricultores, como é que iam ser pagas as indemnizações que deviam ser pagas, porque exatamente pela experiência que nós temos e pelo conhecimento que nós temos, do que tem sido feito na nossa região e não só na nossa região, mas noutras regiões do país, é que quando esta prospeção é entregue a entidades privadas, nós sabemos o que é que fica, mas se fosse o Estado a fazer, porque era essa a obrigação do Estado, as coisas não se passavam desta maneira, porque nós, à partida, sabíamos que ficava protegido o cumprimento da lei na sua íntegra.

Era aqui que eu gostava de ver o PSD e os outros Partidos a demonstrar essa indignação, é que deviam ser as entidades do Estado a fazer a prospeção das riquezas que o país tem, salvaguardando aquilo que poderão ser os prejuízos que ficarão inerentes à sua prospeção, porque depois nós sabemos o que é que acontece, como já aconteceu em várias zonas do país, com o capital social abrem os buracos, isto não dá dinheiro, vão-se embora e o prejuízo fica para os agricultores, mas se fosse uma entidade estatal as coisas já não se passavam desta maneira, portanto, fica aqui claro que afinal há duas posições, aquela que é a preocupação na defesa dos agricultores, mas que vocês sabem que as empresas privadas não as cumprem e daí vocês alertam para essa preocupação, porque se fosse o Estado, ou o LNEC provavelmente vocês já não teriam essa discussão.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) solicitou a palavra para direito de resposta:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há aqui uma questão que me preocupa para além da prospeção mineira, a pergunta que eu coloco a esta Assembleia é, nós estamos mais preocupados em discutir a prospeção mineira no “Projeto Avidagos”, ou quem tem vantagem política sobre este assunto? É que me parece que poderá ser isso neste momento e do meu ponto de vista é totalmente errado fazê-lo. Para além disso existem, infelizmente ou felizmente, vários Partidos e várias Bancadas nesta Assembleia, todos nós temos a nossa visão sobre as coisas, todos nós temos o nosso direito de problematizar como entendemos, temos essa liberdade e todos merecemos, enquanto Deputados Municipais, ser ouvidos e poder problematizar e questionar aquilo que achamos que é mais relevante ou menos relevante.

Não me parece de bom tom estar a tirar, ou a tentar tirar proveito político desta questão, a questão aqui é séria, não estou a dizer que as pessoas que vieram aqui falar que estejam certas, ou que estejam erradas; cada um vê o problema como quer ver e como o analisa e como o estuda e prepara.

Há aqui uma coisa que o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, do meu ponto de vista tem toda a razão, acho também que é feio aproveitar muitas vezes os assuntos para tirar algum proveito, como fez agora o PSD e aqui vou ser muito clara, a preparação que foi feita sobre este tema já vem de algum tempo e a vossa preparação foi de facto feita em cima do joelho, não deveria ter sido, agora têm direito também à vossa opinião e à forma como a colocam, no entanto, gostaria que esta Assembleia estivesse mais preparada, estivesse mais informada e que se preocupasse mais em ouvir, porque não estou a ver isso nesta Assembleia, estou a ver de facto colegas mais interessados em conversar entre si e em ver os telemóveis e este problema é sério para as nossas freguesias.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) solicitou a palavra para direito de resposta:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós sabemos distinguir o que é populismo daquilo que não é populismo, o debate político faz-se aqui, não é na rádio, nem nas redes sociais, é aqui. Quando vocês dizem que o PSD acordou agora, é mentira, os Vereadores expressaram-no na Reunião de Câmara e eu lamento que o *Jorge Humberto* não tenha lá assento, por alguma razão é, mas o Chega tinha lá assento e também o perdeu; não sei se falou sobre o tema na Reunião de Câmara, na rádio e nas redes sociais todos nós falamos, o que o PSD quer é que se debata aqui e quando é que nós tivemos possibilidade de fazer o debate político na Assembleia? Só no dia de hoje, ou estou a dizer alguma mentira? Acho que não.

O debate político é aqui que se define, é aqui que dizem os Partidos o que pensam sobre o tema e o que querem, é aqui. Agora, porque alguém foi à rádio dar uma entrevista, não quer dizer que tenha abordado o tema, o tema é discutido aqui, nós queremos saber o que pensa o PSD, o PS, a CDU, o MOVE, o Chega, todos os Partidos e Movimentos aqui representados, por isso é que nós queremos que se debata esta questão.

Agora, meus amigos, que culpa tem o PSD que a Assembleia tenha sido marcada para o dia 20? Se fosse marcada para o dia 10, trazíamos aqui o tema novamente, portanto, *Jorge Humberto*, como me visou a mim pessoalmente, eu quero dizer-lhe que nós, desde o dia em que soubemos disto e eu soube-o por uma reunião privada que tive com alguém, fiz questão de questionar logo a Assembleia na mesma hora e foram-nos facultados os elementos que eram possíveis. Estamos a debatê-lo aqui, se somos contra ou se somos a favor, nós não sabemos, nós não sabemos as intenções, não sabemos o que é que vai sair dali, não sabemos qual é a estratégia da Câmara Municipal para o território. Há uma certeza que eu tenho e parece que é comum a toda a gente, é que este tema tem que ser debatido e tem que ser discutido connosco, com as populações e com toda a gente envolvida neste processo.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fui eu que participei na Comissão Permanente e dá-me a impressão que a Senhora Deputada *Marisa Aranda* não esteve na mesma reunião onde eu estive, mas não é verdade, também lá estive e se tivesse estado com atenção e se tivesse querido reproduzir aquilo que se lá passou, teria dito aqui que o representante do Grupo Municipal do PSD quis que a Assembleia aumentasse um ponto à Ordem de Trabalhos sobre este assunto, portanto, nós não chegámos tarde ao assunto e só apresentei esta Recomendação para que pudéssemos ter expediente para tratar este assunto, porque de outra forma teria insistido para que fosse incluído na Ordem de Trabalhos, conforme o Regimento nos permite que seja, é isto que eu quero que fique claro.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria dar uma pequena explicação ao Senhor Deputado *António Martins*, nós sabemos o que é que pensamos sobre isto, eu é que ainda não sei o que é que vocês pensam sobre esta matéria, este é que é o problema. Nós somos os primeiros a defender que haja discussão, aliás, nós amanhã vamos ter uma reunião com os presidentes de junta, onde vai ser discutido este assunto para perceber qual é a informação que os presidentes de junta têm, nós queremos discussão.

Eu sei qual é a posição da CDU e já lho disse a si, fico preocupado em saber se vocês são contra a prospeção por ser feita por uma empresa, ou se são contra por não ser o Estado a fazê-la, porque aquilo que faz a Câmara Municipal eu já sei, é exatamente aquilo que vocês fariam se estivessem no lugar do Presidente se vocês estivessem no poder, faziam igual, porque foi assim que procederam em todos os momentos em que se colocaram questões destas no nosso Município, portanto, não me venha dar lições de moral, Senhor Deputado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O assunto, como diz o Senhor Deputado *António Martins* e muito bem, deve ser discutido aqui, também pode ser discutido na comunicação social, são alertas, são preocupações dos Deputados Municipais, que se revelam de várias formas, mas aqui é que é importante discuti-lo.

A conclusão que tiro desta discussão é que no fundo todos têm razão, mas é uma razão que está a gerar alguma polémica, quando o grande problema e a Senhora Deputada *Marisa Aranda* focou isso, advém da falta de informação. É lógico que a Assembleia Municipal esteve atenta desde a primeira hora, assunto foi levado à Comissão Permanente de Líderes, foi debatido o problema e na sequência disso, nós apenas sabemos que há um contrato celebrado por quem de direito, a Direção-Geral, com uma empresa, a Câmara intervém apenas com um parecer. Como referi na CPL, tive o cuidado de pedir à Câmara uma cópia do contrato, não me chegou às mãos, não sei o que é que se passou, se não hoje estaríamos mais esclarecidos sobre o teor desse contrato.

O que nos preocupou de sobremaneira e estou a referir-me à Comissão Permanente de Líderes que é uma representação de todas as Bancadas, é que ficamos a saber que o último contrato, que caducou, para além da prospeção, tinha subjacente imediatamente a exploração, ou seja, se a prospeção tivesse vingado, seguia imediatamente para a exploração, sem haver um determinado número de requisitos que era necessário cumprir. Como eu, particularmente, estou completamente “a leste” de todo este processo e penso que todos nós estamos, apenas sabemos o que se vai passando por alto, pedia ao Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre o assunto para, de seguida, para além daquilo que já ouvimos e aqui foi discutido, podermos votar a Recomendação do PSD.

Houve aqui um ponto que na Recomendação que pedi para retirarem e a Bancada retirou e que se resume ao seguinte, “*Recomendar ao executivo municipal que solicite à Direção-Geral o alargamento do prazo de consulta pública por mais 30 dias, de forma a permitir uma participação mais informada e alargada.*”

*Recomendar que o executivo municipal promova, em articulação com a entidade proponente, sessões públicas de esclarecimento nas localidades abrangidas, com ampla divulgação, garantindo condições efetivas de participação cívica.*

*Recomendar ainda que seja realizada, em Mirandela, uma sessão pública de esclarecimento de âmbito concelhio, após a realização das sessões locais.”*

Isto é uma Recomendação que o Partido Social Democrata apresenta à Mesa, que vai ser votada, que não foge muito ao tema que estamos aqui a discutir e que poderá ter cabimento, ou não, vocês é que decidirão quando forem aprovar a recomendação, mas antes de tomar qualquer tipo de decisão, é importante ouvir, dado que não temos elementos, o que é que o Senhor Presidente nos tem a dizer sobre este assunto.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que estamos aqui perante um tema convergente, temos todos a mesma opinião, o Executivo revê-se em todas as intervenções que tivemos aqui, temos de defender o nosso território de forma intransigente, garantir que os proprietários, se eventualmente se vier a partir para a exploração e ainda na fase de prospeção, tenham de ser indemnizados e ressarcidos naquilo que são os seus direitos; garantir que a fauna, a flora, as linhas de água, tudo que seja cumprido na íntegra, sem prejuízo para o território.

O Município deu um parecer não vinculativo à Direção-Geral de Energia e Geologia, dizendo precisamente aquilo que o Senhor Deputado *António Martins* referiu, que não temos nada a opor, desde que sejam garantidas todas as circunstâncias que nos garantam o território na sua integridade, quer em termos comunitários, quer em termos individuais, sem pronuncia dos seus proprietários, que terão de autorizar expressamente aquilo que possa vir a ser feito. Tem de ficar tudo garantido, não pode haver outra forma de estar que não seja esta. Demos esse parecer que não é vinculativo, na presença mais tarde, de todos os pareceres recolhidos, fomos contactados pela empresa e entendemos logo no primeiro momento, que deveríamos fazer uma reunião com o território. Os senhores presidentes de junta que estão aqui, os visados, tiveram uma reunião em Abreiro, onde foi explicado pela

empresa tudo em pormenor, dissemos que tinha de haver mais intervenção, mais explicação aos proprietários e portanto, estamos aqui perante uma transparência total.

O momento para o debate é este, não havia um debate anterior; é aqui que estamos a debater, é aqui que estamos a trabalhar, não havia como debater antes de começar o que quer que seja, há um processo que nos pede um parecer, é pedido a várias entidades e depois do conjunto desses pareceres, passou-se para uma fase seguinte, que é a do debate, este que estamos aqui a fazer.

Estão a propor o alargamento do prazo e parece-me muito bem, façam-se mais debates, mais reuniões. Houve o envolvimento do território, dos presidentes de junta que estão aqui e que podem confirmar, podem vir aqui, se entenderem, dizer qual foi a perceção deles, a perceção deles é que nada seria feito à revelia dos proprietários e que tudo seria feito garantindo todos os padrões legais exigíveis, isto foi feito, mas estamos a falar de um processo em que ainda não está autorizada a prospeção, estamos a falar da consulta pública para que possa hipoteticamente haver prospeção, portanto, nada aconteceu, o momento é este, não havia um momento anterior, não podemos fazer com que as coisas aconteçam antes de estarem em discussão.

Quanto a alargar o prazo e a promover mais discussões, concordo plenamente, este Executivo tudo fará para garantir que o nosso território não fique vulnerável às explorações, para que os proprietários deem autorização expressa e que sejam ressarcidos daquilo que possa vir a acontecer. Esta é a posição do Executivo e não pode ter outra, é muito claro que estamos todos de acordo e ainda bem, porque significa que estamos todos aqui a defender o nosso território, não me parece que haja outra forma de estar.

Houve envolvimento dos presidentes de junta, estão aqui, venham cá e digam o que ouvirem. Que fique muito claro, os interesses que defende este Executivo e todos os que aqui estamos é Mirandela, o seu território e o bem-estar das pessoas e quanto a isso seremos sempre intransigentes na defesa. A nossa posição será sempre a defesa intransigente daquilo que é o nosso território e as nossas pessoas.

Está escrito no nosso parecer o que é que nós ficamos a ganhar com isto, ganhamos, pelo menos, o conhecimento do nosso território, aquilo que nós temos, o que vale o nosso território, sem prejuízo de depois avançarmos, ou não para o que quer que seja, a vantagem é ficamos a saber se temos ouro, prata, ou outro recurso qualquer, é uma forma de conhecermos o nosso território e depois, decidir noutro momento e noutro fórum.

Aquilo que o Executivo tem para dizer, de uma forma muito clara é que, se essa Recomendação for aprovada pelo Plenário, vamos enviá-la à DGEG, a pedir a prorrogação do prazo e ao mesmo tempo, promover as discussões e os debates, não vemos problema nenhum nisso, porque temos de defender o nosso território.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu não sei se foi esclarecedor, peço ao Senhor Presidente da Câmara que nos remeta, se for possível, o documento do contrato feito entre as partes, para melhor o escrutinarmos.

Assim sendo, a Recomendação não passa disso mesmo, de uma Recomendação, ainda assim é sempre importante e vamos votá-la.

----- Efetuada a votação e estando 44 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor e 22 abstenções, aprovar:**

- 1 - Recomendar ao executivo municipal que solicite à DGEG o alargamento do prazo da consulta pública por mais 30 dias, de forma a permitir uma participação mais informada e alargada;**
- 2 - Recomendar que o executivo municipal promova, em articulação com a entidade proponente, sessões públicas de esclarecimento nas localidades abrangidas, com ampla divulgação, garantindo condições efetivas de participação cívica;**
- 3 - Recomendar ainda que seja realizada, em Mirandela, uma sessão pública de esclarecimento de âmbito concelhio, apos a realização das sessões locais.**

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vou-me reportar à última Assembleia de dezembro, a pedido do Senhor Presidente da Mesa para não haver contrarrespostas, uma vez que iria ser uma Assembleia longa.

Relativamente às questões que coloquei ao Senhor Presidente da Câmara, ele não respondeu, perguntei-lhe sobre o cemitério de Frechas, se iria avançar, ou se iria acontecer exatamente o que aconteceu com o Pontão da Artorta em 2021, que foi lançado a concurso, ficando deserto e nunca mais foi posto a concurso, toda a gente sabe e não é preciso ir à ESACT fazer nenhum curso, para saber como é que as obras ficam desertas, é lançá-las a concurso por metade do valor da estimativa orçamental e principalmente a um mês das eleições, decorridos seis meses, ainda nada foi feito. O Senhor Presidente da Câmara consegue adiar a obra, o Presidente da Junta é que não consegue adiar a morte, infelizmente e só no mês de janeiro faleceram seis pessoas em Frechas.

Tenho que deixar aqui um agradecimento a uma família de Mirandela que tinha duas campas já compradas, mas que residem em Mirandela e abdicaram, de livre e espontânea vontade, para ceder esse espaço porque não tínhamos onde pôr as pessoas. Isto começa a ser muito complicado e este assunto já foi trazido por mim aqui desde o dia 26 de janeiro de 2018., não andamos aqui com isto há dois dias. Isto não é uma obra de vaidade nem supérflua; é uma necessidade, acho que devem ser tomadas medidas drásticas e rápidas nesta matéria, de forma a lançar o concurso, se é essa a intenção.

Outro assunto que também não respondeu, foi relativamente à barragem do Cachão, questionei o que iria fazer e nada foi dito. Já tinha mencionado que ignoraram o meu *e-mail* enviado dia 3 de novembro de 2024 e depois dia 7 de janeiro de 2025, nada foi feito. Toda a gente sabe que com tanta precipitação que houve na segunda quinzena de janeiro e na primeira de fevereiro, está tudo cheio de água, menos a barragem do Cachão, porque o Senhor Presidente só se vai lembrar da barragem do Cachão quando o

Matadouro quiser funcionar, a fábrica da lã, ou o lagar de azeite e não tiver água, gostava que me desse uma explicação sobre este assunto.

Relativamente a um assunto que está na moda, as trotinetes elétricas. Tornaram-se o meio de transporte utilizado diariamente por muitos jovens e adultos, são sustentáveis, acessíveis e respondem às exigências atuais da mobilidade, no entanto, a ausência de um regulamento municipal específico está a criar riscos reais para os utilizadores, para os peões e para os automobilistas. É urgente que o Executivo avance com um regulamento municipal para o uso das trotinetes no espaço público, de forma a manter a segurança de quem as utiliza e de quem circula nas vias e nos passeios. Sem a criação de regras, continuaremos a assistir a situações de perigo, conflitos no uso do espaço público, acidentes e comportamentos indesejados que colocam vidas em risco.

O regulamento é essencial para proteger os nossos jovens e adultos, garantir segurança para todos e promover uma mobilidade verdadeiramente sustentável. Não podemos esperar por acidentes graves para agir, é responsabilidade desta Assembleia exigir ao Executivo a criação imediata deste regulamento, assegurando que Mirandela acompanha as boas práticas já aplicadas noutros municípios do país. A mobilidade do futuro constrói-se com responsabilidade e a responsabilidade começa com boas regras.

----- O Senhor Deputado Municipal *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Dirijo-me ao Senhor Presidente da Assembleia para lhe dizer que não concordo com as pessoas do público estarem lá na retaguarda a falar, um indivíduo tem que se andar ali a virar; pelo menos eu gostava de ver aqui à frente quem fala e quem diz as coisas. Este comentário era dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia. Até me custa dizê-lo, porque sou amigo dele, mas tenho que expressar o que sinto.

Também gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara sobre o Senhor *Carlos Costa*, disse-me que era encarregado, mas gostaria que me explicasse como é que ele chegou a esse cargo, um indivíduo daqueles que, na minha opinião, não tem categoria nem para ser funcionário, quanto mais para ser encarregado. Ele já foi meu funcionário há muitos anos e também foi funcionário da União de Freguesias de Avantos e Romeu, gostaria que me dissesse como é que ele chegou a encarregado? Foi por política ou por competência? Foi por concurso público ou por favores? Gostava que me explicasse.

----- O Senhor Deputado Municipal *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Senhor Presidente da Câmara, na anterior reunião da Assembleia fiz-lhe algumas perguntas sobre a nova Zona Industrial e acontece que ainda continuo à espera dessa informação, mas volto a fazer-lhe as mesmas perguntas, quem sabe hoje tenho mais sorte.

Quantos lotes já foram entregues na nova Zona Industrial? Esses lotes têm área limitada? Se sim, qual é a área máxima que uma empresa pode adquirir? O que é que o nosso concelho pode esperar deste Executivo em benefício da agricultura e dos agricultores?

Senhor Presidente, os habitantes do Carvalhal e da Palorca continuam à espera de notícias sobre o saneamento nestas duas localidades, por isso, gostaria de saber em que situação se encontram estes dois processos?

Senhor Presidente, para quando a instalação do Parque Infantil de Pereira? Volto a lembrar que o parque existente encontra-se completamente degradado, tenho muito receio que qualquer dia alguma criança se vá aleijar, sei que já houve pais a contactá-lo sobre este assunto e por isso, espero que seja resolvido com urgência.

Outro assunto que me está a preocupar é ver a nossa cidade a degradar-se de dia para dia, ao percorrê-la só nos deparamos com buracos. As pessoas que nos visitam saem daqui desiludidas ao constatarem que esta cidade, que já foi apelidada de “cidade jardim”, se transformou numa cidade esquecida. Senhor Presidente, não tem receio de ficar conhecido como “o Presidente dos buracos”?

Quanto à prospeção, não tenho informações suficientes para falar de tal assunto, no entanto, devo dizer que o Município, logo que teve conhecimento, deveria ter informado os Senhores Presidentes de Junta das localidades abrangidas e em seguida os proprietários dos terrenos, mas como sempre as obras não se começam pelos alicerces, mas sim pelo telhado e isso é lamentável.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não podíamos deixar de dar nota nesta Assembleia da nossa indignação com o que se passou recentemente no dia de Carnaval, na vila de Torre Dona Chama, um fato de careto, símbolo de identidade da localidade, foi queimado em praça pública, sem qualquer consentimento e autorização, mostrando um total desrespeito pelo património cultural da Vila de Torre Dona Chama e consequentemente, do Município de Mirandela.

A Festa dos Rapazes e Santo Estevão, em Torre Dona Chama, é Património Cultural Imaterial, publicada no Diário da República n.º 178/2022, Série II, assim sendo, há regras estabelecidas para todo o tipo de manifestações dos caretos, há um plano de salvaguarda que protege o respetivo património, plano este assinado com compromisso pelo Município e pela coletividade que o representa.

É com a maior das indignações que constatamos também o aproveitamento dos caretos em manifestações desajustadas, completamente distantes do propósito da candidatura que os elegeu a Património Cultural Imaterial de Portugal. Este património é singular, é único, representa uma tradição ancestral rara e, nomeadamente em Torre Dona Chama, promove em dezembro um evento único em território nacional.

A Mourisca é um dos raros exemplos em Portugal em que se celebra anualmente a reconquista cristã do nosso território, esta tradição, este património merecem o respeito de todos.

----- A Senhora Deputada Municipal *ELIANA ALVES* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Considerando as declarações do Senhor Presidente ao jornal A Voz de Trás-os-Montes no passado dia 4 de fevereiro de 2026, sem esquecer a importância da alimentação saudável nas nossas escolas, pergunto-lhe se nos pode indicar o dia em que almoçou na cantina das nossas escolas, qual a refeição que foi servida e qual a avaliação que fez dessa mesma refeição?

A alimentação escolar deve ser uma prioridade não apenas para garantir a saúde e o bem-estar dos nossos jovens, mas também para promover hábitos alimentares saudáveis que os acompanhem ao longo da vida, assim, se ainda não considerou as diversas queixas que têm surgido em torno deste tema, ou se eventualmente ainda não teve a oportunidade de almoçar junto dos jovens do nosso concelho, peço que tome medidas para garantir que as escolas ofereçam opções alimentares saudáveis e variadas, que respeitem as necessidades nutricionais dos alunos e que sejam apresentadas de uma forma atraente e apetitosa.

É da nossa responsabilidade garantir que os nossos jovens tenham as condições necessárias para um desenvolvimento saudável e feliz e a alimentação contribui para isso.

Não posso terminar a minha intervenção sem antes fazer estas duas questões: pode esclarecer esta Assembleia, de forma clara, se existe ou não um reforço específico para a alimentação escolar à presente data? Considerando as suas declarações sobre este tema e o compromisso que assumiu publicamente, se não existe, qual é a justificação política para não aproveitar a margem financeira do ano de 2025, que ascende a mais de 5 milhões de euros, para melhorar a qualidade das refeições nas escolas do nosso concelho?

Só queria referir que não concordo com a resposta do Senhor Presidente na questão que foi abordada, porque disse que nem sempre as refeições podem sair bem, a meu ver, nas escolas é obrigatório que as refeições saiam bem, porque não há apenas uma cozinha, há várias pessoas a trabalhar na sua preparação.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Fico muito satisfeito por ouvir aqui falar no projeto da prospeção, agradado com tanto interesse da Câmara Municipal e de todas as Bancadas, refiro isso porque São Pedro Velho já passou por isso e na altura infelizmente, quando eu trouxe aqui o assunto, ninguém falou nisso. A Senhora Presidente na altura não tinha conhecimento e o assunto ficou “abandonado”; ninguém quis saber, o único contacto que tivemos ao longo dos três anos foi com a empresa, com a qual tivemos uma reunião com a população. Foi o que se passou durante esses três anos, portanto, fico muito satisfeito por ver todas as Bancadas extremamente interessadas no assunto, ainda bem, o que me leva a crer que São Pedro Velho está muito longe.

Gostaria também de questionar o Senhor Presidente sobre o BUPi na Torre de Dona Chama, que de facto seria uma mais-valia para o norte do concelho termos o BUPi aberto a tempo inteiro durante as horas de expediente. Penso que agora funciona sob marcação, não estou bem a par, mas penso que é um funcionário que se desloca logo que haja um determinado número de marcações, mas é complicado, ainda mais para São Pedro Velho que como sabem não tem transporte público para Mirandela, fartaram-se de me ouvir dizer isso durante alguns anos e a situação mantém-se.

Em relação ao transporte público, penso que em 2019 houve um projeto da CIM que nos criou algumas expectativas em relação ao transporte público de todas as freguesias para a sede do concelho, mas acabou por ficar na gaveta. Sei que durante 2025 esse projeto voltou novamente a estar em cima da mesa e, na altura, li ou ouvi que, no primeiro trimestre de 2026, poderia estar no terreno. Mas, até à data, não tenho ouvido nada sobre isso. Não sei se o Senhor Presidente nos poderá esclarecer sobre isso. Em 2026 parece-me quase impossível uma sede de freguesia não ter transporte público diário para Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, trago uma mensagem solidária em nome do grupo parlamentar do Partido Socialista.

Perante o cenário catastrófico que algumas regiões do país estão a viver devido aos recentes fenómenos climáticos quero, em nome da Bancada do Partido Socialista, enviar um abraço solidário a todas as pessoas afetadas, direta ou indiretamente, pelas intempéries, em especial às famílias enlutadas, fazendo votos de que tenham forças para reconstruir as suas vidas e regressar à normalidade o mais rapidamente possível.

Queremos também deixar um voto de agradecimento a todos os voluntários pela coragem demonstrada no apoio incansável às vítimas, parece que de Mirandela também saíram apoios, o que é uma atitude que nos alegra a todos, podermos ser solidários uns com os outros.

Por fim, fazemos um apelo às entidades públicas e privadas para que sejam sensíveis no apoio às populações afetadas e que acionem todos os mecanismos necessários para garantir que ninguém seja excluído, incluindo aqueles que não tenham assegurado os seus bens.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Uso da palavra para abordar um tema que, pela sua relevância prática e impacto direto na vida das populações, merece a nossa atenção serena, responsável e construtiva, o estado geral das vias de comunicação do nosso concelho.

É inegável que alguns troços da nossa rede viária apresentam sinais de desgaste e degradação que não podem ser ignorados. Esta realidade é particularmente visível em determinadas artérias com maior intensidade de tráfego que atravessam o nosso concelho e de forma especial, a Estrada Municipal 578, eixo estruturante que assegura a ligação à IP2 e que desempenha um papel fundamental na mobilidade local, no transporte de bens e na articulação regional, importa contudo, enquadrar esta situação com rigor.

Os últimos meses foram marcados por condições climáticas excepcionalmente adversas, com níveis de precipitação intensos e persistentes que provocaram um desgaste acelerado dos pavimentos e fragilizaram infraestruturas rodoviárias, estes fatores alheios à vontade de qualquer gestão, contribuíram decisivamente para o estado atual de alguns troços.

Apesar disso, importa reconhecer que o Executivo municipal tem acompanhado esta realidade e procurado dar resposta dentro das possibilidades existentes, têm sido realizadas intervenções pontuais de mitigação, destinadas a assegurar condições mínimas de segurança e circulação, enquanto se preparam soluções mais estruturais e duradouras.

A posição desta Bancada é clara, defendemos que o investimento público deve privilegiar intervenções consistentes e sustentáveis, evitando soluções provisórias que apenas adiam o problema, é essencial que se avance com um plano de requalificação progressiva das vias mais afetadas, assim que as condições técnicas e meteorológicas o permitam, garantindo qualidade, durabilidade e segurança para os utilizadores.

Neste sentido e porque o nosso papel é também acompanhar, esclarecer e contribuir para a melhoria contínua da ação pública, gostaríamos de colocar ao Executivo duas questões objetivas, que soluções concretas estão previstas para a reabilitação dos troços mais degradados da rede viária municipal, em particular os eixos que com maior volume de circulação, como as vias que atravessam a nossa cidade e a EM 578? Qual o ponto de situação do processo relativo à Ponte Machado Vaz, tendo em conta a reconhecida necessidade de obras e a importância desta infraestrutura para a mobilidade local?

Confiamos que estas matérias estão a ser tratadas com a devida prioridade e sentido estratégico e reiteramos a nossa disponibilidade para colaborar institucionalmente em tudo o que contribua para uma rede viária mais segura, funcional e resiliente.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUIÍS SOARES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A minha intervenção tem sobretudo a ver com aquilo que são as intenções da Câmara Municipal em delegar nas juntas de freguesia a limpeza das bermas e com a preocupação que está subjacente a este processo. Sei bem que o Senhor Presidente tem feito um esforço pessoal, contrariando até algumas vontades dos próprios serviços municipais, em não transferir esta delegação para as juntas de freguesia, sei que tem feito esse empenho e essa determinação pessoal nesse processo e agradeço o seu trabalho nesta área, porque acho que é importante para as populações, sobretudo na resolução do problema que é a gestão de combustível nas estradas municipais e nos acessos às nossas localidades.

Acompanhei e fiz um breve estudo daquilo que era o último caderno de encargos, que acabou por não ser cumprido, que foi adjudicado a uma empresa de intervenção a nível nacional e que, infelizmente, não tem cumprido aquilo que são as suas obrigações. Não tem sido cumprido, não só porque o caderno de encargos em si não é suficiente, ele obriga a uma limpeza da berma em torno dos 5 metros, não faz nenhuma intervenção na gestão do arvoredo e contraria aquilo que é a legislação na gestão de combustível das estradas municipais. Esta gestão de combustíveis nas estradas municipais deve ser realizada em cerca de 10 metros para cada lado, sobretudo para serem trabalhados os 10 metros de cada lado em área florestal, que engloba os matos, isto é, engloba não só a existência de floresta, mas também a existência de matos, nas áreas agrícolas, engloba os 5 metros de limpeza.

Fica aqui um desafio, um desafio para ser trabalhado um levantamento topográfico das necessidades, esse levantamento deve ser realizado, acompanhando a legislação nacional, para que possamos cumprir a lei na gestão das faixas de combustível. Compete às câmaras a limpeza dos 10 metros nas vias municipais, estas podem naturalmente delegar nas juntas de freguesia, mas todos os colegas com quem temos partilhado este processo, manifestam preocupação naquilo que é o recurso financeiro que possa estar associado a este processo. No recurso financeiro, aquilo que foi adjudicado anteriormente e que não está a ser executado, é manifestamente insuficiente. Daí a proposta que a Junta de Freguesia de Mirandela fez chegar ao Gabinete e ao Senhor Presidente, para que o recurso financeiro seja associado a um valor por área, o valor por área que foi proposto era de 800 € por hectare, que englobava a limpeza das vias municipais em 1 km, com 10 metros nas áreas de gestão florestal e nas restantes seria naturalmente a redução para os 5 metros.

Parece-me necessário avançarmos com este processo, sei que já temos reuniões marcadas nos próximos dias 26, 27 e 28, mas se não tratarmos a gestão dos combustíveis cumprindo a Lei n.º 82/2021, não estamos a cumprir a legislação nacional de luta contra os incêndios rurais, que nos obriga a uma série de intervenções nestas áreas, inclusive a desmatação dos arvoredos, a desmatação dos arvoredos tem de ser feita a 50%, com um limite máximo de 8 metros de altura, isto era algo que não estava previsto nos cadernos de encargos que a Câmara tinha adjudicado.

Por isso que digo, sei que está a colocar o seu empenho pessoal neste processo, contrariando muitas vontades dentro da Câmara e dos próprios serviços, mas agora temos de alargar e cumprir aquilo que não estava a ser bem feito. Se vamos passar esse processo para as juntas de freguesia, temos primeiro de dar os recursos financeiros necessários e naturalmente, cumprir a legislação nesta área da gestão de combustíveis e parece-me que as estradas municipais, à semelhança daquilo que o piso necessita na sua regularização, necessitam também da limpeza correta das suas bermas, estas faixas de 5 metros nas áreas agrícolas e 10 metros nas áreas florestais, que incluem os matos, precisam de ser corrigidas.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela *ANA PIMPÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A minha participação aqui tem a ver com o convite que vos quero endereçar para a 10.ª edição da Feira do Vinho e do Bacelo, na Fradizela, no entanto, é um convite com algum desafio, porque sabemos que há uma dinâmica que as nossas juntas têm, sempre que realizamos algum evento e apelo também que seja considerada a participação ativa de todos os eleitos locais.

Esta feira, na sua 10.ª edição, tem uma ligação histórica e tem tido um crescimento económico e cultural na localidade. Iniciámos historicamente com o vinho e o bacelo, que são uma raiz e uma história de cultivo da localidade, que era conhecida como a terra dos baceleiros. Hoje conseguimos consolidar um produto, com três produtores de vinho que já temos na localidade, com algum posicionamento regional, nacional e em alguns casos, internacional, através da exportação que já é uma realidade.

Apelo à união e à participação de todos vós, por vezes uma participação pode parecer um pequeno passo para nós, mas para as nossas freguesias tem uma dinâmica muito grande naquilo que é a representatividade e o convívio para a comunidade local, além de toda esta componente económica, existe também a parte social, em que cada vez mais sentimos que as nossas populações estão desertificadas e cada evento que realizamos acaba por ser um dia comemorativo e um dia de festa nas nossas localidades.

Apelo a que cada um de vós que possa estar presente, que leve alguém e participe, serão todos muito bem-vindos, nomeadamente os eleitos a quem dirijo este convite, além de terem essa responsabilidade de representar as vossas terras e as vossas gentes, é uma forma de mostrarmos a valorização daquilo que é a coesão territorial. Sejam bem-vindos no dia 15 de março.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje e daqui por diante, em cada Assembleia Municipal voltarei sempre a este tema, porque acho que não é um tema acessório; é estrutural para o futuro de Mirandela.

Propus que o Orçamento de 2026 incluísse o início de um plano faseado de arborização da cidade, com a plantação aproximada de 500 a 1000 árvores por ano, devidamente adaptadas ao nosso clima, distribuídas pela malha urbana e pela sua periferia. Não falo de uma ação simbólica; falo de uma estratégia continuada, com metas anuais e acompanhamento técnico.

Mirandela é uma das cidades mais quentes do país no verão, os dados oficiais confirmam a frequência de temperaturas extremas na nossa região, o aquecimento das cidades é hoje uma realidade estudada e documentada. O fenómeno das ilhas de calor urbanas está amplamente identificado, menos árvores significa mais temperatura, pior qualidade do ar e menor qualidade de vida. Não vale a pena fingir que isto não nos afeta; afeta os idosos, afeta as crianças, afeta o comércio local, a vivência nos espaços públicos e a atratividade da cidade.

Há soluções estudadas, o reforço da infraestrutura verde é hoje reconhecido como uma medida concreta de adaptação climática, as árvores reduzem a temperatura ambiente, aumentam a infiltração de água, capturam carbono e valorizam o espaço público. Mirandela tem uma vantagem que muitas cidades não têm: o rio Tua atravessa a cidade e existe também uma barragem que pode ser utilizada para rega por gravidade. Existe disponibilidade hídrica que com planeamento e eficiência, pode apoiar um programa estruturado de rega nos primeiros anos de plantação, mas plantar não chega, é preciso cuidar, por isso, propus também a criação de uma equipa dedicada, que poderia chamar-se, por exemplo, “Equipa Tua Verde”, ou “Guardiões da Sombra”. Fica a sugestão, sendo que o nome é o menos importante, o essencial é que exista uma equipa com meios próprios e identidade clara, uma estrutura técnica com planeamento plurianual, inventário arbóreo atualizado, escolha criteriosa de espécies resistentes ao calor e à seca, com manutenção garantida.

Isto não é uma despesa, bem pelo contrário, é um investimento e é um investimento a longo prazo para a cidade, um investimento em saúde pública, em conforto urbano, na valorização imobiliária e na imagem da cidade. Se plantarmos mil árvores por ano, em dez anos teremos dez mil árvores, isso transformaria completamente a cidade de Mirandela.

Assumo aqui um compromisso político, em todas as Assembleias Municipais voltarei a este tema até que exista uma resposta, pelo menos aproximada, daquilo que aqui estou a defender, não é teimosia, é uma visão de futuro. Mirandela pode continuar a queixar-se do calor todos os verões, ou pode decidir agir, eu proponho que ajamos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Durante o último mandato não estive aqui, fui acompanhando desde casa e a minha primeira intervenção, na primeira Assembleia em que estive depois disso, foi no sentido de se acabarem com dois ou três temas.

O tema do município *Manuel Brizido* só não acaba hoje se o Senhor Presidente da Câmara não quiser, não vale a pena estarmos com isto. Sei que tem boa memória, mas vou-lhe recordar as suas palavras de 12 de setembro à Rádio *Terra Quente*: “Pedimos esse relatório precisamente para tomarmos uma decisão, não uma decisão política, mas uma decisão técnica”. Senhor Presidente, os técnicos estudaram e falaram, não uma nem duas, mas três vezes, que são os três relatórios que lá estão, portanto, é a vez do Senhor falar e está na hora de acabar com isto, porque aquilo que lá está no relatório como uma das soluções, o Senhor Presidente ao abrigo do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, não a pode executar. Tem que acabar com isto, porque há sofrimento, todos nós sofremos e aquela família, está hoje provado pelos técnicos, tem um nível de incomodidade muito grande, um valor na acústica é muito, isto só não acaba agora, porque o Senhor Presidente não quer, a decisão é sua.

Senhor Presidente da Assembleia, eu ficava preocupado com o flagelo desta família, porque eles têm razão, ainda bem que ao longo dos anos vieram aqui desgastar-se para agora os técnicos provarem que têm razão, portanto, acabem com isto, se faz favor.

Senhor Presidente, tivemos as cheias e quero colocar uma questão, quem avalia e quem dá ordem de abertura para circulação nas pontes após os níveis do leito cheio voltarem à normalidade? Tivemos alguns casos aqui em Mirandela e recordo-me que em 2019, a Betar fez um relatório que avaliou o estado de conservação das pontes do concelho de Mirandela, foram avaliadas 21 pontes e nove delas estavam com estado de conservação deficiente. Refiro-me à ponte da estrada 532, a Ponte de Avidagos e Vila-Boa, a Ponte de Vale de Madeiro, a Ponte de Vale de Couço, a Ponte Europa, a Ponte Velha sobre o rio Tua, à Ponte Engenheiro Machado Vaz, a ponte na Avenida da Galiza e a Ponte na estrada municipal 206-1, dos Couços.

O estado de conservação era classificado por graus e estes casos que referi tinham grau 3 e grau 4, só para simplificar, o grau 3 dizia que são especificadas reparações, qualidade do material e execução deficientes, funcionamento defeituoso, com importância em especial na durabilidade da obra de arte e reparação a médio prazo, entre três a seis anos, o grau 4 dizia que existe funcionamento defeituoso com importância na durabilidade e no comportamento da obra de arte, o comportamento, com esta classificação, não cumpre o nível de serviço para o qual foi concebido e pode ser necessária a elaboração de um projeto de reparação, com intervenção a curto prazo, entre um a dois anos.

Este relatório da Betar definiu etapas que no prazo de seis anos, obrigavam a Câmara a realizar investimentos nestas pontes, esses seis anos finalizaram em 31 de dezembro de 2025. Aquilo que questiono Senhor Presidente é o que foi feito? Há aqui obras que

tinham uma intervenção de 3 mil euros, outras de 32 mil euros e outras de 10 mil euros, a mais significativa, que era a ponte Engenheiro Machado Vaz, com um valor de 280 mil euros, sabemos todos que está minimamente a ser acompanhada. A ponte Europa também está a ter um trabalho de acompanhamento, mas questiono o que foi feito relativamente às restantes.

Temos estas fatalidades que têm vindo a público, felizmente não na nossa região, esperamos não passar por isso, mas gostava de ter o ponto de situação daquilo que foi feito, ou seja, há um relatório que foi produzido, tinha uma meta de seis anos para intervenções. Aquilo que eu gostaria, se não tiver possibilidade de responder hoje tecnicamente a isto, era que nos fizesse chegar, à semelhança do que aconteceu na última Assembleia, essa informação por escrito, para percebermos que trabalhos foram desenvolvidos, o que foi feito e aquilo que efetivamente poderá ainda estar por fazer, mas a pergunta mais importante é quem autoriza a abertura da circulação destas pontes em Mirandela quando elas estão submersas, como foi o caso de duas situações que tivemos aqui no nosso concelho?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara *Vitor Correia*, para responder às questões que foram formuladas, como algumas também me diziam respeito, permitam-me que vos diga duas ou três coisas.

Sobre a questão que colocou o Senhor Deputado *Bernardino Pereira*, quero dizer ao Senhor Deputado que o nosso relacionamento pessoal nunca deve ter a ver com os nossos confrontos e opiniões diversas na política e ainda bem, eu nunca misturo as coisas, a nossa amizade pessoal vai prevalecendo, as nossas divergências acontecem, mas tenho de responder sobre essa questão que colocou, como gesto de responder a todas a questões que me colocam.

Quem faz as regras da Assembleia Municipal não sou eu, nem sequer é o público; quem faz as regras da Assembleia Municipal são os Senhores Deputados Municipais. No Regimento, bem ou mal, por uma proposta que eu apresentei, havia uma alteração em relação à intervenção do público, como digo, bem ou mal eu apresentei, bem ou mal, a Assembleia aprovou, no entanto, tem havido o cuidado, quer meu, quer em Comissão Permanente de Líderes, de ultrapassar isso dado que há algum desconforto. Isso não se resolve de um momento para o outro, porque há linhas que nós não podemos ultrapassar e há uma que não quero ultrapassar, nós somos Assembleia Municipal e o público está a assistir e sem interferir no nosso campo, haveremos de arranjar uma forma, como disse de manhã, ou através do ecrã ou com outro espaço, de ultrapassar isso. Isto está a ser debatido, mas para dizer que há democracia neste tipo de decisões, eu não posso ultrapassar a lei em algumas coisas que a lei definir, nem posso alterar aquilo que os Senhores Deputados decidirem por maioria.

Em relação ao Senhor Deputado *António Martins*, que também se dirigiu a mim, sobre aquele assunto do parque, todos sabem que na Assembleia podemos propor, sugerir, podemos fazer uma série de coisas, mas, quem toma a decisão, é o Executivo, no entanto, deixou-me esta interrogação. O Senhor Deputado *António Martins* sabe ler melhor do que eu com certeza, essas questões acústicas porque, realmente, eu não consegui chegar a lado nenhum com aqueles índices e com aqueles parâmetros, a não ser o relatório final. Eu concordo consigo, se há pessoas a sofrer com barulho é preciso resolver isso, mas será que haverá algum parque na cidade que não faça interferência com alguém, ou vamos ter que pôr os parques das crianças na periferia da cidade? Se formos ali ao parque, por exemplo, da Zona Verde, tem prédios em frente, naturalmente, devem ter o mesmo problema, se formos à Praça também devem ter o mesmo problema. Isto é só para refletir, é uma questão que eu ponho. Penso, já o referi aqui, que muitas vezes se trata de uma questão de boa vontade, embora, devamos preservar o bem-estar das pessoas, concordo plenamente consigo, mas a decisão caberá ao Executivo.

Por último, o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* levantou aqui uma questão que me é muito próxima, sobre os Caretos da Torre Dona Chama, o Senhor tal como eu, não sabemos de quem foi a culpa de queimarem um fato, acho que nem foi da Câmara, nem da Junta, nem das associações culturais e recreativas da Torre de Dona Chama, são atos isolados, infelizes, que eu condeno, no entanto, eu sou tolerante em algumas coisas com estas pessoas, cuja simplicidade tem mantido esta tradição ao longo de muitos anos, se não já não havia Caretos da Torre há muitos anos, são pessoas locais, não sei quem pode resolver isso, a não ser chamar a atenção, acho que já foram chamados a atenção, as associações e os órgãos da autarquia local terão de orientar essas pessoas.

Tentei averiguar se tinha alguma associação por trás, não teve, toda a gente se pôs à parte e ninguém concordou com isso, mas também há alguma tolerância com as pessoas, como eu digo, cuja simplicidade é muito grande, mas cuja vontade de fazer também é. Há que orientá-las, as associações terão que as orientar, tal como a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, mas não esteve por trás, penso eu, nenhuma intenção, pois ninguém concordaria com a queima de um fato dos Caretos, que é uma réplica grosseira daquilo que se faz em Podence.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, o cemitério de Frechas é uma prioridade, não há dúvida nenhuma, só lamento que já tenhamos estado juntos numa reunião e que não tenha levantado lá essa questão, pois assim tínhamos ganho alguns dias, o procedimento está a ser feito para voltar a ser submetido, é isso que está a acontecer neste momento e já o podia ter feito há 15 dias atrás quando estivemos juntos, porque essas reuniões que estamos a promover são também para tratarmos de assuntos das nossas freguesias. Quanto a esta situação concordo em absoluto consigo, é urgente fazer esse trabalho e temos que acelerar o processo.

Quanto à questão da barragem do Cachão, foi feito um trabalho, que eu já pedi para recuperarem para me inteirar sobre tudo o que foi feito para lhe poder dar uma resposta mais concreta daquilo que já foi feito.

Quanto à questão das trotinetes elétricas, no último Conselho Municipal de Segurança este foi um dos assuntos que foi lá tratado e o que foi dito foi que não podiam intervir nesse assunto porque a lei não o permite, mas sem prejuízo de nós avançarmos para um regulamento municipal que possa impedir, é uma boa proposta e também penso que deve ser feita no local certo, mas apesar de ter sido feito aqui, fica já registado para trabalharmos conjuntamente com a PSP, no Conselho Municipal de Segurança para que possamos perceber o que é que se pode fazer em termos de regulamento para aplicar no nosso Município.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Bernardino Pereira*, dizer-lhe que o Senhor encarregado *Carlos Costa*, resulta da mobilidade da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Avantos e Romeu para o Município de Mirandela e depois

por aposentação do Senhor *Moraís*, abriu-se uma vaga de encarregado. O Chefe de Divisão e responsável direto, quer o engenheiro *Luís Vinhais*, quer o engenheiro *Luís Borges*, propuseram ao Executivo que ele assumisse as funções de encarregado, o assunto foi levado a Reunião de Câmara, foi aprovado e estamos muito satisfeitos com o trabalho que tem desempenhado o *Carlos Costa*.

Em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado *Arménio Vaz* relativamente à questão do saneamento de Carvalhal e Palorca, é a mesma resposta que dei ao Senhor Presidente de Junta, *José Carlos Teixeira*: estamos a refazer todo o processo para poder ser lançado de novo o concurso. Estamos em fevereiro e como sabem, até ao dia 15 de janeiro estávamos impossibilitados de o fazer. Tivemos de o fazer agora, passou cerca de um mês, estamos a trabalhar, será feito e inaugurado neste mandato, isso posso-lhe garantir.

Relativamente à questão do Parque Infantil de Pereira, também já está adjudicado, penso que terá conhecimento desse assunto. Quanto à questão da agricultura, através do nosso Gabinete de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, estamos a desenvolver vários trabalhos em parceria com a CCDR-N e outras associações, para que os agricultores possam sentir apoio e o incremento na promoção do território e dos seus produtos endógenos, para que possamos ter uma economia mais forte, sustentada também na agricultura. Esse trabalho está a ser feito e desenvolvido.

No que diz respeito à Zona Industrial, quanto aos metros de cada lote, sinceramente não sei de cabeça quais são os metros que tem cada lote, mas podem ser consultados, é um documento público e está lá plasmada essa informação. Dizer-lhe que já foram atribuídos 25 lotes e que estão agora em processo de assinatura dos contratos, o processo está a decorrer normalmente, cerca de 65% da zona foi ocupada, o que representa que vão ser criados cerca de 80 postos de trabalho, significa que há aqui um incremento.

Quanto à forma como eu vou ser conhecido, sinceramente esperava outro tipo de atitude do Senhor Deputado, nunca lhe faltei ao respeito e acho que não lhe fica bem, não me revejo nesse tipo de posicionamento. Como é que ficarei conhecido? Mais tarde veremos, estamos a iniciar o mandato, depois veremos como será.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, que faz referência ao Carnaval da Torre na Chama, quero apenas reiterar por completo as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *Luís Guimarães*, revejo-me completamente nelas, foi um ato isolado, tenho a certeza absoluta de que foi de boa-fé, tenho a certeza de que, se calhar, pegaram em exemplos que vêm de outros lados, mas de forma provavelmente ingénua não souberam avaliar o alcance que isto podia ter e tenho a impressão de que será apenas um *fait-divers* e que não terá consequências maiores.

O importante é que o Carnaval de Torre Dona Chama, a Festa dos Rapazes e dos Caretos, tenha agregação e união por todos os habitantes da Torre de Dona Chama e que possam ver que há ali potencial, um diamante por lapidar que precisa de ser trabalhado, podem contar com o apoio do Município sempre que entenderem, nós não nos podemos substituir, mas estamos disponíveis para dar esse apoio, porém tem que haver entendimento entre as pessoas de Torre Dona Chama e as associações, quer a *Dona Flâmula*, quer a ACRTDC, quer a Junta de Freguesia, quer todas as Associações que façam parte do território, porque só remando todos para o mesmo lado, conseguiremos atingir os nossos intentos e divulgar o nosso território de forma acertada.

O mais difícil já foi feito, que foi conseguir a certificação e identificação como Património Imaterial e isso é determinante para que se possa avançar. Temos que dar um segundo passo, mas só com união entre todos é que podemos avançar. Iremos promover, juntamente com todas as associações, uma reunião para percebermos o que está a falhar e o que podemos fazer para que as pessoas se unam em torno de um objetivo comum, quer da Torre da Chama, quer do concelho; é um objetivo de todos.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada *Eliana Alves*, no que diz respeito à alimentação, vamos fazer chegar a todos os Deputados, sem exceção, aquilo que é feito nas nossas auditorias, com relatórios, fotografias e toda a informação da nutricionista responsável, para que não haja dúvidas sobre o que está a ser feito

Quanto ao que disse há pouco, lamento efetivamente que num dia tenha acontecido uma refeição menos adequada. Não estava a desculpar de maneira nenhuma, porque concordo com aquilo que disse: não podemos facilitar neste tipo de questões. Se houver necessidade, reforçaremos a verba necessária para que as nossas crianças e os nossos jovens tenham uma alimentação adequada. Sabemos que, para alguns, poderá ser a única refeição do dia. E lamento profundamente dizê-lo, mas tenho conhecimento disto e, infelizmente, temos que fazer alguma coisa para melhorar. Mas agradeço também por terem trazido esse tema.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Carlos Pires*, dizer que efetivamente a questão do BUpi não é uma questão ultrapassada, é uma questão que está no nosso dia a dia, sabem que o BUpi deixou de ser financiado, nós consideramo-lo uma ferramenta importantíssima para a afirmação do território e o que estamos a fazer neste momento, com os recursos municipais que temos, é coloca-lo em funcionamento. Na Torre de Dona Chama ainda não temos lá ninguém, digo ainda porque há uma proposta da Junta de Freguesia para que seja reforçado o apoio ao Mini-GAM para podermos ter lá mais um elemento e que esse elemento possa vir a ser dedicado a esse trabalho, enquanto isso não acontece, estamos a enviar uma equipa para fazer atendimentos sempre que haja necessidade. Efetivamente é pouco, mas para além daquilo que estamos a fazer no nosso concelho, estamos também a fazer muito do concelho de Vinhais e de Macedo de Cavaleiros, o que dá aqui uma centralidade à Torre de Dona Chama como ponto de interesse, não podemos perder essa centralidade, porque é mais gente que visita aquela localidade e que cria potencial económico através deste equipamento.

Relativamente à questão dos transportes, mantemos tudo o que dissemos, durante o primeiro semestre de 2026 é compromisso da empresa que já está adjudicada o *Grupo Santos*, pôr em funcionamento essa mobilidade e esses transportes, que vão dar uma resposta mais eficaz àquilo que é hoje uma carência notória em todo o lado, o compromisso é no primeiro semestre de 2026, eu atrevo-me a dizer primeiro semestre de 2026, porque a informação que tínhamos era no primeiro trimestre, mas estamos a avançar mais três meses para dar uma margem de implementação e afirmação.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Carlos Sousa*, foi uma intervenção muito positiva, revemo-nos nela, estão neste momento dois trabalhadores do Município no centro do país a dar apoio, foi-nos pedido naquele espírito de missão, fomos contactados para o efeito e disponibilizámos a viatura que tínhamos, que acabou por não ser necessária, foram apenas os técnicos, estão neste momento no terreno a fazer esse trabalho que é necessário fazer, é o trabalho que fazia o GAM Móvel e estão lá no terreno, porque há essas fragilidades e nós fizemos esse trabalho, estão lá, vão manter-se lá durante mais algum tempo a dar esse apoio. Enviámos algum material para ajudar, nomeadamente materiais de construção, para mitigar um pouco as carências do centro do país que foi afetado pela tempestade, como é do conhecimento de todos e para quem mandamos daqui um abraço de solidariedade.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, que está preocupado com as estradas e com a rede viária, que é uma preocupação de todos, especialmente com a estrada municipal 578, sabemos que a estrada 578 é uma lacuna do nosso concelho, é uma lacuna sob o ponto de vista de para além de servir as populações que estão nessa linha, também serve de ligação de Mirandela ao IP2/IC5, que tem impedido que o desenvolvimento económico possa acontecer de forma mais adequada, tendo em conta a falta de visitantes que nos procuram e que optam por outros concelhos, precisamente por não termos essa ligação.

Como é do conhecimento público, já tivemos uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas, *Pinto Luz*, onde na tentativa de alterarmos a caracterização da estrada de municipal, para nacional, mas para já numa primeira fase, não tivemos essa possibilidade satisfeita. Já temos algumas informações que nos ajudam, no sentido de podermos integrar um Quadro de Financiamento, recorrendo ao Banco Europeu de Investimento e depois no próximo exercício orçamental, o Governo poder-nos compensar desses valores. Estamos a trabalhar nesse sentido porque, efetivamente é uma lacuna grave e não falo apenas dessa estrada, falo também de outras que têm a mesma carência.

A nível da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes está a ser feito o levantamento, há uma equipa que está a pedir quais são as necessidades de cada Município, para percebermos qual é o valor global necessário e qual será atribuído a cada Município, para podermos ter uma resposta mais integrada. Aquilo que se passa em Mirandela infelizmente, é generalizado e resulta também de decisões que foram tomadas no passado, da solução por parte dos municípios de alguns equipamentos que, volvidos alguns anos, precisam de ser reparados, isto é um problema gravíssimo.

Quanto à questão da ponte Engenheiro Machado Vaz, o assunto foi levado à reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas, este assunto está mais evoluído, o Governo já deu um sinal anterior com o financiamento do projeto na ordem dos 300 mil euros, como sabem e agora estamos a propor o financiamento da obra, que será na ordem dos 85%, mas o valor estimado para a recuperação da ponte Engenheiro Machado Vaz é de cerca de seis milhões de euros, mesmo os 15% que ficam da parte do Município, mais o IVA, representam um valor considerável que terá de sair do Orçamento da Câmara Municipal.

Respondendo à questão muito pertinente do Senhor Presidente da Junta *Luis Soares*, efetivamente estamos empenhados em que a limpeza das bermas possa ser transferida essa competência para as juntas de freguesia, no estudo que fizemos por todas as juntas de freguesia, procurámos obter junto das mesmas informação sobre qual era a sensibilidade para transferirmos essa competência e todos os presidentes de junta, de forma unânime, aceitam essa competência com algumas limitações e condicionamentos associados ao valor que fica adjacente, que é aquilo que muitas das vezes não conseguimos acautelar. Essa questão é muito importante e trouxe aqui também essa preocupação para garantir a faixa de gestão de combustível, nesta dimensão técnica, isto é, os cadernos de encargos têm de ser trabalhados de forma mais adequada àquilo que é a legislação em vigor para as faixas de combustível: 10 metros quando não é área agrícola e 5 metros quando for área agrícola, de cada lado, estamos a trabalhar nisso, mas é nossa intenção que as juntas de freguesia possam assumir essa competência, cada uma com os quilómetros e a área adequada à sua freguesia, ou eventualmente, como já foi dito nas reuniões, quando uma estrada serve duas ou três freguesias, poder ser apenas uma junta a assumir essa linha, porque uma junta pode começar em janeiro e outra em março e nunca teremos a estrada completamente limpa ao mesmo tempo. Se for apenas uma a fazê-lo, pode lançar um procedimento único e garantir a limpeza em simultâneo.

Os ganhos desta transferência de competências são que a limpeza possa ocorrer em tempo adequado. Para podermos ter a vegetação cortada mais uniformemente no território, além disso, promove-se também a economia local, porque as juntas podem recorrer a operadores económicos locais, enquanto o Município está obrigado a lançar concursos públicos, onde muitas vezes os operadores locais não conseguem dar resposta, ou não ficam com a adjudicação e isso não favorece a economia local, portanto, há aqui essa dimensão que vamos continuar a trabalhar.

Agradecer o amável convite da Senhora Presidente Junta de Freguesia da Fradizela *Ana Pimpão*, para a 10.ª Edição da Feira do Vinho e do Bacelo, lá estaremos em mais uma edição, é destas feiras e destes eventos que o território precisa para se afirmar, temos assistido, ao longo destes anos, à visita de muitas pessoas que vêm muito para além das do nosso concelho, dos concelhos limítrofes. É importante perceber a relevância destes eventos, que não são pequenos, são grandes eventos. Ainda este ano houve também a Montaria, que foi um sucesso e onde se associou uma pequena mostra de produtos locais com muito sucesso. Parabéns, Senhora Presidente.

Relativamente aqui à questão colocada pelo Senhor Deputado *Rui Sá*, é com todo o gosto que faremos o acompanhamento desta questão da arborização da cidade e do concelho e sobre esta matéria peço também alguma compreensão, porque houve aqui, no passado, uma má decisão quanto à seleção das espécies, refiro-me à escolha de espécies que hoje percebemos que atingiram um estado de degradação. Temos feito replantação, só que replantar uma árvore, até que atinja o porte da anterior, parece que não se fez nada, mas por cada árvore que tem sido arrancada por qualquer motivo, temos colocado duas, temos feito esse trabalho.

É um assunto que vou passar a o nosso Gabinete Técnico Florestal, que fará o acompanhamento e ouvirá também boas práticas e propostas, é assim que devemos trabalhar, integrados com propostas adequadas, parece-me legítimo fazermos esse acompanhamento, porque estamos num microclima, na Terra Quente, que precisa de vegetação, mas não pode ser uma vegetação qualquer; tem de ser uma vegetação capaz de resistir a este stress climático que resulta da amplitude térmica que temos. Chegamos a ter 45º, ou 50º no verão e -5º no inverno, temos amplitudes térmicas, em certos períodos, próximas dos 50º e precisamos de combater isso.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado *António Martins*, dizer-lhe que a decisão da retirada da tirolesa não é uma decisão minha, nem do Executivo, conforme tentou transmitir, recordo que os relatórios são muito claros e dizem que há possibilidade de mitigação. Temos de perceber qual é o custo dessa mitigação, esse é um exercício que temos de fazer e vamos fazer, na última Assembleia foi aprovada uma Moção que responsabiliza o Município para fazer tudo o que estiver ao seu alcance para manter a tirolesa, mas “tudo” aqui tem de ser relativo ao que estiver efetivamente ao nosso alcance, temos de garantir este binómio, a manutenção da tirolesa e a satisfação dos seus utilizadores, mas também não impedir o descanso e a tranquilidade dos vizinhos do equipamento.

Neste momento, ela está efetivamente inoperante, como já tive oportunidade de dizer, por decisão do Executivo, é uma decisão técnica, não política, garantindo sempre a segurança das pessoas no seu global, quer dos utilizadores, quer dos vizinhos, não é uma decisão minha isolada, como disse, será sempre uma decisão técnica, como afirmei desde a primeira hora, não é uma questão

política, é uma questão técnica, se é para manter, terá de ser em determinadas condições que garantam o bom funcionamento para todos.

Relativamente à questão das cheias, temos feito trabalho nas principais pontes, sobretudo nas mais problemáticas. Recordo o investimento feito na Ponte Europa e o que está a ser desenvolvido na ponte Engenheiro Machado Vaz. Quanto às outras pontes, permita-me inteirar-me de forma mais detalhada das intervenções que estão a ser feitas para depois poder enviar essa informação, mas nas duas mais problemáticas tem sido feito trabalho e podemos concluir que esse trabalho teve resultados, esta gestão contribuiu para que este ano não tivéssemos o caudal a transbordar para além do leito normal na cidade e resulta também do trabalho feito na Ponte Europa, nomeadamente nas comportas, que tiveram de ser retrabalhadas e colocadas novamente em funcionamento, porque já não estavam a responder devidamente e estavam a ser um obstáculo, se elas estivessem como estavam há quatro ou cinco anos atrás, teríamos tido a cidade inundada, felizmente responderam, estiveram abertas quando foi necessário e isso foi possível porque houve investimento e intervenção.

Temos também de reconhecer o que está bem, pois nem tudo está mal, às vezes trazemos apenas o que está mal, mas é importante reconhecer aquilo que foi bem feito e aqui houve trabalho e houve resultados, sem prejuízo disso, iremos analisar a situação das restantes pontes referidas.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando uma entidade privada pretende obter um licenciamento, tem de entregar um relatório acústico, sob pena de não lhe ser passada a licença de utilização, é um requisito legal e quem fiscaliza isso é a Câmara Municipal. Neste caso, o infrator é a própria Câmara Municipal, quem fiscaliza a Câmara é a Assembleia Municipal, é essa a nossa competência. A partir do momento em que temos relatórios que nos foram dados a conhecer, é normal que coloquemos questões sobre aquilo que está mal e aquilo que lhe quero voltar a referir é que as três medidas mitigadoras previstas têm todas o último parágrafo, que diz, retirar a tirolesa, todas elas têm o último parágrafo apesar de terem outras medidas mitigadoras. Uma delas propõe erguer o muro com 4,5 metros no sítio do muro que lá está, que é o limite de propriedade, com 4,5 metros de altura, o regulamento apenas permite muros até 2,20 metros, vamos criar novamente um outro imbróglho, fazendo um muro de 4,5 metros não cumprindo novamente o regulamento por causa de uma tirolesa?

Eu não tenho nada contra o parque, nem contra a tirolesa, se calhar temos é de pensar numa solução diferente, o alerta que eu deixo é este, o relatório diz claramente que o problema do ruído só se resolve desativando a tirolesa e retirando-a dali, ou colocando-a noutro local, ou então, uma das medidas mitigadoras é fazer um muro com 4,5 metros, alguém quer um muro com 4,5 metro no limite da sua propriedade? Não é possível fazê-lo legalmente.

Estivemos aqui durante quatro anos e meio perante o dilema de uma família que legitimamente apresentou queixa e agora vamos andar mais quatro anos e meio atrás de um muro que se vai construir, cedros para se por lá, árvores de grande porte. Temos de ser racionais, vocês já gastaram com esta brincadeira entre o parque e os estudos, para cima de 100 mil euros, tenho quase a certeza disto e para fazerem uma parede destas, vão precisar de mais 130 mil euros, ou 140 mil euros, há uma altura que nós temos de dizer basta e é aqui que o Senhor tem de entrar na equação, porque a decisão é sua, é política. Se hoje o Senhor Presidente disser que a tirolesa tem de ser mudada de local, amanhã isso executa-se e o Senhor Presidente acaba com isto, a decisão é sua, porque os técnicos já se pronunciaram e não é preciso ser entendido para ler o que está aqui.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Essa é a sua perspetiva, há outras perspetivas e nós, sempre garantindo aquilo que é a questão técnica, estamos aqui a analisar outras questões e há uma coisa que é certa, ela não vai ser colocada em reposição de utilização, sem estar garantida essa questão, porque há outras propostas para resolver o assunto.

Aquilo que nós entendemos e isso é uma questão que nós devíamos todos pensar, é sempre na comunidade e a comunidade é algo que nos tem que nortear e nós temos que nos nortear, o maior problema que acontecia ali na Tirolesa e parece-me que era essa a grande reivindicação da família *Brízido*, era a utilização fora de horas e aí sim, fora das horas normais, a partir das 22 horas havia utilização indevida, o que nós devemos garantir é que a partir de determinadas horas não haja utilização para que o descanso dos vizinhos seja garantido, nomeadamente o descanso da família *Brízido*, nada me move contra o Senhor *Brízido* ou família, nada, zero, nada, o Senhor *Brízido* é que pensa que sim, mas não é nada disso, nada me move contra ninguém.

O que eu lhe digo é, a partir daquela hora tinha de haver descanso, podia ser a família *Martins*, podia ser a família *Correia*, tinha que haver obrigatoriedade de descansar, isso não aconteceu ali e há ali também alguma falta de civismo, alguma utilização do parque fora das horas normais.

Eu tenho acompanhado por esse país fora há autênticas gaiolas, os parques têm uma vedação à volta com fechadura, alguém vai lá fechar para não utilizarem fora de horas, acontece em todo o lado, não é só em *Mirandela*, há falta de civismo excessivo para além das horas normais, mas garanto-lhe outra coisa, se a tirolesa sair de lá, vamos continuar a ter ruído, se nós não tivermos lá algumas regras que possam mitigar a utilização fora das horas normais, vai continuar a haver ruído, porque as crianças fazem barulho, ainda bem que fazem barulho, tomáramos nós ter muitas mais crianças a fazer barulho, desculpem-me, eu quero crianças na nossa cidade a fazerem barulho, todos queremos. O problema é a utilização do parque infantil, a tirolesa é só uma parte desse problema.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes de avançar para o período da ordem do dia, vamos passar à leitura da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.

Vou pedir aqui à Senhora Secretária *Filipa Cerqueira*, que leia a mesma, porque nem todos tiveram conhecimento, para além dos líderes, do teor da Moção.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *FILIPA CERQUEIRA* disse: Senhor Presidente, Senhores Secretários.

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

O Senhor Deputado *Jorge Humberto Fernandes* (CDU), apresentou a seguinte Moção:

“Moção

Pela concretização do Plano de Mobilidade do Vale do Tua e sua reintegração na Rede Ferroviária Nacional

O Plano de Mobilidade do Vale do Tua (PMVT), de 2009, que prevê medidas de compensação pela submersão de 20 km da Linha do Tua entre as estações de Brunheda e Foz Tua, integra a Declaração de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, a barragem concluída em 2017.

Passados dezasseis anos do anúncio do PMVT e mais de dezasseis milhões de euros depois, as populações dos cinco concelhos do Vale do Tua, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor, continuam sem nada ver concretizado daquele plano de mobilidade.

Numa lógica de desmantelamento do setor ferroviário, os governos de serviço de PS e PSD engendraram, primeiro a concessão da operação da Linha do Tua à autarquia de Mirandela e depois a intenção de a entregar à Mystic Tua S.A., numa apregoada componente turística.

Neste contexto, a responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação do PMVT coube formalmente à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (ADRVT). Criada em 2011, a ADRVT integra aqueles cinco municípios e a Movhera, que substituiu a EDP desde a venda em 2020 do lote de seis barragens que incluía a Barragem de Foz Tua.

A ADRVT tinha estabelecido, em 2015, protocolo de entendimento com a empresa ‘Autocarros, Barcos, Aeronaves e Comboios Turísticos do Vale do Tua, SA’ depois designada por Mystic Tua S.A. que veio a ‘ganhar’ a concessão como único concorrente em 2016.

Nesta operação privada da Linha do Tua foi adquirido um Comboio Turístico, com verbas públicas do PMVT, pelo empreendedor da Mystic Tua S.A.. Porém, no processo de homologação para operar foi verificado que este não tinha aderência para circulação em linhas de caminho-de-ferro pesado, com rodados demasiado pequenos, sem condições de se adaptar à operação naquela linha.

A duração do inconsequente processo de homologação deste comboio terá, aparentemente, sido motivo de desinteresse da Mystic Tua S.A. na operação turística, e também local, na Linha do Tua.

Certo é que milhões de euros públicos jazem ali espalhados. O comboio apodrece na Estação de Mirandela, o barco turístico degrada-se na albufeira da barragem do Tua perto da Estação da Brunheda, e nos 33 km entre estas duas estações a Linha do Tua jaz ela mesma abandonada e já novamente invadida pela vegetação e assediada pelo arvoredo envolvente, depois de cerca de 5,6 milhões de euros gastos na sua reabilitação em 2020.

E quanto ao material circulante adquirido à CP, mas ao que consta não pago, as duas automotoras LRV 2000 continuam abandonadas e por recuperar desde 2018 quando terminou a operação do Metro de Mirandela. Em 2017 a Estação de Mirandela tinha registado 48 mil passageiros e, segundo a mesma fonte, na Estação de Carvalhais o registo de passageiros foi de 46 mil em 2010.

É neste degradante abandono, decorrente de uma lógica de privatização associada a políticas que não acautelam o interesse das populações, que se encontram os cinco concelhos do Vale do Tua, às quais está a ser negado o seu direito à mobilidade e ao transporte ferroviário.

Assim,

Considerando, que o atual Governo PSD/CDS, através do seu Ministro das Infraestruturas e Habitação, se demite das suas responsabilidades neste processo, entendendo que não é viável a reclassificação da linha e a sua reintegração na CP, não apontando até ao momento soluções para o impasse.

Considerando, a inércia dos vários Governos, o que contribui diretamente para que a falta de mobilidade das populações afetadas pelo encerramento da linha do Tua continue a ser um problema muito sentido nesta região.

Considerando, que a concessão de património público, bem como a concretização de contrapartidas a uma empresa privada são a causa maior da atual situação de atraso, com prejuízos sérios para as populações afetadas pela construção da barragem.

Considerando, que com a construção da Barragem de Foz Sabor a Linha do Tua ficou isolada e desligada da Rede Ferroviária Nacional.

Considerando que se encontra, neste momento, na Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação um Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, designado, pela reintegração da Linha do Tua na Rede Ferroviária Nacional, que propõe a reposição do transporte público ferroviário entre a Brunheda e Carvalhais e a sua ligação com a futura linha Porto – Bragança.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida no dia 20 de fevereiro de 2026, delibera:

1. Instar os Grupos Parlamentares da Assembleia da República a aprovar o Projeto de Resolução n.º 487/XVII/1.<sup>a</sup>, pela reintegração da Linha do Tua na Rede Ferroviária Nacional.
2. Instar o Governo e os Ministérios das Infraestruturas e Habitação e do Ambiente e Energia a encetar esforços por forma a garantir o cumprimento desta resolução.
3. Instar o Governo e os Ministérios das Infraestruturas e Habitação e do Ambiente e Energia para que seja reiniciada na Linha do Tua a operação da CP, entregando à CP as verbas adequadas para esta operação e acionar processo de tentativa de recuperação de eventuais verbas da ADRVT ainda alocadas na Mystic Tua S.A.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Lido o teor da Moção, ela tem mais qualquer coisa. A seguir diz assim: “*Uma vez apreciado e votado favoravelmente pela Assembleia Municipal, é dado conhecimento...*” E o senhor deputado *Jorge Humberto* tem aqui um papel de entidades a quem deve ser dado conhecimento. Senhor Deputado *Jorge Humberto*, eu não vou considerar isso e não vou considerar porque para quem nós devemos mandar uma Moção é uma decisão nossa, é uma decisão nossa e que terá a ver com aquilo que são os setores mais responsáveis pelo assunto.

Não vamos mandar para a Assembleia de Murça, para a Assembleia de Vila Flor, não, não é um assunto que lhes diga respeito, porque é um assunto interno que irá para os órgãos e nomeadamente neste caso para o Governo, eventualmente para a Assembleia da República e para dois ministérios, não vou considerar.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É só para informar que, quando nós dizemos que, votada favoravelmente esta Moção, é para dar conhecimento ao senhor Primeiro-Ministro, ao senhor Ministro da Presidência, à senhora Ministra do Ambiente e da Energia, à senhora Ministra das Infraestruturas e Habitação, aos senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao senhor Presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães, ao seu colega Presidente da Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães, ao senhor Presidente da Câmara de Vila Flor, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Flor, aos membros da Assembleia Municipal de Vila Flor, ao senhor Presidente da Câmara de Alijó, aos senhores membros da Assembleia Municipal de Alijó, ao senhor Presidente da Câmara de Murça, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Murça e aos membros, fundamentalmente aos membros da direção da Agência de Desenvolvimento Regional do Tua.

São estas as entidades a quem compete zelar por aquilo que foi um compromisso, de que existe uma barragem e nós não estamos a falar no município de Lisboa, estamos a falar dos municípios que contribuíram para que a barragem fosse concessionada e construída através de uma coisa que é importante e que não podemos negar aqui. A barragem só existe porque existiu, e existe, um Plano de Mobilidade nesta região, porque se não fosse esse Plano de Mobilidade não existia barragem, isto era aquilo que fazia parte do pacote ambiental para a construção da barragem, por isso é que nós, dando conhecimento a isto, mostramos que Mirandela não pode abdicar deste Plano de Mobilidade do Tua.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Agora terminou bem, Mirandela é Mirandela e está ligada a este processo, as outras assembleias que tomem as medidas que entenderem; é uma questão delas.

Mesmo na sua Moção, Senhor Deputado *Jorge Humberto*, termina assim “instar os grupos parlamentares da Assembleia da República”; “instar o Governo e os ministérios” que são dois, o resto é divulgação política.

Para onde deve ser enviada a moção, se for, nós ainda estamos longe de saber o que é que vai acontecer no caso de ser aprovada, naturalmente que a Mesa da Assembleia entenderá que ela deve chegar a algum sítio, deve ser ouvida, mas não é distribuída aqui e por tudo isso, eu não vou considerar isso, até estava para lhe pedir para retirar, eu acho que tenho esse direito, porque a decisão de enviar é nossa.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, longe de mim dizer que o Senhor Presidente não tem direito, longe de mim essa pretensão, nem faço questão de a ter, agora acho que também não deve ter o Senhor Presidente a pretensão de sonegar esta informação a todos os intervenientes que daqui fazem parte.

Senhor Presidente, uma coisa é nós votarmos aqui uma moção no que diz respeito àquilo que são os direitos das populações do concelho de Mirandela, isso é ponto assente, outra coisa é nós, pela nossa capacidade de intervenção, porque é assim que eu quero ver esta moção, sermos os pioneiros e mostrar às outras entidades, quer sejam câmaras municipais, quer sejam assembleias municipais, que podem tomar a mesma iniciativa que nós tomamos para fazer pressão sobre o poder central, para que esta solução seja resolvida definitivamente. Eu não quero pôr esta questão como uma “tiroleira”, mas quero pôr esta questão na ordem do dia de trabalho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, eu não tenho nenhuma dúvida da intenção da moção, é que a moção é uma moção, pura e simplesmente, não é uma orientação e aquilo que vem a seguir já é uma orientação para a divulgação e isso cabe à Mesa, quando muito caberia à decisão do Plenário, mas acho que nem vale a pena, porque quem é que pode resolver o problema? São as entidades para quem nós devemos mandar e que devem ficar atentas; as outras não resolvem coisa nenhuma, é apenas a divulgação de uma questão interna, eu não vou atender, peço desculpa, não vou. Depois dir-lhe-ei para onde vai e há de chegar ao seu destino, se ela for votada.

Aproveito para fazer aqui um esclarecimento sobre as moções, porque acho que há aqui, às vezes, interpretações erradas.

A lei diz que, “uma moção é uma proposta ou requerimento formal apresentado numa assembleia ou câmara legislativa, submetido à votação, para que o órgão se manifeste sobre determinados assuntos. Pode ser usada para expressar apoio, desconfiança, repúdio, louvor ou pesar, agindo como instrumento de posição política”. É verdade, normalmente, as moções ou são, de apoio, de censura, de confiança, de louvor ou de pesar, as mais comuns até são as de censura.

Esta moção que nós temos aqui e, aliás, o Senhor Deputado *Jorge Humberto* faz questão de o dizer, mas se calhar muita gente não teve isso em atenção; é normal, eu tive que ter e tive que ir ler, faz aqui referência ao Projeto de Resolução da CDU apresentado na Assembleia da República, que é o n.º 487/XVI/1.<sup>a</sup>, já foi apresentado no dia 12 de janeiro, isto é exatamente aquilo que foi o projeto de resolução apresentado pela CDU.

No entanto, o nosso Regimento, já não é propriamente a lei, diz que as moções devem ser apresentadas quando digam respeito à autarquia, ao nosso município, portanto, esta de certo modo, diz respeito. O que nós vamos aqui votar e antes vamos abri-la a discussão na Assembleia, é de facto uma questão que já foi levantada na Assembleia da República e que nós, eventualmente, se ela passar, vai dar mais alguma consistência, portanto, o efeito é este. Se forem ler o Projeto de Resolução n.º 487/XVII.ª, que é do dia 12 de janeiro, foi apresentado pela CDU na Assembleia da República e o teor é praticamente o mesmo.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu pretendia apresentar uma Moção sobre um assunto que versa sobre o mesmo tema. Agora, é nesse sentido que eu a queria apresentar agora, porque depois a discussão poderia fazer-se em conjunto, uma vez que versa quase sobre a mesma matéria.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vamos lá ver, as Moções têm um período de discussão, todas as Moções têm um período de discussão e é essa parte que vamos cumprir.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ SILVANO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Venho aqui discutir esta Moção e dizer claramente que sou contra a forma como está redigida esta Moção e o Grupo Municipal do PSD é contra esta Moção, ela não tem aplicação possível, é uma Moção ideológica, aliás, já no sentido de todas as outras que aqui normalmente apresenta o PCP e isto está a demonstrar desde 1991, que o público, o Estado, os governos, não querem fazer, nem explorar este serviço ferroviário e não querem porque tomaram uma decisão em 1991, encerrando o troço Mirandela–Bragança em 1991 e depois em 2008, o troço desclassificado Mirandela–Tua.

Se o Estado, se o Governo e atenção, partindo de todos os governos, dos Partidos que lá estiveram, embora o início fosse em 1991 com *Mário Soares* e em 2008, com *José Sócrates*, no meio passaram os governos do PSD que fizeram exatamente o mesmo, não a reativaram em nada, se publicamente a CP, através do Governo, quisesse explorar a Linha do Tua, já o tinha feito, não estava há 37 anos com ela desativada e pelo menos há 18, com ela desativada entre Mirandela e o Tua e só tivemos circulação de carruagens e de locomotivas do Metro em Mirandela a partir de determinada altura e só não encerrou em 1991 este troço de linha porque na altura, o Senhor Presidente da Câmara de então, com uma ideia de um projeto de Metropolitano Ligeiro entre a cidade e a estação, ou entre Carvalhais e a estação, insistiu e aí a CP, porque lhe custava menos e não era politicamente tão nefasto encerrá-la, deixou fazer uma concessão para chegar ao Tua, senão tinha encerrado também em 1991, como encerrou o troço daqui para Bragança.

Tudo o que esta Moção diz, de pedir ao Governo a concessão outra vez da CP para a exploração deste percurso da Linha do Tua não é realisticamente, possível, primeiro, pela razão que acabei de dizer e segundo, porque foi construída a barragem e da Brunheda para baixo, não se consegue funcionar em termos de caminhos de ferro, porque está alagada a respetiva linha. Foi nesta sequência que, as pessoas não entendem, pois só falam na comunicação social, ou nas redes sociais para insultar as pessoas, surge a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua com uma proposta de mobilidade, porque o Governo já tinha acabado com a respetiva mobilidade entre um lado e o outro e quando dizem que isto constava da DIA, como disse aqui o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, na construção da barragem, no início da construção da barragem, isso não é verdade, desculpe, eu estou aqui desde 1991, o único que sabe isto desde 1991 sou eu e ainda bem que interroga, que é para não dizer depois asneiras nas redes sociais e na comunicação social.

A questão é esta, o que está na DIA é fazer uma contrapartida entre a Brunheda e a barragem de Carrazeda de Ansiães, quando nós autarcas depois de Vila Flor e Mirandela, como havia o Metro que funcionava daqui até ao Tua, dissemos, “Não, não, têm que ser os cinco municípios, porque nós também temos interesse, porque a atual linha existente, que era feita pelo Metro Ligeiro de Mirandela, também chega ao Tua e também deve abranger estes municípios” e daí surge, não dois municípios a receber as compensações conforme estava na DIA inicial, mas uma associação para representar os cinco municípios, isto é claro e objetivo, a ADRVT foi criada em 2011 para gerir este plano, isso é claro e objetivo.

Por isso é que o PSD tinha uma Moção para apresentar em contrapartida, que era para ajudar a atual Câmara, ou as câmaras da ADRVT e ao mesmo tempo tentar pressionar o Governo, já que os anteriores não o quiseram fazer, não homologaram, o que se pode fazer é dizer assim, “Por que não aprovarem este plano de mobilidade que os municípios querem, que negociaram, que tem contrapartidas”, porque é que esta Assembleia e aí sim, não vai atrás disso, dar força ao Município de Mirandela, neste caso e as outras se o quiserem ao deles, para dizer que este plano deve ser homologado conforme ficou assente entre o Governo, a ADRVT e a CP na altura, que também concordou com este processo.

Quando se diz que aqui está gasto muito dinheiro público desbaratado, é mentira, não há aqui nenhum dinheiro público, o dinheiro que existe neste plano de mobilidade investido, é todo da EDP, como contrapartida da barragem, que é uma entidade totalmente privada.

Isto é claro e objetivo, por isso, nós, em contrapartida disto, porque não é possível voltar isto ao setor público, era tentar fazer uma Moção de apoio ao atual projeto que existe de mobilidade e que não está homologado, que as câmaras já concordaram em conjunto com a entidade privada e com o Governo, para que rapidamente se dê uma resposta a essa situação, se for possível positiva e nós fazemos pressão sobre isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para corrigir aqui uma confusão, em 1991, o titular do cargo de Presidente da República era *Mário Soares*, mas o Primeiro-Ministro era *Cavaco Silva*. Em 2008, o Presidente da República seria *Cavaco Silva* e o Primeiro-Ministro seria *José Sócrates*. Era só para corrigir esta situação, e é verdade que todos os governos são, de certa forma, responsáveis nesta situação.

----- O Senhor Deputado Municipal *TIAGO MORAIS* (IL) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Um pequeno aparte primeiro, quero dizer que fico feliz pelo facto de a Moção não ter 30 páginas, porque isso obrigaria à sua leitura completa aqui na Assembleia, mesmo depois de a Moção ter sido entregue antecipadamente aos Líderes das Bancadas.

Bom, esta vai ser uma intervenção muito rápida e vou tentar ser direto neste assunto. Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* e à CDU por trazerem esta Moção à Assembleia Municipal e por continuarem a insistir neste tema, não só a nível local, como também a nível nacional e não me custa nada dizer isto publicamente, o anúncio do Plano de Mobilidade Vale do Tua foi feito, como sabem, há já 16 anos, já foram gastos milhões e não vemos uma resolução à vista e por isso é que vemos com bons olhos que este assunto não caia no esquecimento.

Quanto a esta Moção mais especificamente, admito ter muitas reservas, não só no conteúdo, como também na forma, apesar do Senhor Deputado *Jorge Humberto* ter uma escrita mais simpática do que a de alguns dos seus colegas da Assembleia da República, que dão uma carga ideológica muito maior à proposta de resolução sobre este mesmo assunto, no entanto, mesmo com estas reservas que admiti ter, votaremos favoravelmente esta Moção, apenas e só por considerarmos que não é prejudicial uma chamada de atenção para este tema, ou para qualquer outro tema de elevada importância local ou regional, depois na Assembleia da República.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para fazer aqui um pequeno resumo de algumas datas que já foram apontadas:

- 2011 – O Governo anuncia e confirma o fim do serviço público de exploração do comboio
- 2012 – Foi desclassificada a rede ferroviária nacional, a Linha do Tua.
- 2013/2014 – Teve início a construção da barragem.
- 2015/2017 – Foi assinado o acordo para a mobilidade (2015/2017), deu-se início ao enchimento da barragem em 2016 e em 2017, foi feita a submersão total do troço final da Linha do Tua.

Questionamos agora o seguinte, é oportuno neste momento apresentar novamente esta Moção? Porque razão é que não foi colocada por exemplo, há bem pouco tempo tivemos o PRR, por que razão não foi incluída nessa altura? Porque eu entendo que, não só estão em causa as questões burocráticas entre as câmaras e a entidade que ficou com as barragens da EDP, mas a questão da segurança dos taludes, das pontes, das obras de arte e das pendentes, é uma questão fundamental e isso vai requerer certamente, a alocação de dinheiros públicos, numa altura desta em que nos acontecem estas catástrofes, a oportunidade da proposta parece-me um pouco “desajeitada”, porque é que o Governo de então não foi alertado e assessorado, ou mesmo pressionado pelas autoridades, ou pelas entidades regionais e locais, para inscrever no PRR a necessidade de definir e incluir o financiamento estratégico, alocando recursos necessários para alavancar o desenvolvimento da região e contribuir para o crescimento económico do país? Volto a referir, será que é este o momento adequado para apresentar esta Moção?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, entendemos todos mais do que ninguém, que é urgente a necessidade de se por em prática todas as medidas que fazem parte do Plano de Mobilidade do Vale do Tua, não só pelo justo ressarcimento às populações e ao Estado, de uma pequena parte das perdas causadas pela construção da barragem, em forma de medidas compensatórias, mas também pelo elevado potencial económico que uma medida desta natureza pode trazer em prol do desenvolvimento sustentado de um território rico em recursos, mas frugal em geração de valor.

Entendemos por outro lado, que a votação positiva nesta Moção poderá eventualmente correr o risco de poder vir a ser interpretada como falta de solidariedade para com outras regiões que carecem, neste momento, de recursos, como eu já referi, mas sabendo que estes mesmos recursos concorrem com a necessidade de investimento obrigatório na prevenção da segurança, como eu também já referi, no entanto o Grupo Municipal do PS, dada a pertinência e a necessidade de insistência junto das autoridades que têm poder nesta matéria, vai apontar o voto a favor desta Moção.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foram aqui ditas coisas muito simpáticas pelo Senhor Deputado *José Silvano*, com quem eu tenho o prazer de debater este assunto, porque ele era a principal pessoa, na altura, que punha e dispunha do conceito do Plano de Mobilidade do Tua e mais concretamente da barragem.

O Senhor Deputado *José Silvano* na altura era Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, quando começámos a discutir a implementação da barragem Foz do Tua, eu ainda sou do tempo em que o Senhor Presidente da Câmara da altura dizia que era contra a barragem, foi um acérrimo defensor de que a barragem não se construísse, porque iria condicionar o transporte de pessoas e bens do Tua a Bragança, mas fica claro que depois, foi mudando a sua trajetória nessa capacidade de intervenção, dizendo na altura, que afinal já era a favor da barragem, porque iria ser feito um plano de mobilidade em que o Partido do Senhor Deputado e o próprio Senhor Deputado que era Presidente da Câmara, consideravam que seria um plano de desenvolvimento muito grande para a região, porque iria potenciar o turismo.

O que fica claro, depois desta hipotética Moção que surge à última hora do PSD contra a Moção que nós apresentámos, é que a acusação que fazem é que a nossa Moção é ideológica e a vossa é pelo desenvolvimento e então é continuar como está, entregam a um privado que não anda para a frente, nem para trás.

O Projeto de Resolução que está entregue na Assembleia da República e que vai passar à discussão, o que está em causa no Projeto de Resolução é tão simples quanto isto, é para que a Linha do Tua fique integrada no que será o projeto nacional ferroviário, apresentado pelo Partido Social Democrata e o que nós pretendemos é que esta linha, contra o que diz o Senhor Deputado *José*

*Silvano*, possa ser integrada, havendo vontade política, obviamente, se o PSD na Assembleia da República votar a favor do projeto de resolução, para que a Linha do Tua passe a integrar o Plano Ferroviário Nacional, teremos a Linha do Tua a funcionar com o serviço público da CP, sem qualquer tipo de problema e a andar para a frente.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ SILVANO* (PSD) solicitou direito à resposta:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só quero dizer ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* que não levo isto sequer como defesa da honra, porque as pessoas distorcem os factos conforme querem, eu ainda bem que o disse, fui a principal entidade do concelho de Mirandela, quando era Presidente da Câmara, que se opôs à barragem do Tua, porque isso comprometia a Linha do Tua, que beneficiava Mirandela até ao Tua. Fizemos esta luta durante quatro anos, quatro anos com cartazes, com televisões, com tudo. O Governo deu autorização para construir a barragem, que a EDP já tinha à concessão há dois anos, não havia nada a fazer quanto a isso, a decisão foi tomada em Diário da República, depois dessa decisão tomada, a Câmara Municipal ou ficava em desacordo com o Governo e limitava-se a protestar, ou tinha que tentar de alguma forma, minimizar os prejuízos sofridos com a barragem e daí surgiu o Plano de Mobilidade do Tua, que foi desenvolvido e que tinha muito potencial no aspeto comercial, se não as cinco Câmaras não tinham concordado, tinha potencial se fosse homologado e implementado, para desenvolver a região do Tua, tinha milhares de pessoas que vinham aí, vale mais isso do que nada.

Quando o Senhor Deputado dizia e bem, que se agora o Governo quiser integrar a linha na rede ferroviária, poderá fazê-lo, é verdade, mas como é que isso é viável com metade da linha inundada, apenas ligando de Bronceda a Mirandela, onde está a viabilidade disso? Quando a linha funcionava até ao Tua, em 37 anos, nenhum Governo quis explorar a Linha do Tua. Este Plano de Mobilidade é a única salvação da região, temos que estar com a associação e com este projeto de mobilidade e tentar que o Governo o homologue, é a única forma que nós temos de garantir alguma coisa, porque o setor público não fará rigorosamente mais nada.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gosto da forma entusiástica como estamos a defender o nosso território, a nossa região, mas temos que abordar alguns assuntos, não vou pegar no passado, nem em quem é que é o culpado, isso não é relevante. O que é factual é que desde 2016 está a acontecer o aproveitamento hidroelétrico da Foz Tua, isto é, foi iniciado pela EDP, que depois passou para a atual entidade, nessa transição, alguma coisa não terá corrido bem, porque a Declaração de Impacto Ambiental não está cumprida, se estivesse cumprida nós teríamos atualmente o comboio a terminar em Mirandela e este plano de mobilidade que foi atribuído à entidade *Mystic Tua*, tem três componentes, a componente rodoviária, fluvial e ferroviária. A componente fluvial está em funcionamento, a ferroviária nunca conseguiu ser implementada, porque o promotor nunca conseguiu o licenciamento para a ferrovia. Só a CP tem essa possibilidade e outra entidade, que vamos mencionar mais à frente. Passados 10 anos, o território não tem compensação para esta implementação do aproveitamento hidroelétrico, tem zero, há faturação em 10 anos, de 2016 a 2026 e o território não foi compensado, a Agência constituída para gerir este território, como sabe o Senhor Deputado *José Silvano*, apenas recebe uma ínfima percentagem, com um limite de 300 mil euros por ano, não recebe mais nada, pelo contrário, tudo o que é feito em termos de projetos pelos cinco municípios ainda têm de dar do seu capital próprio para poderem implementar esses projetos, não só não estamos a ter benefício, como ainda estamos a ter investimento que deveria ser feito pela entidade responsável pela exploração, não conseguindo obter a licença, essa é a desculpa apresentada, o promotor *Mystic Tua* já manifestou vontade de sair do processo, mas durante este tempo recebeu cerca de 11 milhões de euros para implementar, o cais fluvial está feito, mas não operacional com algumas deficiências de licenciamento, não podem agora os municípios assumir uma responsabilidade que não lhes compete, quem assumiu e recebeu a concessão terá de assumir o valor, temos de pressionar as entidades governamentais para que isto possa acontecer.

Recentemente, numa reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas, *Pinto Luz*, este assunto foi abordado, tendo o Ministro afirmado que a CP está fora de questão para voltar a operar neste território, mas abriu-se uma possibilidade, há uma entidade que manteve durante algum tempo, como disse o Senhor Deputado, a linha em funcionamento através do Metropolitano Ligeiro de Mirandela e o Metropolitano Ligeiro de Mirandela tem licença e pode ter viabilidade, caso haja entendimento, se a CP não quiser operar, o Metro pode ocupar esse espaço, permitindo voltar a ter comboios, mas isto significa que precisamos de perceber em que ponto está, porque não está implementada a DIA. O Senhor Ministro das Infraestruturas passou o assunto para a Senhora Ministra do Ambiente que, por sua vez passou para a Agência Portuguesa do Ambiente, para apurar responsabilidades.

Sabendo que a Declaração de Impacto Ambiental tem força de lei, se a lei não é cumprida o Governo tem que fazer cumprir a lei, o Governo é responsável por isto e não está a fazê-lo e nós neste momento, todos os que estamos aqui, não nos podemos calar, sob pena de estarmos a ser coniventes com algo que o território está a perder todos os dias e que a faturação acontece.

Isto para dizer que, há algumas questões que não podemos ignorar, não se trata de discutir o passado ou atribuir culpas, mas sim de ser pragmáticos, precisamos implementar, porque se nós tivermos este plano de mobilidade em funcionamento, para além de servir as pessoas que moram nessa linha, tem ainda a complementaridade turística.

O Município de Mirandela fez o seu trabalho, recuperou a Estação, que está preparada para receber novamente comboios, seja turístico, ou de outra natureza, precisamos de agir e pressionar as entidades governamentais, mostrando o nosso descontentamento, não nos podemos calar. Estamos em sede própria e devemos convergir para o melhor para o território, temos de nos unir para que a região seja compensada pelo aproveitamento dos recursos existentes, independentemente da forma como isso se concretize. Como disse o Senhor Deputado *José Silvano*, a linha da Brunheda para baixo é irrecuperável, podemos no entanto manter este plano, as pessoas poderão chegar à barragem de forma rodoviária, depois seguir de forma fluvial até à Brunheda e continuar de comboio até Mirandela e este é um projeto turístico viável, que complementa a linha do Douro, capaz de canalizar turistas e visitantes.

Esta é a realidade, temos que nos unir, através de Moções ou de outras formas, mas temos de avançar e temos de unir esforços para implementar este projeto.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ SILVANO* (PSD) fez um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente também levantou a questão e apresentou uma alternativa, a Moção da CDU tem a intenção é que a CP, através do Governo, volte a explorar a linha do Tua e a Moção é nesse sentido, é fazer pressão para que isso aconteça.

A minha Moção era completamente distinta, agora acrescentando que o Senhor Presidente vai contra isto, se nós vamos fazer uma Moção a dizer que deve ser outra vez um serviço público, estamos a tentar enfraquecer a posição que os municípios e a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua estão a defender, de que é uma entidade privada que pode nestas circunstâncias explorar aquilo, desde que tenha uma concessão, como tinha o Metro com a CP, mas não é para fazer uma exploração pública dessa situação.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se me permite fazer um comentário, a posição da ADRVT é de que a CP retome essa exploração da linha, no entanto, como o Senhor Ministro disse que a CP não iria retomar, avançamos com uma alternativa. Isso não significa que a posição do Senhor Ministro seja necessariamente consensual ao nível do Governo, uma vez que ele é apenas uma parte do Governo, portanto, não estou em desacordo com esta alternativa apresentada na Moção, nem estou a tentar influenciar decisões, apenas estou a manifestar a minha opinião, que me parece também que poderá ser válida.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O projeto de Moção, contém os seguintes pontos:

Instar os Grupos Parlamentares da Assembleia da República a aprovar este Projeto de Resolução que integra a linha do Tua no Plano Nacional Ferroviário, atualmente o projeto do PSD prevê que o comboio passe a 10 km de Mirandela, o que pedimos é que, com a integração da linha do Tua no Plano Nacional Ferroviário, seja garantido que o comboio passe efetivamente por Mirandela.

Instar o Governo e os Ministérios das Infraestruturas e Habitação e do Ambiente e Energia a garantir o cumprimento desta Resolução, assegurando o comboio no plano de mobilidade do Tua.

Instar o Governo e os mesmos Ministérios para que a operação da CP na linha do Tua seja reiniciada, seja de que forma for.

Não se trata de uma questão ideológica, o Senhor Deputado prefere a exploração privada, eu defendo a pública, estamos de acordo quanto à necessidade de funcionamento da linha, o importante é que funcione.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor e 20 abstenções, aprovar:

- 1. Instar os Grupos Parlamentares da Assembleia da República a aprovar o Projeto de Resolução n.º 487/XVII/1.ª, pela reintegração da Linha do Tua na Rede Ferroviária Nacional.**
- 2. Instar o Governo e os Ministérios das Infraestruturas e Habitação e do Ambiente e Energia a encetar esforços por forma a garantir o cumprimento desta resolução.**
- 3. Instar o Governo e os Ministérios das Infraestruturas e Habitação e do Ambiente e Energia para que seja reiniciada na Linha do Tua a operação da CP, entregando à CP as verbas adequadas para esta operação e acionar processo de tentativa de recuperação de eventuais verbas da ADRVT ainda alocadas na *Mystic Tua S.A.***

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, há aqui alguma coisa que não ficou clara desde o início. Eu também quero apresentar uma moção sobre este assunto, que foi aquilo que eu tentei aqui dizer, que poderia tê-la apresentado em simultâneo com a do Senhor Deputado *Jorge Humberto* e depois votar separadamente, foi aquilo que eu disse, acho que fui claro desde sempre.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

As moções são apresentadas e foram apresentadas duas. Uma era uma recomendação logo de manhã e esta já tinha previamente sido apresentada, não vamos apresentar agora moções em cima da hora.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente foi sempre protelando comigo a apresentação da moção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não estou a perceber qual é a ideia.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou retirar. Penso que toda a gente entendeu aquilo que aqui vim dizer por mais que uma vez, mas eu retiro.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vocês queriam entregar outra moção sobre este assunto?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obviamente, não é sobre o mesmo assunto, porque a nossa proposta é diversa da do Senhor Deputado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Acho um pouco contrassenso, se votasse contra a proposta, até entenderia, agora houve uma abstenção e surge outra proposta sobre o mesmo assunto?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, o Senhor Deputado foi claro ao pedir algo que não é executável, nunca mais a CP vai tomar conta da linha do Tua. Aquilo que o Senhor Deputado *José Silvano* e o Presidente da Câmara disseram foi que deveríamos fazer pressão sobre o Governo para o cumprimento do plano de mobilidade e a nossa moção vai nesse sentido.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu já percebi, sugiro o seguinte, se me for permitido e se as pessoas aceitarem, penso que este assunto até é bom que se mantenha em aberto, porque queremos ver o problema resolvido, fico grato se apresentarem outra moção numa próxima reunião.

## ORDEM DO DIA

### 4 - Período da Ordem do Dia.

#### 4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Após a leitura do documento, da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, gostaria de registar e solicitar esclarecimentos sobre alguns pontos. É referido um deslizamento de terras em Caravelas - Torre Dona Chama, julgo tratar-se de um lapso, uma vez que Caravelas não pertence a Torre Dona Chama, nem à área limítrofe. Solicito, por isso, a confirmação/correção da identificação do local. Ainda neste âmbito, pergunto se foi registada e tratada uma situação que consideramos grave e perigosa, existem fios de eletricidade no chão, num terreno junto à Estrada Municipal 206-1, perto da Quinta do Seixo. Trata-se de um risco real para quem circula no local e também para os animais, com potencial de eletrocussão. Esta ocorrência foi reportada a E-Redes e às entidades competentes? Existe algum registo por parte do município ou da Junta de Freguesia? Fica o apontamento e a preocupação, aguardando o esclarecimento.

Consideramos que a informação apresentada sobre o encerramento do Portugal 2020 podia ser mais clara e visual, por exemplo, com gráficos e fluxogramas que distingam projetos concluídos, projetos em execução, projetos transitados para o Portugal 2030, bem como eventuais derrapagens, indicando onde ocorreram, o porquê e que medidas de melhoria foram adotadas.

Relativamente ao Programa Primeiro Direito no Bairro do Fomento, não encontramos no documento qualquer referência às habitações do bairro, onde persistem coberturas com amianto, reconhecidamente prejudiciais à saúde dos residentes. O bairro tem cerca de 25 blocos e aproximadamente 300 habitações, envolvendo frações privadas do IHRU e também do município. Trata-se, portanto, de um assunto prioritário para este Executivo, sobretudo pela proximidade e pelo impacto na imagem urbana junto à ESACT. Solicitamos esclarecimentos concretos: em que ponto se encontra o processo de requalificação do Bairro do Fomento? Que diligências foram efetuadas, que entraves persistem e quais os prazos previsíveis? Existe um plano e calendário para a remoção das coberturas com amianto e para a qualificação global do bairro?

Por fim, registamos e felicitamos o Executivo pela realização de diversos eventos culturais e recreativos abertos à comunidade mirandense, nos quais também temos o gosto e a oportunidade de participar. Consideramos, no entanto, que deve existir um esforço acrescido na divulgação e comunicação desses eventos, de forma a maximizar a participação e o retorno social.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta informação escrita, aquilo que resumi dela, para além de ser extensa, enumera iniciativas, reuniões, ocorrências e procedimentos. São 75 páginas e tenho um problema grave: gosto de ler e efetivamente leio. Por exemplo, vejo até que há um objetivo do Executivo em dizer que realiza estas reuniões, tem estas iniciativas, tem estes procedimentos. Depois, vejo na página 5, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia indica que houve reuniões com os Presidentes de Junta de Freguesia. Mas o que resulta disso? Que informação concreta tenho relativamente a isso? Nenhuma.

Depois vamos para a página 25, por exemplo, e vemos a informação sobre quantos processos se têm desenvolvido com o BUpi. Mas que impacto têm estes serviços junto da população que deles beneficia? Dou um exemplo, esta semana precisei de obter uma informação acerca de uma situação na via pública e tentei perceber como poderia resolver o problema. Quando telefonei para determinada entidade, disseram-me que poderia informar a Câmara Municipal, mas que não iria obter resposta. Depois, ao

consultar esta documentação escrita, vejo um quadro verde e vermelho que indica que de facto há respostas às questões. Pergunto-me, então, o que é verdade: aquilo que observo na realidade e experiencio enquanto munícipe ou aquilo que vem na Informação Escrita do Senhor Presidente?

O que me parece, e volto a dizer o que já disse na sessão anterior, é que 75 páginas não são assim tão importantes. Importa sim o conteúdo dessas 75 páginas. Enquanto munícipe e Deputada Municipal, interessa-me saber o resultado destas equipas e destes serviços. Por isso, penso que poderia ser feita uma ligação entre este ponto e a reorganização dos serviços da Câmara Municipal, que vem a seguir.

Constato, com pena minha, que relativamente às reclamações apresentadas no âmbito da Revisão do PDM não há qualquer referência. Posso afirmar, com base na minha experiência ao apresentar reclamações em nome de determinados municípios, que esse serviço funciona e funciona muito bem. Relativamente ao Serviço de Planeamento e Gestão Territorial, tivemos um atendimento fantástico, muitas vezes para lá da hora normal de funcionamento, e a Doutora *Maria Gouveia* prestou um atendimento exemplar. Para mim, enquanto munícipe e Deputada Municipal, a avaliação que faço deste Executivo e a fiscalização que posso exercer sobre os serviços que representa só terá efeito se eu souber concretamente o que é feito.

O Senhor Presidente, nesta sessão e já na anterior, tem sido mais claro e objetivo a dar respostas, ainda que de forma extensa, mas, na minha opinião, é mais claro e objetivo do que nesta informação escrita. Portanto, o resumo que retiro desta informação é praticamente nulo. Lamento dizer, mas é praticamente nulo. Gostaria que assim não fosse e gostaria de experienciar outro tipo de informação e outro tipo de resultados de reuniões e iniciativas, e não uma mera enumeração.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, em relação à sua informação, eu tenho aqui algumas dúvidas e passo a enumerá-las com perguntas diretas e objetivas, e espero que também tenha essa vontade de me responder da mesma forma. Na página 36, no ponto 61, nós temos o ponto das refeições escolares. Já foi falado aqui por vários pais e obviamente eu não podia adivinhar que os pais viessem falar desta situação, mas chegaram-nos relatos exatamente do problema que tem havido com as refeições, principalmente na Escola Luciano Cordeiro. Aliás, como faz parte do nosso trabalho, sabemos nós que as crianças pagam 1,46 € por a refeição que têm na Escola Luciano Cordeiro. Eu gostaria de perguntar, qual é a contrapartida que a Câmara Municipal dá para que o valor referencial contratualizado com a empresa que presta o serviço das refeições seja adequado? Para termos a perceção do valor em causa e entender porque os pais se queixam e porque os pais provavelmente poderiam não se queixar.

Numas declarações prestadas pelo Senhor Presidente ao jornal “A Voz de Trás-os-Montes”, há mais ao menos 15 dias, quando foi questionado sobre esta questão, disse: “*As queixas já nos chegaram e estamos a inteirar-nos do que se passa. Eu próprio vou almoçar sem avisar os serviços, para perceber se é um caso pontual ou não.*” Eu estou a interpelá-lo exatamente nesta função. Já percebemos que não é um caso pontual, porque, pela demonstração e pelo que assistimos, vários pais se têm queixado. Na mesma entrevista, um pai propôs como possível solução aumentar o valor das refeições, se fosse preciso, pagando mais 50 cêntimos a 1 €. Portanto, estamos aqui a subverter aquilo que é, digamos, o serviço social. Eu quero acreditar, que não seja um comportamento premeditado da instituição que serve as refeições, criando má qualidade para depois melhorar. Por isso, peço concretamente para saber se o Senhor Presidente foi lá comer, se comeu bem e qual é o valor que a Câmara Municipal paga à entidade, para além dos 1,46 € que pagam as crianças?

Na página 49, temos a questão das instalações desportivas municipais, relacionada com o pavilhão do INATEL. Na penúltima Assembleia Municipal, assinámos um protocolo em que a Câmara Municipal ficaria com a gestão do equipamento. Na altura, tivemos uma discussão importante. No protocolo ficou estipulado que a Câmara iria pagar uma renda ao INATEL no valor de 1.800,00 €, integrando também os dois funcionários nos quadros da Câmara. E também ficou da sua parte, Senhor Presidente, o compromisso que até ao final deste trimestre as obras do INATEL iriam estar concluídas. Pergunto qual é a situação atual do pavilhão, que medidas de reestruturação vai ter e se estará concluído no prazo prometido? Porque estamos a pagar esse valor mensalmente ao INATEL e os dois funcionários já foram integrados no quadro da Câmara?

Na página 51, ponto 6.3.3, transportes, já foi falado esta manhã pelo Senhor Deputado sobre os transportes intermunicipais. Gostaria de saber em que fase se encontra o reordenamento da rede de transportes coletivos e urbanos de Mirandela? Que melhorias já foram concretizadas? Como está garantido o transporte às zonas rurais, quais são as rotas e os horários? Encontra-se em vigor o transporte intermunicipal da competência da CIM-TTM, de que forma se reflete esta resposta nas necessidades do nosso concelho e da nossa região?

Na página 55, ponto 7.3.3, sobre a recolha de monstros porta a porta, a informação diz: “*durante o período de reporte, o município tentou assegurar a continuidade da recolha de monstros porta a porta e de resíduos verdes, particulares, em todo o concelho de Mirandela, de acordo com as solicitações e prioridades estabelecidas, dentro dos condicionalismos verificados*”. Senhor Presidente, aqui há diferença em relação à informação anterior. Refere que os condicionalismos se devem à falta de mão de obra qualificada e que se evita dotar o serviço com pessoal efetivo, para não ter um serviço precário. Mas ainda não foi possível reverter trabalhadores precários em efetivos, e, portanto, o serviço não consegue ser executado da forma apresentada nesta informação.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois da chamada de atenção na última Assembleia Municipal, o documento não chegou a tempo e horas novamente à Assembleia Municipal. É só este reparo que eu lhe quero deixar. Cinco dias é o que diz a lei. Cinco dias. Leiam a lei, se faz favor.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Peço desculpa, não chegaram com as 48 horas que a Lei prevê?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para este ponto, a lei prevê cinco dias especificamente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Cinco dias? Olhe, eu estava, de facto, com a ideia de que eram 48 horas.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não me leve a mal, mas agora fiquei mais aborrecido porque não estiveram com atenção ao que eu disse na última reunião, se não tinham ido confirmar se era verdade.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

E se assim é, claro que vou confirmar, mas acredito naquilo que diz e há que tomar providências nesse sentido.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço ao Senhor Deputado *Vasco Cadavez* pela questão colocada relativamente aos deslizamentos e à Estrada Municipal 206, sinceramente, vou ter que me informar para poder responder com todo o rigor. A Proteção Civil fará parte deste ponto e irá fornecer a informação, solicitaremos os esclarecimentos por escrito, não havendo outra forma de resposta.

Relativamente ao bairro do Fomento e à questão do amianto, importa dizer que o bairro é 95% privado, com algumas frações do IHRU. O Município está em articulação com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, que já forneceu aos condomínios os projetos de limitação dos blocos 4, 5, 6, 13, 15, 22 e 23, competindo aos condomínios executar as obras, nem tudo é responsabilidade municipal, é importante termos essa noção. O Município compromete-se a colaborar e apoiar na medida do possível, ajudando na execução dos projetos, mas a propriedade e responsabilidade maioritária pertence aos privados e ao IHRU. Naturalmente, estamos a colaborar com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana para que o processo evolua.

Relativamente aos eventos, agradeço o reconhecimento, é uma realidade que temos realizado diversos eventos e é importante garantir a participação de todos. Convido todas as pessoas a participarem nos eventos, a presença da comunidade valoriza estas iniciativas.

Agradeço também a disponibilidade para, no próximo evento da Feira da Alheira, juntamente com o IPB e o seu serviço, organizar um *workshop*, que será uma ação importante e que contribuirá significativamente para enriquecer o nosso *ex-libris* que é a Alheira de Mirandela.

Responder à questão colocada pela Senhora Deputada *Marisa Aranda*, já na última Assembleia Municipal fez questões relacionadas com isso, mas com a questão da forma como é apresentada a informação, que podia ser mais sucinta, mais gráfica. Nós já tínhamos registado isso, estamos a trabalhar nisso, mas também digo que, se nós formos fazer um relatório por cada atividade que realizamos, não teríamos 75 páginas, teríamos mais algumas seguramente, nem tudo são gráficos, há coisas que têm de ser notas explicativas, mas eu aceito perfeitamente, que é um documento demasiado extenso e podia ser mais sucinto, mais gráfico, se quisermos, até para perceber melhor algumas coisas. Há relatórios que, se aconteceram cinco reuniões das Juntas de Freguesia, nós em cada uma delas fizemos naturalmente uma ata da reunião do que se passou, a não ser que queiram que se transmita as atas das reuniões que foram lá feitas, porque são mais documentos. Se tiverem dúvida ou curiosidade sobre alguma questão, podem sempre pedir a documentação e nós enviamos, porque também não é possível estar a enviar toda a informação de forma a relatar tudo o que se passa nesses eventos. Continuo a dizer, não serão 75 páginas, serão mais algumas, mas haveremos de fazer e caminhar para sermos mais eficazes e eficientes na forma como mandamos a informação.

Compreendo também a informação do Senhor Deputado *António Martins*, quando diz que foi só enviada com 48 horas. Também parece que é muito em cima, porque é muita documentação para poderem estar aqui a ler, interpretar e depois colocar dúvidas e problemas. Mas de qualquer forma, agradecemos sempre estes contributos para a melhoria do nosso trabalho.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, a única coisa que posso dizer, relativamente às refeições, que já falámos bastante sobre elas, é que obedecem, ainda bem que assim é, a regras públicas e transparentes, está tudo na Base.Gov, podem consultar lá o valor que nós pagamos. Está lá tudo. Eu acho que poderiam ter feito um trabalho de casa, consultando, e saberiam com rigor aquilo que nós pagamos, quem ganhou, porque neste processo das refeições há várias entidades envolvidas. Mas nós podemos sempre enviar a informação. Não podem estar à espera que eu, ou quem quer que seja, saiba de cabeça o pormenor de tudo. O que sugiro é que consultem a documentação que temos lá. Saberão rigorosamente quanto é que o município paga e poderão fazer a conta da diferença entre aquilo que é cobrado ao aluno. É muito fácil, uma conta simples, como diria alguém: é só fazer contas.

Relativamente à questão do INATEL, temos um compromisso de o pôr a funcionar até 31 de março, o que não vai ser possível, porque fizemos a candidatura do projeto, numa primeira fase comprometemo-nos com o INATEL, com quem continuamos comprometidos, mas andamos sempre à procura de fontes de financiamento e encontramos uma fonte que nos disse que, para ser financiado, teríamos que melhorar o nosso projeto na eficiência energética. E então houve um compasso de espera. A candidatura está aprovada, porém dependente da reformulação do projeto energético, é isso que estamos a fazer. Ainda ontem tive reunião com os três técnicos do Município, com esse propósito de termos o projeto concluído, a candidatura aprovada, que já está aprovada, mas condicionada para que possamos fazer as obras e para que aquele edifício possa dar uma resposta mais capaz, porque apresenta algumas fragilidades, sobretudo quando chove, que faz entrar água e impede a atividade desportiva de forma regular. Mas é esse o ponto da situação.

Quanto à questão dos transportes, nós enviamos os mapas com as rotas, e isso ficará perfeitamente ao vosso dispor para que possam também fazer os comentários que entenderem, se bem que este material, que eu acho que já foi enviado, esteve disponível e também esteve em consulta pública. Às vezes somos mais reativos do que proativos, mas todos somos um pouco assim. Penso que

já é do vosso conhecimento, mas agora, como já está aprovado e adjudicado, vamos enviar. Eu disse aqui hoje que a nossa expectativa é que entre em funcionamento no dia 1 de abril, mas já sabemos que os prazos são difíceis de cumprir, dou como provável, o primeiro semestre. O objetivo é que, volvido o primeiro trimestre, possa iniciar o serviço.

No que diz respeito à recolha dos monstros, as coisas acontecem e estamos a recrutar pessoas para que façam parte de uma equipa efetiva, para que não tenhamos que recorrer a pessoas provenientes de programas ocupacionais, a nossa intenção é, sempre que possível, terminar com o trabalho precário, embora não seja propriamente um trabalho precário, porque é um programa ocupacional, na prática, a essência é que não é trabalho permanente, não me custa admitir isso, Senhor Deputado. Sei que, em relação a estas matérias laborais, o Senhor Deputado tem sensibilidade para o assunto, mas posso garantir que este Executivo também a tem. Não tenha a menor dúvida disso, portanto, se defende este assunto, nós também o defendemos, às vezes temos algumas fragilidades e não podemos fazer tudo, tal como toda a gente também não consegue fazer tudo. Penso que já respondi aos pontos que colocou e acredito que terá ficado satisfeito com as respostas.

----- A Senhora Deputada Municipal *SANDRA GRILO* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Relativamente ao Bairro do Fomento, disse que 95% dos fogos são privados. Relembro que um dos blocos, acho que até são vários blocos, pertencem ao IHRU e a Câmara também tem lá as caves, onde está o Sport Clube Mirandela.

Esses privados também teriam direito, ao Primeiro Direito, que era o primeiro quadro comunitário, que terminou em março de 2025, certo? E a Câmara comprometeu-se a entregar-lhes os cadernos de encargos e, pelos vistos, parece que ainda não o fez. Só queria que nos esclarecessem relativamente a este aspeto. E há outro ponto: estamos a falar de amianto. O amianto é prejudicial à saúde e é um caso de saúde pública.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, os proprietários devem promover a sua retirada. Não sei se tem lá algum edifício, se tem, aconselho que retire.

----- A Senhora Deputada Municipal *SANDRA GRILO* (DT) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não, não tenho. Mas, pelo que sei, eles tinham direito no primeiro quadro comunitário. Já houve várias reuniões, nos mandatos anteriores, para resolver essa situação, certo?

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não se limita ao amianto, é uma questão de reabilitação dos imóveis. O amianto é uma parte, certo, mas tem também a ver com o resto, o capoto das paredes para criar eficiência energética e garantir essas condições. De maneira que o que está aqui em causa é o município colaborar juntamente com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, no fornecimento dos projetos, para que os privados os possam executar. A responsabilidade, como disse há bocado, não é do município. A responsabilidade não é do município, é dos privados.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, muito obrigado pelas respostas. Obviamente sabemos que há constrangimentos em todos estes serviços e, quando um Executivo se compromete com datas, principalmente discutidas de forma pública, convém termos também a noção de que, se nos comprometemos, temos que cumprir. Sabendo nós que, muitas vezes, essa responsabilidade não depende só de nós.

Esqueceu-se de uma questão que lhe fiz: os dois funcionários do INATEL já foram integrados nos quadros da Câmara? Era essa a informação que tinha ficado de me dar em relação ao INATEL.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os funcionários não foram integrados e acho que nem possam ser integrados, mas vou recuperar essa informação para lha dar. Eu não me recordo, confesso. Posso estar aqui a incorrer em algum lapso, admito, mas não tenho ideia de que o município se tenha comprometido a integrar nos seus quadros esses funcionários. Mas vou confirmar.

Mas, relativamente a estes e outros assuntos, só para dizer que temos sempre uma linha aberta. Os assuntos não podem iniciar aqui e terminar aqui. O mês tem mais dias, o ano tem mais dias, e podemos falar sempre destes temas quando entenderem, noutros fóruns e, se calhar, com documentação mais apropriada. Podemos marcar uma reunião, como já fizemos por outros assuntos, e aí, localmente e com os documentos, podemos esclarecer tudo. O que importa é que fiquemos todos plenamente esclarecidos e que as coisas funcionem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Agradeço ao Senhor Presidente que faça chegar a informação posteriormente, através dos Órgãos de Apoio, ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

#### **4.2 - Proposta I Alteração Orçamental Modificativa.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/02/2026, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme proposto:**

1. **O Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2025, nos termos estabelecidos na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**
2. **O Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2025, nos termos do art.º 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro.**
3. **A integração nos fundos disponíveis dos saldos transitados do ano anterior nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e para os efeitos vertidos na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.**
4. **A primeira alteração orçamental modificativa, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A proposta de Alteração Orçamental Modificativa apresentada pelo Executivo traduz não só uma boa prática de gestão orçamental, como também reflete uma opção política clara no reforço da capacidade financeira do município para dar resposta às necessidades reais do concelho e das pessoas que nele habitam. Estamos a falar de um instrumento legal, previsto na lei, que permite aumentar o montante global do Orçamento Municipal quando existem condições financeiras objetivas para o fazer. O Orçamento Municipal foi inicialmente aprovado no valor de 43.200.000 €. Contudo, com o apuramento do saldo de gerência do ano anterior e com o reforço das receitas provenientes do Orçamento do Estado, o município passou a dispor de meios adicionais que não podiam, nem deviam, deixar de estar inscritos no orçamento do exercício de 2026.

Assim, através desta Alteração Orçamental, o orçamento é reforçado em cerca de 4,18 milhões de euros, passando o valor global do orçamento municipal para aproximadamente 47.383.000 €. Este reforço orçamental não é abstrato nem meramente contabilístico. Tem um objetivo muito concreto, pois destina-se a aumentar os recursos aplicados na melhoria dos serviços públicos municipais, garantindo a capacidade de resposta do município no terreno.

Uma parte significativa deste aumento, cerca de 1 milhão de euros, será utilizada para a contratação de mais recursos humanos, com especial destaque para os Assistentes Operacionais, trabalhadores essenciais para o funcionamento diário das várias divisões municipais, em áreas como a higiene urbana, a manutenção de espaços públicos, o apoio às escolas, os serviços operacionais e logísticos e a resposta direta às populações. Pretende-se, assim, que o município resolva carências estruturais e melhore os serviços, reforçando as equipas operacionais e garantindo melhores condições de trabalho para quem assegura, diariamente e em todo o concelho, funções essenciais como limpeza, manutenção, transportes, atendimento, educação e segurança. Por outro lado, é reforçado o orçamento em rubricas que irão suportar os encargos relativos ao financiamento da componente nacional de projetos cofinanciados.

É também importante sublinhar que este aumento do orçamento não resulta de endividamento. Pelo contrário, resulta de uma gestão rigorosa, do aproveitamento responsável do saldo de gerência e da integração de receitas que pertencem legitimamente ao município. Estamos, por isso, perante uma proposta que reflete responsabilidade financeira, mas também ambição política, mais meios, melhores serviços e maior capacidade de resposta às necessidades da população. É este o sentido da Alteração Orçamental Modificativa e é por isso que entendemos que a mesma deve merecer a aprovação desta Assembleia Municipal.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta Alteração Orçamental, são três as minhas preocupações. A primeira diz respeito ao crescimento expressivo da despesa corrente em pessoal e serviços. Mais uma vez, terei de conjugar esta questão com a reorganização dos serviços. É um ponto que, penso que também tem influência nesta Alteração Orçamental. Estamos perante um reforço dos encargos operacionais que incide sobretudo no funcionamento diário da máquina municipal.

A segunda preocupação prende-se com a utilização de receitas extraordinárias para financiar despesas que tendem a tornar-se permanentes. Isto levanta dúvidas legítimas sobre a sustentabilidade futura, especialmente quando esses recursos já não estiverem disponíveis.

A minha terceira preocupação, que já mencionei aquando da aprovação do Orçamento para 2026, prende-se com o facto de algumas rubricas de despesa apresentarem aumentos significativos sem um nível de detalhe que permita uma avaliação política totalmente esclarecida. Na altura, questioneei o Senhor Presidente relativamente a isso. Volto a referir, por exemplo, os “outros trabalhos especializados”, com valores na ordem dos dois milhões, e os “outros serviços”, na ordem dos três milhões.

Penso que a transparência é essencial para reforçar a confiança pública. Assim, o que mais me preocupa não é a alteração em si, mas a direção que ela revela: o crescimento da despesa corrente e dos custos fixos do município. Preocupa-me, e muito, a opção deste Executivo pelo aumento de custos fixos, o que pode reduzir a flexibilidade orçamental futura, se não houver um crescimento sustentado da receita própria.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respondendo ao Senhor Deputado *Carlos Sousa*, volto a agradecer-lhe a forma positiva como vê as coisas. Efetivamente, nem tudo é mau, há muita coisa boa, e não nos podemos focar apenas no que é negativo, nem apenas no que é positivo. Em termos de gestão

financeira, este Executivo, que ainda é jovem, mas também os anteriores, têm demonstrado que a gestão tem sido correta e adequada. Partimos de um cenário que não era o mais favorável e temos sabido manter e gerir a situação financeira. Esta é, mais uma vez, uma demonstração clara disso. Obrigado por ter feito essa referência.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada *Marisa Aranda*, esta é já uma questão recorrente, a dos “outros”, sinceramente, pensei que já tivéssemos esclarecido esse ponto, mas não podemos fazer mais do que isto: se falar com o Técnico Oficial de Contas, saberá que funciona assim. Só se utilizam essas rubricas quando não há outras onde as despesas possam ser alocadas. Sempre que houver dúvidas, podem questionar e será enviado um mapa detalhado do que estiver em causa. Quando dizemos que teríamos de enviar muitas folhas, é porque, se enviarmos tudo, será um conjunto enorme de documentação. Mas a transparência é total. Podem pedir esclarecimentos sempre que tiverem dúvidas e solicitaremos à contabilidade que discrimine a que se referem os “outros”, que serviços são, porque decorre do SNC-AP e nós não podemos inventar rubricas, elas já estão definidas. É um assunto transversal a todo o país e, se consultarem outros orçamentos, encontrarão as mesmas rubricas.

Quanto à preocupação de estarmos a financiar despesas que se podem tornar permanentes, penso que estará sobretudo a referir-se aos recursos humanos. É uma preocupação legítima e também nossa. Mas há aqui uma realidade chamada transição. Não podemos esperar que um trabalhador se aposente para só depois contratar quem o substitua. Tem de haver passagem de testemunho. Uma das nossas fragilidades é que o quadro de pessoal está envelhecido. Tem de haver um momento de renovação. Isso implica, durante algum tempo, uma acumulação de despesa, porque há alguém a acompanhar outro para assegurar a transição. Daqui a três ou quatro anos, quando ocorrerem as aposentações, teremos um quadro mais jovem, mais competitivo e mais eficiente. É neste processo que estamos a trabalhar. Por outro lado, estivemos durante muito tempo limitados na contratação de recursos humanos, devido à situação financeira do município. Precisamos de contratar operacionais.

Muitas vezes é levantada a questão do recurso a pessoas provenientes dos centros de emprego e de programas ocupacionais. Tendencialmente, queremos ocupar os lugares com trabalhadores do município. Embora as pessoas desses programas façam o que podem, e honra lhes seja feita, a verdade é que estando temporariamente, não têm a mesma estabilidade nem a mesma dedicação estrutural ao serviço. Temos, por isso, de ficar gradualmente menos dependentes desses programas. Isto sente-se sobretudo ao nível dos Assistentes Operacionais, mais do que nos Técnicos Superiores. Temos fragilidades ao nível dos eventos, do ambiente e dos serviços operacionais.

O Município de Mirandela tem um carpinteiro e dois calceteiros; quando um está de férias, fica apenas um. Depois questionamos porque há situações que demoram a ser resolvidas. Esta é a realidade. Temos de reforçar as equipas para dar resposta. É verdade que aumentamos a despesa, mas também é verdade que a nossa missão é prestar serviço público e garantir o bem-estar das pessoas. Temos de trabalhar nesse sentido. Sabemos que cada vez mais os municípios têm dificuldades de financiamento e tem-se falado muito na revisão da Lei das Finanças Locais. É necessário encontrar outros mecanismos de financiamento para que os municípios possam responder às crescentes competências que lhes são atribuídas, muitas vezes sem os correspondentes recursos.

Aquilo que referiu é verdadeiro: os custos fixos aumentam e isso reduz a margem de manobra. Temos de gerir essa realidade com prudência, sem prejuízo de assegurar o funcionamento diário. É nessa gestão criteriosa que nos temos de posicionar e é isso que estamos a fazer. Na última convenção da Associação Nacional de Municípios falou-se muito do financiamento local. Existe uma vontade clara de rever o modelo, porque é obrigatório que os municípios venham a ser melhor financiados para dar resposta a mais competências com recursos limitados.

Agradeço as questões que colocou. São legítimas e são também nossas preocupações.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor, duas abstenções e três votos contra, aprovar:

1. O Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2025, nos termos estabelecidos na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. O Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2025, nos termos do art.º 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro.
3. A integração nos fundos disponíveis dos saldos transitados do ano anterior nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e para os efeitos vertidos na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
4. A primeira alteração orçamental modificativa, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Senhor Presidente, é apenas para informar que a orientação de voto da Bancada do PSD será no sentido de votar favoravelmente, atendendo ao que decorre da lei, nomeadamente à inclusão do saldo. Era só isso.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quantos Membros começaram esta Assembleia Municipal? Constato que há pouco estavam 41 pessoas na sala e agora estão 51. Há pessoas que estão aqui desde as 9h30 e, no fim do dia, ainda mandam bocas e levam uma senha como nós. Acho que isto tem uma missão: estar aqui. Quem não quer estar, vai embora.

Há pouco estavam 41 pessoas na sala, ou seja, 20% das pessoas. É normal que alguém vá à casa de banho; o que não é normal é não estar na sala. É lamentável. E ainda se mandam bocas. Estou habituado a ouvi-las todos os dias, estou à vontade com isso. Agora, estou aqui numa missão, porque votaram em mim. Estou aqui a respeitar as pessoas, quero ser respeitado e agradeço que quem venha para cá faça o mesmo: que respeite e seja respeitado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Obrigado, Senhor Deputado. Nós estamos atentos a isso. Aliás, já foi aqui referido várias vezes que estamos atentos a essa situação, essencialmente na hora das deliberações, porque há justificações. Até ao momento tive apenas dois pedidos, que estão aqui subscritos. Estas questões, quando chegar à altura de marcarmos as presenças, serão consideradas.

De qualquer modo, obrigado pela observação, porque tem toda a razão. Está-se aqui um dia inteiro e depois começam as pessoas a debandar e ficamos quase sem quórum. Muito obrigado.

### 4.3 - Proposta de Adesão do Município de Mirandela à Iniciativa ‘Gosto do Meu Mercado’.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 29/01/2026, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a adesão gratuita do Município de Mirandela à iniciativa “Gosto do Meu Mercado”, promovida pela SIMAB e integrada na rede internacional *Love Your Local Market*, ficando a mesma sujeita a Visto Prévio do Tribunal de Contas, não obstante a presente adesão não ser geradora de encargos para a Autarquia, conforme proposto.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste ponto, relativo à adesão do município à iniciativa “Gosto do Meu Mercado”, quero sublinhar de forma muito clara a importância dos mercados locais para Mirandela e para o concelho. Os mercados não são apenas um espaço de compra e venda, são um equipamento público de proximidade, com impacto direto em três dimensões essenciais.

Primeiro, a economia local e o rendimento agrícola. O mercado é muitas vezes a principal porta de entrada para o escoamento direto dos produtos agrícolas e agroalimentares: hortícolas, fruta, azeite, mel, enchidos, pão, queijo. Quando o produtor vende diretamente, aumenta a margem, reduz intermediações e ganha previsibilidade. Para o consumidor, isso traduz-se em produtos mais frescos, mais sazonais e com origem conhecida.

Segundo, a coesão social e a vitalidade urbana. Um mercado vivo cria movimento no centro, gera cruzamento de pessoas, traz vida ao comércio envolvente e reforça a identidade da cidade. Em muitos concelhos do interior, o mercado é também um espaço de encontro intergeracional e um ponto de contacto para pessoas mais idosas que, de outra forma, ficam isoladas. Um mercado a funcionar bem é uma peça concreta no combate à desertificação.

Terceiro, a alimentação, a saúde e a sustentabilidade. Os mercados locais favorecem dietas mais diversificadas e baseadas em produtos frescos e reduzem a pegada ambiental, porque encurtam cadeias de abastecimento e promovem circuitos curtos. Hoje fala-se muito de sustentabilidade; aqui ela faz-se com coisas simples: produção local, venda local, consumo local.

Por isso, a adesão a esta iniciativa deve ser vista como um instrumento e não como um ato simbólico. Se aderirmos, é importante que isso se traduza em medidas práticas e mensuráveis, por exemplo, a valorização do produtor local, com condições claras de acesso e regras transparentes para bancas e lugares, melhoria das infraestruturas, limpeza, iluminação, acessibilidade, sinalética, segurança alimentar e zonas de carga e descarga, promoção regular, com dias temáticos, semanas do produto local, ligação à restauração e ao comércio e presença digital simples para divulgar horários, produtores e sazonalidade, atração de novos públicos, incluindo famílias e jovens, garantindo conforto e qualidade do espaço.

Apoiar o mercado não é nostalgia, é política económica local, é coesão social, é saúde pública. Se Mirandela quer afirmar-se pela qualidade do seu território e dos seus produtos, então tem de ter um Mercado Municipal forte, bem gerido e promovido.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo a esta tribuna com particular satisfação para discutir um ponto que toca no coração da nossa identidade e economia local: a adesão de Mirandela à rede internacional “*Love Your Local Market*”, através da iniciativa “Gosto do Meu Mercado”. Esta adesão merece, da nossa parte, uma reflexão séria, mas também um reconhecimento claro da sua importância estratégica.

Em primeiro lugar, o cumprimento de um compromisso eleitoral. Não podemos falar desta adesão sem olhar para o compromisso que assumimos com os Mirandelenses. A remodelação e modernização do nosso Mercado Municipal foi, e é, uma das nossas grandes bandeiras eleitorais. Dissemos que iríamos devolver a dignidade àquele espaço, e estamos a fazê-lo. Mas, como bem sabemos, uma obra não se esgota no betão ou na pintura. Um mercado moderno precisa de vida, de estratégia e de estar ligado às melhores práticas internacionais. Esta adesão é a prova de que o nosso Executivo não se limita a “obras de fachada”; estamos a dotar o mercado de ferramentas de gestão e promoção que o colocarão na vanguarda do comércio de proximidade.

Em segundo, as vantagens estratégicas para Mirandela, esta parceria traz benefícios claros, sem qualquer custo financeiro direto para os cofres da Autarquia. Traz capacitação técnica, passamos a ter acesso a sessões técnicas exclusivas para municípios aderentes, garantindo que os nossos técnicos e comerciantes aprendem com o que de melhor se faz em mais de três mil mercados por todo o mundo. Financiamento e Modernização: Esta adesão facilita o diagnóstico de necessidades e a identificação de projetos-piloto que podem beneficiar de financiamento nacional e europeu (BEI) no horizonte 2026-2028.

*Marketing* e Redes Sociais, vamos colocar o Mercado de Mirandela no mapa digital, atraindo novos públicos e reforçando a confiança entre quem vende e quem compra os nossos produtos frescos. Rigor e Transparência, é importante notar o rigor jurídico

deste processo. Mesmo sendo uma adesão gratuita, o Executivo submetê-la-á ao Visto Prévio do Tribunal de Contas, cumprindo escrupulosamente a Lei n.º 50/2012. Isto demonstra a seriedade com que tratamos os dossiers municipais.

Senhoras e Senhores Deputados, a nossa posição é clara: esta proposta não é apenas positiva, é estratégica. Representa uma oportunidade para reforçar a atratividade do nosso Mercado Municipal, preparar o seu futuro num processo de remodelação e afirmar Mirandela como um município que sabe preservar a tradição enquanto aposta na inovação. Assim, manifestamos o nosso apoio favorável à adesão do Município de Mirandela à iniciativa “Gosto do Meu Mercado”, convictos de que este é mais um passo firme na concretização de um compromisso assumido com a população e com o desenvolvimento económico local.

Votar favoravelmente esta proposta é votar na valorização dos nossos produtores locais, no escoamento dos nossos produtos agrícolas e, acima de tudo, na concretização de uma Mirandela mais vibrante e coesa. Estamos a dar corpo à nossa promessa: o Mercado Municipal de Mirandela será, orgulhosamente, um ponto de encontro de gerações e um motor da nossa economia local.

Pelo desenvolvimento de Mirandela, o nosso voto é favorável.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A valorização dos mercados municipais é sempre uma boa causa. É fácil defendê-la, é politicamente simpática e está alinhada com políticas europeias de proximidade, sustentabilidade e apoio ao pequeno comércio. Obviamente, não estamos contra isso. A adesão à iniciativa “Gosto do Meu Mercado” pode, em teoria, reforçar a visibilidade, a dinamização e até abrir portas a redes técnicas e a financiamento externo.

No entanto, não posso deixar de dizer que o documento que nos é apresentado é descritivo, institucional e bem-intencionado, mas pouco operacional. Não define objetivos concretos para Mirandela, não estabelece metas mensuráveis, indicadores de sucesso, plano de ação local ou calendário de execução. Para além disso, onde se encontra o diagnóstico do estado atual do nosso mercado, as necessidades identificadas pelos comerciantes e os problemas concretos que esta adesão pretende resolver?

Acresce que um dos pontos fortes apresentados por este Executivo para validar o projeto para Mirandela é o facto de não ter custos diretos e custos indiretos? Designadamente eventos, campanhas, recursos humanos, ações de promoção ou requalificações futuras associadas à adesão?

Volto a dizer, não estamos contra esta iniciativa. No entanto, não posso deixar de alertar para o facto de o Mercado Municipal, enquanto identidade local, espaço de pequenos produtores e comércio de proximidade, merecer muito mais do que uma simples adesão simbólica a uma iniciativa. Merece mais empenho, mais compromisso e mais estratégia do que aquela que nos é apresentada.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gosto de falar de coisas concretas e este documento tem aqui uma singularidade muito importante, que é a requalificação do Mercado Municipal de Mirandela. A CDU e o PCP têm defendido sempre, nas discussões do Direito à Oposição, quando preparamos os orçamentos, que este é um facto que não pode ser mais adiado: a reconversão e requalificação do Mercado Municipal de Mirandela. Obviamente que, para isso, precisamos de fazer uma requalificação que, terá sempre boas intenções. Mas, olhando para este documento, peço que os Senhores Deputados, se tiveram oportunidade de o analisar, o façam com alguma reflexão séria.

Gostava de perguntar, de quem partiu a ideia do convite. Foi a Câmara Municipal que contactou a SIMAP e a União Mundial dos Mercados Abastecedores, ou foi contactada por esta entidade? Diz o documento que a formalização da adesão do Município de Mirandela à iniciativa é gratuita, não gerando quaisquer encargos financeiros diretos para a Autarquia. A Deputada *Marisa Aranda* falou aqui dos encargos indiretos, como promoções, campanhas e outro tipo de projetos e iniciativas que sabemos como funcionam nestas matérias, não só a nível nacional como internacional. Portanto, a segunda questão prende-se com os custos indiretos.

A terceira questão, diz o Senhor Presidente, na fundamentação do documento: “*que a adesão à iniciativa “Gosto do Meu Mercado” permitirá ao município assegurar a continuidade da participação nas redes técnicas promovidas pela SIMAP*” e, na alínea seguinte: “*aprofundar o diagnóstico das necessidades dos seus mercados municipais*”. Senhor Presidente, ao fim destes anos todos, ainda não temos capacidade técnica para perceber quais são as deficiências do nosso Mercado Municipal? Vamos precisar de uma entidade externa para nos dizer quais são as nossas necessidades? Isto deixa-me com alguma preocupação, porque parece que não temos massa crítica para identificar as deficiências e necessidades do Mercado Municipal e para sustentar a intervenção do poder político, com o devido apoio financeiro e capacitação técnica dos serviços. Quero acreditar que os nossos técnicos conseguem perceber o que se passa e quais são as necessidades do mercado.

Por último, há um ponto que me deixa particularmente preocupado. Na deliberação da Câmara Municipal: “*foi aprovado, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a adesão à rede internacional “Love Your Local Market”, ficando a mesma sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas*”. Senhor Presidente, explique-me, se isto não vai ter custos diretos e os indiretos aguardarei a sua explicação, a que propósito é necessário o Visto Prévio do Tribunal de Contas? Se a Câmara Municipal não vai gastar dinheiro nenhum, por que razão fica sujeita a Visto Prévio? Quando se refere essa exigência, isso deixa-me de pé atrás, porque sabemos em que circunstâncias o Tribunal de Contas intervém.

Aquilo que aconselhava ao Executivo e ao Senhor Presidente é que tragam a esta Assembleia Municipal o documento já com o visto favorável do Tribunal de Contas, para que o possamos votar. Não vou votar um documento nestas condições. Se é necessário o visto, é porque existe alguma implicação que o justifica, e tanto eu como o Senhor Presidente sabemos disso.

Proponho, por isso, à Mesa da Assembleia que este ponto seja retirado e que o documento seja novamente apresentado quando tiver o Visto do Tribunal de Contas. Não vou votar um documento cujo resultado ainda depende de uma decisão que pode ser desfavorável. Tragam o documento com o visto favorável e eu votarei, assim, não voto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixem-me alertar para uma coisa, a hora vai avançada e estamos com forte risco de ter de continuar os trabalhos na segunda-feira. Peço contenção, caso contrário, teremos de alterar o Regimento relativamente ao tempo ocupado pelas Bancadas. Não é possível nem viável que Bancadas com um a quatro Deputados ocupem tanto tempo nas intervenções. Cinco minutos, dez minutos, se não alterarmos esta situação por iniciativa própria, teremos de fazer uma imposição regimental, porque assim não é possível.

Numa Sessão da Assembleia Municipal que, por tradição, é a mais pacífica, a do mês de fevereiro, arriscamo-nos a ter de estar cá dois dias. Portanto, peço contenção; caso contrário, terão de existir mudanças regimentais. Senhor Presidente, faça favor de responder.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado pelas vossas questões, são todas muito válidas. Todos gostamos muito do nosso mercado e todos entendemos que os mercados são muito importantes, sobretudo na dinamização económica do ponto de vista agrícola e não só. São pontos de encontro, de convívio e de proximidade. O que talvez não esteja a ser devidamente percebido é que existe algo chamado partilha de boas práticas, perceber o que se passa noutros territórios, o que podemos aprender, o que podemos ensinar e como podemos trabalhar em rede. Quem contactou a entidade foi a nossa Equipa Multidisciplinar de Gestão Integrada de Investimento e, nesse âmbito, esta adesão permite-nos partilhar experiências na gestão de mercados, inovar e integrar uma rede num mundo cada vez mais global.

Quanto à questão do Visto do Tribunal de Contas, a adesão à rede, queiramos ou não, obriga a Visto do Tribunal de Contas. Não conseguimos aderir se a Assembleia Municipal não aprovar, e o Tribunal de Contas não se pronuncia sem essa aprovação prévia. É simples, a Assembleia aprova e depois submetemos ao Tribunal de Contas. Isto decorre do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012. É uma exigência legal.

Estamos a falar de uma adesão gratuita. Podem existir custos indiretos? Podem, se mais tarde decidirmos aderir voluntariamente a algum programa específico no âmbito desta rede, o que será sempre avaliado casuisticamente. Mas isso já é uma fase posterior.

O que está aqui em causa é a adesão a uma rede moderna, internacional, onde podemos partilhar experiências e atualizar os nossos serviços com o que de melhor se faz lá fora. Muitas vezes elogiamos mercados de outras cidades e perguntamos porque não temos algo semelhante em Mirandela. Talvez porque, por vezes, não nos abrimos o suficiente. Quando o tentamos fazer, questiona-se se não temos massa crítica interna. Eu aprendo com toda a gente, e esta adesão é precisamente uma abertura ao mundo dos mercados. Não tem custos diretos. Tem de ir ao Tribunal de Contas porque a lei assim o determina. Compete agora ao plenário decidir se quer aderir ou não.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor e um voto contra, aprovar a adesão gratuita do Município de Mirandela à iniciativa “Gosto do Meu Mercado”, promovida pela SIMAB e integrada na rede internacional *Love Your Local Market*, ficando a mesma sujeita a Visto Prévio do Tribunal de Contas, não obstante a presente adesão não ser geradora de encargos para a Autarquia.

#### **4.4 - Proposta de Delegação de Competências – Município de Mirandela - CIM-TTM - Estacionamento Público.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 29/01/2026, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra (PSD e CDS), submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal a Minuta do Contrato Interadministrativo, para efeitos de delegação na Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), a competência para instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de começar a minha intervenção propriamente dita, deixo uma nota: é necessário rever o Regimento e o modo de funcionamento desta Assembleia, é inconcebível que estejamos aqui um dia inteiro, desde as 9h30 até quase às 18h00, para só agora começarmos a entrar na Ordem de Trabalhos. Alguma coisa tem de ser feita para alterar este Regimento. Caso contrário, as Assembleias da República, de Lisboa ou de Braga também não funcionaríamos. Há aqui algo que não está certo.

Há comunicações do Senhor Presidente a dar conhecimento de diversos assuntos que depois não constam da informação inicial. Fala-se da INATEL, depois de outro tema qualquer, e assim sucessivamente. Para além de se abordarem matérias que não estão nos pontos da Ordem de Trabalhos, isso despoleta respostas do Senhor Presidente da Câmara, e entramos num ciclo vicioso que não termina. Não se entende que um Grupo Parlamentar com representação de 200 votantes tenha o mesmo tempo de intervenção que uma Bancada com 20 Deputados.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhores Deputados, para já peço ao Senhor Deputado *Rui Sá* que se concentre no tema que estava a tratar. Em relação ao resto, haveremos de estudar a situação em Comissão Permanente, tem de haver uma solução, mas não é para discutir nesta hora. Estamos a gastar tempo desnecessário. Faça favor de prosseguir sobre o assunto.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

A proposta que hoje discutimos não é apenas um protocolo técnico, é uma decisão política com impacto direto na forma como o município assume a sua responsabilidade perante os cidadãos. Ou seja, o governo central descentraliza e dá competências aos municípios, e depois o município centraliza, transferindo para a CIM-TTM as competências que não foram delegadas.

O Grupo Municipal do PSD será coerente com a posição assumida na Reunião de Câmara e votará contra esta proposta de delegação de competências por três razões simples e objetivas. Primeiro, Mirandela não é um município qualquer no Distrito de Bragança, é o segundo concelho maior do distrito e, como tal, tem meios próprios em termos de recursos humanos. Aqui aproveito para questionar o Senhor Presidente, quantos juristas tem atualmente a Câmara Municipal de Mirandela? Se não tem os suficientes para tratar das contraordenações, por que deixou sair pelo menos dois? Que eu tenha conhecimento, um para a Autoridade Tributária e outro para outro organismo. Se os tem, por que não avoca as competências que neles estão delegadas?

Mirandela tem dimensão, estrutura administrativa e centralidade territorial que o colocam num patamar diferente da maioria dos municípios da CIM-TTM. Ao optar por esta delegação, o município abdica de uma competência própria e junta-se institucionalmente a pequenos concelhos, o que não deve ser o lugar de Mirandela. Em vez de se afirmar como um concelho estruturante da região, dilui as suas responsabilidades.

A segunda razão pela qual votamos contra é que o município tem estrutura jurídica, ou deveria ter, para exercer estas competências. Segundo o Mapa de Pessoal para 2026, o município prevê três Técnicos Superiores juristas no seu quadro, o que indica que não estamos perante um município sem meios jurídicos nem perante uma estrutura inexistente. Recentemente saíram juristas em mobilidade, quantos juristas estão hoje no município? E quantos estavam há dois anos? Foi aberto algum procedimento para substituí-los ou simplesmente se deixou sair o pessoal e depois se alega falta de meios? Pelo menos três saíram em regime de mobilidade, e em regime de mobilidade a saída só ocorre se houver consentimento.

O terceiro ponto é que o município mantém a receita das coimas, mas entrega a decisão à CIM-TTM, que passa a instruir e decidir os processos. Ou seja, o município mantém o produto das coimas, mas afasta-se da decisão e da responsabilidade. É legítimo questionar se o município tem receio de assumir a assinatura nas contraordenações?

O Estado transferiu estas competências para os municípios para aproximar as decisões das populações e responsabilizar os executivos locais. O que se propõe aqui é o contrário, Estado - Município - CIM-TTM. Assim, o Grupo Parlamentar do PSD solicita resposta por escrito às seguintes questões: Quantos processos de contraordenação por estacionamento foram tramitados e concluídos pelo município nos últimos três mandatos? Qual foi a receita total arrecadada nesse período com coimas de estacionamento? Que recursos humanos tiveram afetos a essa tramitação processual? Qual foi o valor total pago pelo Município de Mirandela à PSP nos últimos dois mandatos no âmbito da fiscalização de estacionamento?

Em conclusão, o PSD entende que Mirandela deve assumir as competências que o Estado lhe confiou, organizar os seus serviços para exercer essas competências e afirmar-se como o concelho de referência no distrito e na CIM-TTM. Se for necessário recrutar meios para que estas cobranças se realizem localmente, que se recrutem, em vez de se delegar para Bragança ou outro órgão externo.

----- O Senhor Deputado Municipal *TIAGO MORAIS* (IL) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A proposta que hoje discutimos visa delegar à CIM-TTM a competência para instruir e decidir processos de contraordenação por infrações de estacionamento em Mirandela. No entanto, após analisar a minuta do contrato e a deliberação da Câmara Municipal, existem alguns pontos que gostaria de destacar. O primeiro ponto é a contradição em relação à descentralização: o Estado transfere estas e outras competências para os municípios para garantir a subsidiariedade, mas agora o município afasta essa competência da sua esfera direta para entregá-la a uma entidade regional. Por que a Câmara Municipal se declara na prática incapaz de gerir o expediente jurídico do estacionamento nas suas próprias ruas?

O segundo ponto refere-se aos custos operacionais. O contrato afirma que a delegação não terá impacto no aumento da despesa pública global. Contudo, como foi alertado na Reunião de Câmara por um dos Vereadores, decisões desta natureza podem obrigar a CIM-TTM a aumentar o seu quadro pessoal para atender aos novos protocolos. Se o produto das coimas reverte para o município, como se financiará essa nova estrutura burocrática intermunicipal? Sem informações detalhadas que comparem o custo de manter o serviço em Mirandela com o custo operacional desta delegação, a avaliação torna-se difícil e complica a definição do sentido de voto, pelo menos do ponto de vista da Iniciativa Liberal.

O terceiro ponto é o risco de criar uma “burocracia sem rosto”. Como liberal, defendo que quem decide deve estar próximo de quem é afetado pela decisão. Delegar a instrução de processos a entidades regionais ou nacionais pode criar um distanciamento prejudicial para o munícipe, o que me preocupa. Obviamente, acredito que esta delegação por parte do Executivo é feita com a intenção de beneficiar o município, mas mantenho reservas quanto a se esta é realmente a opção mais acertada e gostaria de ouvir a posição do Senhor Presidente sobre o assunto.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A proposta que agora discutimos não é meramente administrativa, trata-se de uma decisão com implicações jurídicas, financeiras e institucionais relevantes para o Município de Mirandela. Da minha análise, o problema não está na possibilidade jurídica, mas sim no contrato que nos é apresentado.

Após análise, verifico que estamos perante um contrato formalmente válido, mas com algumas lacunas. O contrato não regula, de forma clara, quem assume a responsabilidade em caso de erro processual, quem suporta indemnizações, se houver, ou quem responde pela prescrição de processos. Além disso, não esclarece se há retenção de encargos administrativos, qual o custo efetivo do serviço, como se apuram as despesas e o que acontece se os custos superarem as receitas. Estamos, assim, a aprovar uma delegação com impacto potencial nas receitas municipais sem um modelo financeiro suficientemente transparente.

Também se trata de processos contraordenacionais rodoviários, com tratamento de dados, acesso à base de dados do IRN e circulação de informação sensível. O contrato não contém cláusulas específicas sobre a proteção de dados, responsabilidade pelo tratamento ou segurança da informação, nem sobre responsabilidade em caso de violação desses dados. Esta omissão é, do meu ponto de vista, juridicamente relevante e não pode ser ignorada. O contrato prevê cessação, mas nada estabelece quanto ao destino de processos pendentes ou à transferência de arquivos.

Permita-me uma pequena reflexão, Senhor Presidente, o Estado descentralizou esta competência para os municípios, e hoje o município transfere-a para uma entidade intermunicipal. É legítimo, sim, mas estamos a reforçar a estrutura intermunicipal e a reduzir a execução direta municipal. Isso exige, pelo menos, um contrato juridicamente mais cauteloso. A autonomia municipal não se perde apenas por decisões políticas, perde-se também por contratos frágeis. Por isso, considero que este contrato deveria ser melhor pensado antes da aprovação definitiva, salvaguardando assim o interesse do município e dos municípios.

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para além do que já foi dito, serei direto e incisivo ao questionar o Senhor Presidente da Câmara. Gostaríamos que nos explicasse quais são as reais vantagens que Mirandela terá com esta delegação de competências para a CIM-TTM? O que muda? Quais são os custos para a Câmara Municipal de Mirandela decorrentes desta delegação? E se houver outras razões que justifiquem a decisão, gostaríamos de as conhecer.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que vem a votação é, mais uma vez, a retirada de competências da esfera municipal. Sendo coerentes com aquilo que aprovamos na anterior Assembleia Municipal, onde se votou a transferência desta competência, obviamente que iremos votar contra. Votamos contra porque a medida se refugia, e cito: *“na complexidade crescente dos procedimentos contraordenacionais, na necessidade de uniformização e racionalização dos meios administrativos disponíveis e na proximidade institucional com a CIM-TTM”*.

Admitir esta forma de atuação equivale a admitir que o Executivo não tem capacidade para as competências que assumiu e que há insuficiência de recursos humanos. Relembro que este órgão não é eleito diretamente pelos mirandelenses e, por isso, não está mais capacitado para salvaguardar o bom funcionamento do serviço, nem para acautelar os interesses dos municípios.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado pelas vossas preocupações, naturalmente preocupações legítimas, mas aquilo que está na base, na essência desta proposta de delegação de competências, é pura gestão. Pura gestão, gestão de uma integração num organismo que já realiza este trabalho, já o faz para outros municípios. A mim não me preocupa se temos uma grande ou menor dimensão. Somos uma Câmara integrante da CIM-TTM, pagamos as cotizações para o efeito e, na nossa opinião, devemos ter algumas contrapartidas.

Na presença de um conjunto de contraordenações de algum valor, que os cofres do município bem precisam. Parece-nos que delegar esta competência nesta entidade seria mais rápido para fazermos a arrecadação dessas verbas, sem prejuízo de, quando a situação estiver regularizada, podermos resgatar essa competência. Portanto, não é nada definitivo, não perdemos competência nenhuma. Delegamos a competência enquanto for possível delegá-la, a um momento em que podemos rescindir ou resgatar, se assim entendermos.

Estamos perante um número significativo de processos que vem de algum tempo atrás e, conforme foi pedido, será enviada informação por escrito para recuar algumas jornadas e perceber de onde vem esta situação. Quando se fala em despesas correntes apertadas e necessidade de mais juristas, devemos entender que, por um lado, temos recursos humanos limitados, mas por outro, ao delegar competências, conseguimos gerir racionalmente, equilibradamente, com uma política que defenda os interesses do nosso concelho. Defender os interesses do concelho no momento significa que este conjunto de contraordenações rodoviárias possa ser tratado num organismo no qual somos parte integrante e que já tem a equipa montada para o fazer, sem prejuízo de podermos resgatar essa competência quando estiver regularizada. Trata-se de pura gestão, gerir recursos, perceber o que podemos delegar e até quando, de forma a recolher nos cofres municipais as contraordenações e evitar a prescrição de processos.

Não podemos ignorar a litigância que este município tem. Muitos processos têm mais de oito anos. Comparando com outros municípios, a quantidade de processos pendentes é elevada, e isso exige organização e trabalho. Temos juristas, temos o Gabinete Jurídico e um jurista na Divisão de Obras Municipais e Urbanismo que tratam diariamente de casos, mas há dificuldade em responder a todos. Não podemos deixar que receitas prescrevam nem ficar condicionados por preocupações com perda de identidade ou representatividade. O que parece ser perda de identidade, na realidade é estarmos a ignorar que estamos integrados na CIM-TTM, onde temos direitos e obrigações. Já que estamos integrados, por que não pedir colaboração, transferindo temporariamente esta competência até que se resolva? O organismo intermunicipal tratará do trabalho, nós recolhemos os valores das contraordenações e podemos resgatar a competência quando entendermos que é adequado ou quando tivermos condições para isso.

O trabalho que temos feito internamente é, em muitos casos, um trabalho de resolução de assuntos, que já conseguimos tratar parcialmente. Devemos olhar para esta delegação como um todo, não como perda de identidade ou representatividade. É um ato de gestão que promove a recolha de verbas pendentes em processos de contraordenação, exclusivamente de assuntos de estacionamento.

Quanto às questões de RGD e proteção de dados, a CIM-TTM garante todas as normas necessárias, como faz para outros municípios. A nossa integração não representa qualquer perda de identidade; pelo contrário, fortalece-nos. Divididos somos poucos, juntos seremos mais e teremos mais força. Não se trata de passar uma competência permanentemente para uma entidade regional. Trata-se de, num processo casualístico, transferir temporariamente essa competência para resolver um problema concreto, sem perder o direito de resgatá-la. Nunca perderemos a oportunidade de pedir ajuda a quem pode colaborar. Do ponto de vista

gestionário, é bom para o município porque permite gerir recursos humanos escassos, arrecadar receitas e evitar a prescrição de processos. É um ato de pura gestão, bem razoável.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 21 votos a favor, oito abstenções e 24 votos contra, rejeitar a Minuta do Contrato Interadministrativo, para efeitos de delegação na Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), a competência para instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo.

#### 4.5 - Proposta de Cedência de Instalações à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 29/01/2026, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para a cedência das instalações do Município, nos termos do protocolo a celebrar, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vamos acompanhar favoravelmente esta votação, mas não deixaria de reforçar aquilo que foi dito pelos Vereadores na Reunião da Câmara Municipal. No ponto anterior estávamos a falar de delegar algo para a CIM-TTM, e aqui trata-se claramente da responsabilidade do Estado pelas entidades que tem na nossa região. Quase entendo isto como uma ameaça de que, se a ASAE não fosse albergada em instalações municipais, a ASAE iria embora.

Temos a APA em condições miseráveis, assim como outras entidades em Mirandela, e um edifício da Direção Regional cada vez mais esvaziado, porque não há maneira de proceder à alteração que se devia ter feito para revogar decisões antigas. Há um património que poderia perfeitamente albergar estas associações ou coletividades que são do Estado, e ainda por cima vamos pagar 350 € por mês para despesas de manutenção que a Câmara tem com o edifício, o que é sério para uma região como a nossa, que tem tantas carências.

Portanto, poderíamos transformar aquela parte do edifício em outras valências para reforçar os serviços da Câmara Municipal de proximidade, em vez de albergar entidades públicas quase sob ameaça de deixarem a nossa região. Obviamente, não queremos perder essas entidades, por isso acompanharemos favoravelmente esta votação. Contudo, corremos o risco de, daqui a dois, três ou quatro meses, outra entidade querer o mesmo e a Câmara terá sempre portas abertas, porque não quer perder estes serviços na nossa região, sob pena de deixarmos para trás os nossos.

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A proposta que hoje discutimos é, acima de tudo, uma decisão sobre o futuro de Mirandela. Estamos a falar da permanência da ASAE no nosso concelho e todos sabemos o que acontece no interior do país, os serviços públicos saem com muita facilidade, mas raramente regressam.

Perante esta realidade, o Município de Mirandela tem duas opções: ou fica parado e aceita perder mais um serviço, ou cria condições para que este permaneça em Mirandela. Poderíamos discutir se deveria ser o Estado a assumir estas responsabilidades, e provavelmente até deveria, mas esta discussão não pode ter como consequência a perda efetiva de mais um serviço público no nosso território. A verdade é simples, mais vale garantir condições para que o serviço permaneça do que permitir que ele saia. Manter serviços é defender o concelho, defender emprego qualificado e defender o futuro. Por isso, esta proposta tem que ser aprovada.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência das instalações do Município, nos termos do protocolo a celebrar.

#### 4.6 - Proposta de Alteração do modelo de organização interna dos serviços do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/02/2026, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e três votos contra (PSD e CDS), tendo sido feito o uso do Voto de Qualidade por parte do Senhor Vice-Presidente, submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal a Alteração do Modelo de Organização Interna dos Serviços do Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O ponto que hoje discutimos não é um simples ajustamento técnico da estrutura dos serviços, é uma decisão com impacto estrutural e permanente na despesa do município. Antes de mais, quero deixar claro que não estou aqui contra a valorização salarial, nem contra o reconhecimento do mérito dos trabalhadores municipais. Os trabalhadores são o principal ativo de qualquer Autarquia, de qualquer organismo público ou privado. Mas a questão que se coloca é outra: será esta a única forma de reter trabalhadores com mérito no Município? E os que ficam de fora destas novas funções, o que pensarão, que não têm mérito? Esta discussão não deve ser feita contra os trabalhadores, deve ser feita com responsabilidade sobre o modelo organizativo que estamos a aprovar.

Para perceber o impacto real desta situação, comparei a estrutura de 2017 com a proposta de 2026, usando os mesmos valores salariais para eliminar o efeito das atualizações. A estrutura política em 2017, incluindo Gabinete do Presidente, Vereadores, Assesores e Secretárias, tinha um custo mensal de 24.715 € e um custo anual de 339.343 €. A estrutura de dirigentes, que já contemplava oito unidades intermédias de terceiro grau, tinha um custo mensal de 39.443 € e anual de 552.624 €. Ou seja, o total da estrutura municipal em 2017 importava mensalmente cerca de 104.000 € e anualmente cerca de 891.000 €.

Para 2026, o custo mensal da estrutura política será de 21.000 €, com custo anual de 290.000 €, ou seja, cerca de 50.000 € menos do que em 2017, porque atualmente só existem três Vereadores a tempo inteiro. A estrutura de dirigentes proposta para 2026 passa para um custo mensal de 85.000 € e anual de 1.196.000 €. O total da estrutura municipal proposta para 2026 terá um custo mensal de 106.000 € e anual de aproximadamente 1,5 milhão de euros. A diferença entre 2017 e 2026 representa um aumento de quase 600.000 €, resultante essencialmente da criação de novas chefias intermédias.

Em 2017 existiam oito unidades de terceiro grau abaixo da estrutura de Chefe de Divisão. Em 2026, passamos a ter seis divisões, duas Equipas Multidisciplinares equiparadas a divisões, 11 unidades de terceiro grau e 13 unidades de quarto grau, totalizando 32 posições de chefia técnica. A realidade é nua e crua: o que esta Assembleia Municipal vai votar hoje comprometerá o futuro do concelho com despesas fixas que reduzirão a disponibilidade de recursos para despesas de capital e investimento, embora naturalmente o investimento em pessoas seja importante.

Para perceber a proporcionalidade, olhemos para municípios comparáveis com maior população. Bragança, com cerca de 53.000 habitantes, tem 14 chefias; Chaves com mais de 30.000 habitantes ronda 19; Ponte de Lima, com mais de 40.000 habitantes, tem 15; Lousada, com cerca de 50.000 habitantes, tem 11. Mirandela, com cerca de 21.000 habitantes, passará a ter 32 chefias. Em termos proporcionais, Mirandela terá aproximadamente três a quatro vezes mais chefias por 10.000 habitantes do que municípios com o dobro da população.

A pergunta é simples, este aumento estrutural de cerca de 600 mil euros por ano justifica-se pela dimensão do concelho e pelos serviços prestados à população? Não me parece e não se trata de estar contra os trabalhadores, mas sim de discutir um modelo de organização do município. Cada euro gasto em estrutura interna é, na prática, um euro a menos para serviços diretos à população. Por esses motivos, a Bancada do PSD irá votar contra esta proposta.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu começo por referir que esta proposta foi aprovada em Reunião de Câmara com empate, tendo sido necessária a utilização do voto de qualidade do Senhor Vice-Presidente. Eu não consegui, pelo menos quando tentei ver a Ata, perceber por que houve três votos contra e qual foi a justificação apresentada para isso. De qualquer forma, isto demonstra-me que nem sequer no Órgão Executivo houve consenso sobre a bondade desta proposta de alteração.

Quando uma reorganização estrutural gera uma divisão tão clara, exige-se maior esforço de consciencialização política e maior robustez técnica na fundamentação. Eu particularmente defendo uma análise financeira detalhada antes da aprovação definitiva, bem como um plano de avaliação de eficácia da nova estrutura. Desde o primeiro dia tenho-me manifestado em relação a isto e, pelo menos pelo que observo nos elementos disponíveis, quer documentais, quer em contactos com determinados serviços da Câmara Municipal, não vejo um resultado eficaz destas equipas multidisciplinares. Sinceramente, não vejo, e tenho uma opinião muito crítica e pessoal em relação a isto.

Do meu ponto de vista, reorganizar é necessário, mas criar cargos por criar não é aceitável. A reorganização administrativa deve servir o interesse público, e não apenas reorganizar organogramas sem estudo financeiro, sem indicadores de desempenho e sem avaliação prévia clara. Esta proposta levanta dúvidas legítimas quanto à sua proporcionalidade e prioridade.

----- A Senhora Deputada Municipal *GRACIETE RAMOS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Quanto a este ponto, propõe-se a manutenção do número de seis unidades orgânicas aprovadas, lideradas por pessoal dirigente. Além disso, prevê-se a criação de mais três unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de terceiro grau, também lideradas por pessoal dirigente, e de três unidades orgânicas flexíveis lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de quarto grau. Mantém-se o número de seis subunidades orgânicas, já aprovadas, lideradas por pessoal com funções de coordenação.

A presente proposta de alteração ao mapa de modelo de organização interna dos serviços do município resume-se assim à criação de três unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de terceiro grau e à criação de 13 unidades orgânicas flexíveis lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de quarto grau. Caso seja aprovada nesta Assembleia, esta alteração ao modelo de organização interna do município resultará, conseqüentemente, na criação de três cargos de direção intermédia de terceiro grau, nomeadamente dois cargos na divisão de desenvolvimento cultural, turístico e de saúde e um cargo na divisão de planeamento estratégico e diplomacia económica.

Considero que esta proposta é fundamental para assegurar funções de direção, gestão, coordenação e controlo das referidas unidades orgânicas flexíveis, pois há uma necessidade premente de dotar estas áreas de uma estrutura de comando intermédia que até ao momento não existe no mapa de organização interna do município, ao contrário do que sucede nas demais divisões. Importa reiterar que a inexistência destas unidades orgânicas flexíveis e dos consequentes cargos dirigentes limita severamente a capacidade

operacional e a autonomia destas divisões. A criação destas unidades garante, assim, níveis de responsabilidade e dimensão orgânica estritamente apropriados à relevância estratégica destes domínios para o município.

A introdução destes cargos de direção intermédia permitirá uma gestão de recursos e atividades mais ágil e próxima da realidade quotidiana de cada serviço, garantindo apoio direto e técnico aos titulares de cargos dirigentes a quem hierarquicamente dependem, melhorando a resposta pública em domínios críticos como turismo, saúde e planeamento económico, assegurando o cumprimento das metas definidas no plano estratégico municipal. Além disso, resultará na criação de 13 cargos de direção intermédia de quarto grau, destinados a funções de coadjuvação e controlo individual.

No entanto, considero que a criação destas unidades orgânicas flexíveis e dos 13 novos cargos fragmenta a estrutura municipal, podendo gerar entropia burocrática em divisões que já possuem dirigentes de grau superior. Com tantos níveis intermédios, terceiro e quarto grau, a cadeia de comando torna-se longa, favorecendo o fenómeno de “passar a bola”, em que a responsabilidade por decisões importantes se perde entre vários subchefes e chefes de divisão. A prioridade deveria ser reforçar os técnicos que executam, e não quem coordena. Recordo o que hoje aqui foi dito pelo Senhor Presidente: “*precisamos de contratar operacionais; temos um quadro envelhecido, temos de fazer a passagem de testemunho, isto é que é uma realidade*”.

Acresce que o custo fixo com este reforço de cargos dirigentes, remunerados pela quinta posição técnico-superior, acarreta um encargo financeiro permanente e elevado para o município, comprometendo recursos que poderiam ser canalizados para investimento direto no concelho, como contratação de cerca de 20 a 25 assistentes operacionais ou técnicos, reforço em apoios sociais, habitação ou manutenção de infraestruturas degradadas. Uma vez criadas estas 13 unidades orgânicas e providos os cargos, será muito difícil extinguí-los ou reformular a organização sem custos sociais e jurídicos elevados.

Pergunto: esta criação de 13 unidades orgânicas flexíveis está devidamente fundamentada num estudo de necessidades reais ou trata-se apenas de uma alteração formal? Qual o número médio de trabalhadores que cada um destes 13 novos chefes de quarto grau irá coordenar? Justifica-se criar uma estrutura de direção para unidades que, na prática, têm um número reduzido de operacionais? Dou o exemplo do caso do Gabinete Jurídico, que possui apenas dois Técnicos Superiores. Considerando que a remuneração corresponde à quinta posição da carreira de Técnico Superior, aproximadamente 2.405 € brutos por mês, qual será o impacto financeiro total anual, incluindo encargos sociais e eventuais despesas de representação?

Mais um nível hierárquico contribui para a celeridade dos processos? A experiência administrativa indica que mais níveis de aprovação tendem a tornar a decisão municipal mais lenta. Por que razão fixaram em apenas dois anos o requisito de experiência para cargos que envolvem direção, gestão e controlo? Não considera o Executivo que este prazo é insuficiente para garantir a maturidade técnica necessária a uma chefia? É esta a necessidade de investimento que o concelho exige? Estamos a sacrificar a eficiência dos serviços e o investimento direto nas populações para alimentar uma estrutura burocrática cada vez mais pesada e distante dos cidadãos.

Senhor Presidente, face estas observações e, salvo melhor opinião, considero que esta proposta cria uma estrutura de comando excessiva para a realidade de Mirandela. Antes de criar 13 novos chefes, deveríamos garantir que temos técnicos e meios operacionais suficientes no terreno. O que o município precisa é de eficácia, não de hierarquia e despesa.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tinha uma intervenção para fazer acerca deste tema, mas, no desenvolver das preocupações que estão aqui subjacentes àquilo que a Câmara Municipal, por bem ou por mal, está a implementar, e eu não estou lá a trabalhar, portanto não sei até que ponto é que esta criação e reorganização administrativa realmente vai atingir os objetivos; quero acreditar que será para implementar novas competências, agilizar processos administrativos e, obviamente, facilitar a vida das populações, neste caso da população de Mirandela.

No entanto, depois de ouvir estas preocupações, quer do PSD, quer até mesmo do PS, deixo aqui uma pequena pergunta: estamos preocupados com um aumento de despesa na ordem dos 600.000 € para a melhoria remuneratória dos Técnicos da Câmara Municipal, seja por terem novas admissões ou por progressão na carreira, mas não vejo preocupação nenhuma nestas Bancadas por integrarmos 1 milhão de euros naquilo que foi a declaração de IRS retida pelo município.

Reparem bem: estamos aqui a discutir 600.000 € de despesa com os nossos técnicos, mas ninguém se preocupa com 1 milhão de euros que eram receitas dos cofres da Câmara Municipal e que foram entregues a munícipes que estão acima do ordenado mínimo nacional, portanto, uma minoria, e uma minoria à qual estes próprios técnicos pertencem. Não houve qualquer preocupação com isso, mas agora estão preocupados com 600.000 € que a Câmara vai subsidiar em termos de remuneração aos seus técnicos. Vejam bem até onde é que chega, aquilo que eu não gosto de falar, mas que vocês gostam muito, a questão ideológica.

----- O Senhor Deputado Municipal *ALEXANDRE CAMILO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Posto todas estas exposições, afinal, porque é que é necessário fazer esta reorganização? Nos últimos anos, o município viu aumentar as competências descentralizadas do Estado, a complexidade dos procedimentos administrativos e financeiros, as exigências associadas à execução de fundos comunitários, a responsabilidade na gestão de investimentos estruturantes e a pressão por maior transparência, previsibilidade e celeridade decisória.

Contudo, com a atual estrutura orgânica, a Câmara apresenta um défice estrutural de coordenação, com concentração excessiva de responsabilidades em algumas divisões, designadamente a Divisão de Desenvolvimento Cultural, Turístico e de Saúde, e a Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica. Estas divisões, apesar da sua amplitude e transversalidade, não dispõem de níveis intermédios adequados de coordenação. Não se trata de uma questão de competência técnica dos trabalhadores, como já foi referido, que é reconhecida, mas sim de um modelo estrutural que se tornou insuficiente.

O que propõe concretamente a nova orgânica? Já se falou nas três unidades de terceiro grau e nas 13 de quarto grau. Importa, sim, referir o impacto na eficácia dos serviços. Esta reorganização permitirá aumentar a eficácia interna, ou seja, maior proximidade na

gestão de equipas, redução de estrangulamentos decisórios, melhor controlo de prazos, uniformização de procedimentos, reforço da cultura de planeamento e avaliação, e melhoria dos serviços aos municípios, com redução dos tempos de resposta, maior previsibilidade nos licenciamentos e procedimentos, melhor articulação entre serviços e um atendimento mais eficiente. Reforça ainda a capacidade de captação de investimento, é preciso ser capaz de captar investimento para que ele se concretize.

A criação da direção intermédia na área de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica é decisiva para acompanhamento técnico permanente das candidaturas, execução rigorosa de fundos comunitários, captação de investimento externo e redução da dependência de consultoria externa. Isto é a redução do *outsourcing* e o reforço da autonomia municipal. Um dos aspetos estratégicos desta proposta é o reforço da autonomia técnica interna, diminuindo a dependência externa através da criação de estruturas intermédias especializadas, daí o aumento de custos.

Reduz-se a necessidade de contratação externa, aumenta-se a capacidade instalada do município e garante-se a continuidade institucional, preservando o conhecimento técnico dentro da organização. O investimento em coordenação interna é estruturalmente mais eficiente do que a dependência recorrente do exterior.

Enquadramento legal e transparência: a proposta cumpre o regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, a Lei nº 49/2002 e a Lei nº 75/2013. Os cargos são providos por concurso, com requisitos claros de habilitação e experiência, assegurando mérito, competência e transparência. Impacto financeiro, os cargos de direção intermédia de terceiro grau correspondem à sexta posição remuneratória, e os de quarto grau à quinta posição da carreira de técnico superior. O impacto financeiro é previsível, controlado e proporcional ao ganho na eficiência estrutural. Nem tudo é custo, deve ser analisado face ao retorno esperado, maior execução de fundos comunitários, redução de penalizações e atrasos, menor recurso à consultoria externa e melhoria da eficiência operacional. Trata-se de um investimento organizacional, não de uma despesa estrutural.

Senhoras e Senhores Deputados, esta proposta não aumenta a burocracia, organiza, não cria estruturas redundantes e corrige fragilidades estruturais. Não é um ato político circunstancial, mas uma decisão estratégica para o futuro do município. Se queremos serviços mais rápidos, eficientes, melhor resposta aos municípios, maior capacidade de investimento e menor dependência externa, então esta reorganização não é apenas legítima, é também necessária. Por isso, voto favoravelmente esta proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só quero dizer uma coisa que muito me entristece. Há pessoas nesta sala que estiveram quase toda a tarde lá fora. Tenho estado atento ao modo como foram sendo chamados de volta vários membros que estavam ausentes da sala.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Estamos novamente a fazer o controle das presenças, portanto, não estamos desatentos e de maneira que trataremos do assunto.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De uma forma muito clara, gostava de dizer que uma orgânica forte traduz um concelho forte, mais eficácia nas respostas aos cidadãos, implementação de programas comunitários, captação de investimentos e maior eficácia. Esta organização visa dar condições ao seu Executivo para executar o seu programa de ação e, sem uma estrutura adequada, não é possível cumprir prazos, captar investimento ou inovar. Os indicadores de desempenho são definidos pelo SIADAP, e não podemos definir um forte indicador de desempenho sem uma adequada orgânica. Depois, lembrar, de uma forma em prosa ou em poesia, se quiserem, *“que a demagogia feita à maneira é como um coelho numa ratoeira”*. E, de facto, o que se passou aqui foi um momento de pura demagogia. Gostava de saber onde estão esses estudos tão aprofundados que nos dão este valor, este incremento de valor tão acentuado.

Quando sabemos que muitos dos casos dos que vão ser contratados ou que vão ocupar estas vagas serão pessoas que não irão ter sequer um aumento salarial, porque já estão no escalão cinco ou seis, e não representa rigorosamente mais nada a não ser responsabilidade. Portanto, nós não estamos a pensar contratar fora, estamos a pensar promover as pessoas com critérios de liderança, com critérios de conhecimento, e já são pessoas que estão na estrutura e que não vão representar custos adicionais, a grande maioria delas. Portanto, é uma reorganização, e os custos dos 600.000 ou de 1 milhão de euros são apenas na capacidade daquelas pessoas que têm essa capacidade de fazer a demagogia, porque, nada acontece.

Até se falou aqui em Equipas Multidisciplinares, as Equipas Multidisciplinares já existem, não está aqui nenhuma proposta nova de Equipa Multidisciplinar, já acontecem essas equipas. Portanto, isso não é uma realidade. Por exemplo, uma divisão como a Divisão de Desenvolvimento Cultural, Turístico e Saúde, tem um responsável com competências para biblioteca, património cultural, gestão de recursos culturais, turismo e eventos. É impossível uma única pessoa gerir tudo isso. Aquilo que fizemos foi dividir em dois, criando duas posições, porque já existia esta unidade, esta divisão não tinha nenhuma orgânica, contrariamente a outras anteriores. Esta que foi criada tem duas, e foi criada outra na Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica. De facto, depois aparecem estes cargos de quarto grau, mas claramente aqui é uma questão de reorganização, não aumenta custos, coisa nenhuma. É necessário termos um mapa de pessoal organizado.

Eu sei que há dificuldade, provavelmente, para algumas pessoas que nunca viveram numa estrutura desta natureza, mas eu vivi e presenciei 30 anos de gestão ao mais alto nível, de gestão de topo, e sei perfeitamente como podemos organizar e devemos organizar serviços, com custos associados baixíssimos. Eu não posso pedir responsabilidades a quem não as tem. Eu não posso pedir a um líder que esteja a gerir 50 ou 60 pessoas quando são departamentos diferentes, com locais diferentes, por exemplo, Estação das Artes, Museu da Oliveira e do Azeite, Ecoteca, Parque de Campismo e um conjunto de situações diversas. Como podemos falar de organização sem ter no local alguém habilitado do ponto de vista hierárquico para fazer valer a sua liderança? Sabemos que há várias formas de liderar. A liderança pode ser aceite ou imposta; mas nestas organizações é preciso dar-lhe algum formalismo, para que o colega do lado não pergunte “quem és tu para me coordenar ou dar ordens?” quando o responsável está do outro lado. Portanto, é preciso ter a noção do terreno, da capacidade de gerir e organizativa. Trata-se apenas de acertos pontuais em algumas divisões que não tiveram essa força.

Gostaria de perceber também por que razão, quando foi aprovada a última estrutura, não se insurgiram contra ela, questionando a ausência de unidades de terceiro grau em algumas divisões. Não foi possível na altura, porque estávamos e continuamos sempre limitados pelos recursos financeiros. Passou-se para uma fase em que já há algum desafogo financeiro, permitindo efetuar a reorganização, que tem que ser uma realidade. Ninguém consegue gerir sem essa estrutura. Comparar o mapa atual com o proposto e falar em diferenças de 600.000 euros é errado, as pessoas já estão na estrutura, nos níveis cinco e seis, e a maioria não terá incremento salarial. Não é concurso externo, são concursos internos, não sabemos quem são as pessoas, mas qual é o nível salarial que têm e qual é o que passaram a ter. Não, estamos a falar de recrutar novas pessoas. Estarem aqui a falar desse valor, ninguém sabe esse valor. Isso é uma falácia.

Quando queremos ser demagogos, percebem-se estas tentativas de atirar números para o ar. A verdade é que as seis divisões existentes mantêm-se, não há mais divisões, as equipas multidisciplinares e os gabinetes mantêm-se, nada mais é criado. Estamos apenas a reforçar duas divisões que estavam carenciadas. O impacto financeiro não é o que se tem dito, tem a ver com estarmos bem organizados e dar uma resposta adequada à missão do município, que é servir as pessoas. Servir a população é o objetivo central, e esta reorganização garante que isso aconteça. Esta reorganização é justa, não acarreta os encargos financeiros que foram mencionados, e qualquer análise de custos deve ser revista com base na realidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Também tenho que ser correto com aquilo que o Senhor Presidente disse, atenção que eu parti do pressuposto de que o concurso era externo e que partíamos da massa salarial zero para as pessoas a recrutar.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada pela sua honestidade. Mas não foi isso que passou, o que passou foi que tínhamos um incremento de 600 mil euros.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não. Senhor Presidente, mantenho, eu fiz esta intervenção no pressuposto de que os concursos eram externos e o Senhor Presidente também disse que são internos, o que muda substancialmente a situação, portanto, fica feita essa clarificação e foi nesse pressuposto que eu fiz, mas na verdade, se fossem recrutados por concurso externo, o incremento era esse. Não tenha dúvida.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

E não foi só o Senhor Deputado que referiu isso. Houve mais Deputados a fazerem essa observação, o que lamento profundamente, porque se trata de uma análise completamente alheia à realidade de quem está na gestão. Para gerir, é preciso ter capacidade e competência. E não é gestor quem quer, desculpem-me.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NÉLSON TEIXEIRA* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu pedia ao Senhor Presidente autorização para sair da sala e escusa na votação por ser funcionário do Município. Sinto-me, moralmente, impedido de votar este ponto. Não se trata de uma declaração de interesses, mas, moralmente, sinto que não devo participar. Portanto, peço escusa.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela *ANA LÚCIA PIMPÃO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

No mesmo seguimento, Senhor Presidente, peço escusa.

----- O Senhor Deputado Municipal *TITO RESENDE* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Ia fazer esse mesmo pedido. Portanto, se não se importarem, peço escusa.

----- A Senhora Tesoureira da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *SÓNIA MOTA* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Pese embora esteja nomeada, também sou funcionária, pelo que também me vou ausentar.

----- O Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *SÉRGIO RUIVO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Também sou funcionário, pelo que também me vou ausentar.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito bem, está justificado, podem ausentar-se.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor, três abstenções e 24 votos contra, tendo o Senhor Presidente exercido voto de qualidade por ser ter verificado empate na votação, aprovar a Alteração do Modelo de Organização Interna dos Serviços do Município de Mirandela.**

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

“Declaração de Voto

O movimento Amar Mirandela votou favoravelmente porque reconheço o direito de quem está a dirigir os destinos do município a organizar-se para poder cumprir as suas tarefas. Não julgo que seja uma questão orçamental que possa impedir o município de executar o seu trabalho. Devemos dar essa margem para que se possa organizar. O nível três é um nível de organização mais amplo; o nível quatro é um nível de organização mais próximo, para distribuir tarefas e atribuir responsabilidades. Portanto, não vejo qualquer problema nisso e votamos favoravelmente exatamente nesse sentido: dar condições para que o trabalho seja feito com rigor e transparência.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse: Ora bem, vou apresentar-vos uma situação. Como sabem, e segundo o regimento, o plenário termina às 19h, mas, com a vossa autorização, pode prolongar-se até às 20h. Penso que, nesta hora, conseguimos concluir os trabalhos. Fica à vossa consideração; caso contrário, a sessão transitará para o dia útil seguinte, que será segunda-feira. Concordam em permanecer mais uma hora e sermos breves para terminar o plenário?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Grupo Municipal do PSD não concorda com o prolongamento da Sessão, os trabalhos devem terminar às 19h.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse: Terminar já? Ainda assim, vamos votar.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor, uma abstenção e 23 votos contra, prolongar a Sessão até às 20h.**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ SILVANO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

“Declaração de Voto

Senhor Presidente, eu quero fazer uma declaração de voto porque não quero que fique qualquer ideia errada. Uma coisa é o senhor presidente dizer que as pessoas podem sair e que não lhes é marcada falta; outra coisa é parecer que, depois de a sessão ser prolongada, as pessoas se vão embora sem justificação.

Quero que fique claro que eu marquei até às 19h. Hoje nasceu o meu terceiro neto e tenho de estar às 21h no Porto. Por nenhum motivo ficaria aqui depois das 19h, que foi o que combinei. Quero que toda a gente saiba a razão: é porque não posso mesmo ficar. Muito obrigado.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sendo assim, o plenário vai continuar até às 20h. Naturalmente, quem eventualmente se ausentar agora não terá falta, porque aquilo que está previsto no Regimento é o término às 19h. Esta decisão serve apenas para facilitar e evitar que tenhamos de reunir noutro dia por pontos que podem ser concluídos hoje. No entanto, se perdermos o quórum, não poderemos continuar, por isso peço que tenham isso em consideração. Agora, se preferirem vir na segunda-feira, será convosco. A votação está feita.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas *FERNANDO PINTOR* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:  
Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Não é uma questão de consideração, é uma questão de vida pessoal. Tenho um filho que sai às 19h, que hoje tem atividades. Em relação à senha, acho muito bem que seja descontada. Eu vou embora e deve ser descontada a senha.

Compreendo e acho que deve ser assim, porque não fico até ao fim. Agora, quanto aos pontos que ficam para o fim, já na outra reunião foi a mesma coisa: os pontos convêm ficarem para o final para serem aprovados. Fazem bem. É a democracia que vocês têm.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu compreendo quem justifica dessa maneira. Agora, quem não tem uma justificação que seja imperativa, por favor, vamos atender àquilo que a maioria decidiu.

#### 4.7 - Proposta de Nomeação do Conselho Municipal de Educação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/02/2026, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a Proposta de Nomeação da Comissão Municipal de Educação, conforme proposto.”**

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Nomeação da Comissão Municipal de Educação.**

#### 4.8 - Autorização para abertura do procedimento para a concessão do direito de exploração do Bar do Auditório Municipal do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/02/2026, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme proposto:**

- 1. A autorização da abertura do respetivo concurso público, na sua atual redação;**
- 2. A celebração do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Bar do Auditório Municipal;**
- 3. A aprovação da proposta apresentada de composição do júri, bem como as condições gerais do mesmo.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveitava para colocar uma questão, houve denúncia dos contratos, os contratos caducaram ou o que é que se passou? E queria também saber se quem denunciou o contrato poderá depois concorrer novamente. Podemos ter acesso à fundamentação da renúncia ao contrato? Poder-nos-á facultar essa informação? Coloco esta questão já para este ponto e para o próximo. Se nos puderem fazer chegar as razões que levaram à renúncia do contrato, gostaríamos de conhecer os motivos.

Pergunto isto porque, se alguém renuncia a um contrato, é porque não o quer continuar a cumprir. Se, posteriormente, surgir um novo concurso e essa mesma pessoa ou entidade voltar a concorrer, poderemos subentender que lhe foram melhoradas algumas condições enquanto operador económico e que passou a ter interesse em concorrer novamente. Portanto, gostaríamos de saber quais foram os fundamentos que estiveram na base da renúncia e se é possível termos acesso a esses documentos.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Caro Deputado *António Martins*, as pessoas têm o direito de mudar de opinião, certo? Não está aqui nada escondido, é tudo transparente. Podemos dar acesso ao processo que foi denunciado e, no meu entender, o facto de alguém hoje denunciar um contrato não significa que amanhã não possa voltar a concorrer a um novo contrato. Não estou a dizer que o vá fazer; apenas quero salvaguardar que isso é possível, seja quem for a entidade. Se o vai fazer ou não, logo se verá, mas daremos toda a informação, sem qualquer margem para dúvidas. Aliás, tudo o que se passa no âmbito municipal é transparente; basta solicitar, não há nada a esconder.

O que estamos aqui a aprovar, é a abertura de um novo concurso. A questão de saber porque é que o anterior foi denunciado é outra matéria.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só queria que respeitasse aquilo que nós lhe estamos a pedir. É só isso. Pedimos-lhe apenas que, na minha opinião, a informação que aqui vem podia vir acompanhada dessa renúncia. Olhe, alguém renunciou por causa destes motivos e eu até lhe vou pôr a questão de outra maneira. Porquê? Vai-se abrir um novo concurso e nós, como temos esta obrigação de ir fiscalizando, ir vendo, ir pedindo, podemos até dar um contributo para a elaboração do caderno de encargos, por exemplo, para acautelar alguma coisa. Não é nada demais. Portanto, se é legítimo podemos pedir isto, é o que lhe estou a pedir. Se nos puder fazer chegar essa informação, eu agradeço.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já dissemos que sim e essa última parte parece-me toda muito importante, que é o que tem faltado muitas vezes: participação, colaboração positiva, não estarmos só a dizer “não”, estar aqui dizer assim que podemos propor melhorias. Eu acho que isso é o que faz sentido nesta Assembleia, não é? Não é estarmos à procura do erro só para o apontar; é estarmos à procura de soluções para evitar os erros.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu também penso que, quando se denuncia um contrato, não há condições para a exploração, neste caso. Isto não invalida que, no novo contrato, haja alteração de condições e que o mesmo indivíduo ou a mesma empresa possa concorrer. Não sei se há aqui alguém de direito que poderá dizer, no Código Civil ou no Código Comercial, se isso implica algum problema. Não me parece.

Pedia à Senhora Deputada Municipal *Marisa Aranda*, opinião como jurista, não custa nada esclarecer.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não sou jurista da Câmara, não escolhi ser jurista da Câmara e nunca serei jurista da Câmara. Não é agora, enquanto Deputada Municipal, que eu venho fazer esse favor à Câmara.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado. Acho que não a ofendi com o meu pedido. Acho que não, mas era apenas uma opinião. De qualquer modo, obrigado por isso.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar:

1. A autorização da abertura do respetivo concurso público, na sua atual redação;
2. A celebração do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Bar do Auditório Municipal;
3. A aprovação da proposta apresentada de composição do júri, bem como as condições gerais do mesmo.

#### 4.9 - Autorização para abertura do procedimento para a concessão do direito de exploração e instalação de Máquinas de Vending *Self-Service*.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/02/2026, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme proposto:

1. A autorização para abertura do respetivo concurso público, na sua atual redação;
2. A celebração do correspondente contrato de concessão do direito de exploração das Máquinas de *Vending Self-Service*;
3. A aprovação da proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo.”

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar:

1. A autorização para abertura do respetivo concurso público, na sua atual redação;
2. A celebração do correspondente contrato de concessão do direito de exploração das Máquinas de *Vending Self-Service*;
3. A aprovação da proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo.”

#### 4.10 - Declaração Alínea b), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 82/2012.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/02/2026, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A declaração hoje apresentada informa que o Município de Mirandela não tem pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2025, nos termos da lei dos compromissos. Registamos esse facto como muito positivo. Contudo, a mesma documentação revela que o município tem cerca de um milhão de euros em recebimentos em atraso, distribuídos por 4.339 registos. É aqui que importa ir além da formalidade e até da legalidade. Não ter pagamentos em atraso é importante, mas ter quase um milhão de euros por cobrar também é um sinal que merece reflexão.

Qual é a taxa de cobrança efetiva destes valores? Faço esta pergunta no sentido de, caso não tenha a resposta agora, pode fornecê-la depois à Assembleia, podendo ser na próxima reunião. Qual é a antiguidade média da dívida? Que percentagem destes montantes é considerada de difícil cobrança? Que ações estão em curso para a recuperação? Constatamos ainda que existem registos com vários anos de antiguidade. Isso levanta dúvidas legítimas sobre a eficácia dos mecanismos de cobrança, o risco de prescrição, que é dinheiro de todos nós, e o impacto real na sustentabilidade financeira do município. Não se pode dar ao luxo de virar as costas a 1 milhão de euros.

É igualmente essencial garantir rigor e eficácia no lado da receita, porque uma autarquia financeiramente equilibrada não é apenas aquela que não deve, é também a que sabe cobrar e consegue cobrar. Defendemos, por isso, que seja trazido a esta Assembleia, via Mesa da Assembleia, um relatório detalhado sobre a antiguidade da dívida, o plano de recuperação da receita, o reforço dos mecanismos de cobrança coerciva, quando legalmente admissível, e que seja dado conhecimento à assembleia de uma monitorização semestral desta matéria. Que venha na informação do senhor presidente um ponto sobre esta situação.

Agora, sem pôr em causa o regime de proteção de dados, nós, Deputados, assinamos um compromisso de honra à Assembleia Municipal. Não sei se é possível aquilo que estou a solicitar, mas estou convencido de que sim: temos o direito à informação sobre quem são os devedores. Irei informar-me se efetivamente temos direito a essa informação ou não, porque nesta dívida pode haver débitos de 5 ou 10 euros, como cobrança de água ou outros serviços, mas certamente há também dívidas de milhares de euros. Eu, que aqui represento quem votou em mim, e os outros deputados que representam os seus eleitores, temos o direito de saber quem são essas pessoas, por que não lhes é cobrada a dívida e por que não são desencadeados os mecanismos de cobrança coerciva, sabendo que hoje, com processos de injunção relativamente rápidos, a cobrança não é difícil, queira o município deseje fazê-lo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Presidente, agradeço uma resposta, se possível; se tiver cá dados, senão reenvia-nos posteriormente.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Naturalmente, o nível de informação que é solicitável não tenho aqui ao meu alcance para fornecer. Apenas para refletir sobre quem quiser pensar e quem votou contra: estávamos aqui a procurar que essas contraordenações, pudessem passar por outro lado, permitindo mais trabalho e tempo para atuar em outros níveis. Estamos a falar de recebimento, e quando todos estamos preocupados com estes valores em atraso, os valores das contraordenações, cuja transferência de competências foi hoje reprovada, também deviam merecer atenção e não estiveram. Foi este plenário que o reprovou, e isso também devia ser motivo de preocupação. Sei que alguns irão para casa com problema de consciência por terem reprovado isso, porque essa verba também se destina ao município. Portanto, não é só isto.

O valor das contraordenações também é devido ao município, muito a sério, e não é menos do que os valores anteriormente mencionados. Não temos capacidade imediata para transformar essa receita, mas enviarei essa informação: quanto, como foi contabilizado, quantas contraordenações existem, e vocês poderão concluir que, talvez, tenha havido uma decisão política errada que de alguma forma contribuiu para a operação do erário público municipal. Isto é apenas um considerando, devido à situação específica, pois também se trata de dívida.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo a concordar com o Senhor Presidente. Não tenho problema nenhum em dizê-lo. Mas estas coisas, quando vêm aqui, têm que nos ser apresentadas com mais informação. O Senhor devia-nos ter dito assim: “*No nosso quadro temos x juristas. Este jurista está alocado a esta divisão, esta, aquela, esta outra e aquela outra.*” Senhor Presidente, eu tenho dúvidas que um jurista não consiga coordenar as contraordenações de estacionamento, mais estes recebimentos que podem passar a coercivos.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se tivesse que fazer só isso, não. Claro que não. Se tivéssemos uma pessoa dedicada apenas a isso, não.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, se a receita é assim tanta, recrute um jurista para o fazer.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando nós podemos fazê-lo gratuitamente? Está bem.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, não creio, não há jantares gratuitos. Sabe bem disso.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há. E sabe que há.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Isto é uma questão que não carece de deliberação. Eu dar-lhe-ia toda a razão naquelas questões que nós temos que deliberar, mas esta não é uma delas. Se a documentação vier posteriormente, acredito que nos vai elucidar e é bom que apareça. Esperamos que o Senhor Presidente nos remeta isso.

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### 4.11 – Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela

----- A Senhora Deputada Municipal *ELIANE ALVES* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O relatório da CPCJ não é mais do que um alerta social. Cada processo ali descrito representa uma criança concreta, uma família concreta, uma fragilidade real. Quando analisamos os números, percebemos que as situações de risco não são residuais, são estruturais. E isso exige mais do que um acompanhamento técnico, exige política pública.

A pergunta que esta Assembleia deve fazer não é apenas quantos processos existem, é esta: o que está o município a fazer para que estes números diminuam? Estamos a investir suficientemente na prevenção? Estamos a reforçar equipas técnicas? Estamos a atuar nas causas da pobreza, exclusão e fragilidade familiar ou apenas nas consequências? Porque proteger crianças não é competência exclusiva da CPCJ, é uma responsabilidade coletiva e uma responsabilidade política.

Se temos margem orçamental, se incorporarmos saldos de milhões, então devemos ter também uma ambição social. A infância não pode ser uma nota de rodapé no orçamento deste Executivo.

----- A Senhora Deputada Municipal *SANDRA GRILO* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só venho aqui enaltecer o trabalho que tem sido feito pela CPCJ. Tenho acompanhado alguns eventos, algumas atividades e todo o trabalho que é realizado pela Presidente, *Matilde Machado*, da CPCJ, deve ser enaltificado. Ela faz essa prevenção, faz a sensibilização com ações de formação e tem sido incansável.

De facto, a minha vinda aqui é também deixar uma nota, porque só houve uma intervenção para falar da CPCJ e isso deixa-me um bocadinho triste. Sei que a hora já vai longa, mas a CPCJ é um departamento, muito importante no nosso concelho e que deve ser acarinhado por todos, e devemos todos fazer parte desta prevenção. Como dizia a Deputada anterior, só quero deixar essa nota e enaltecer o trabalho que é feito na CPCJ.

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### 4.12 – Discussão e Deliberação sobre as Comemorações do 25 de Abril em Assembleia Municipal, no presente mandato.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Este ponto foi colocado por iniciativa da Mesa, depois de ouvida a Comissão Permanente, e eu queria que lhe dessem alguma atenção. O ponto é a discussão e deliberação sobre as Comemorações do 25 de Abril em Assembleia Municipal no presente mandato.

Eu, de 2017 a 2021, ocupava este lugar e nunca fiz nenhuma reunião extraordinária para o 25 de Abril, porque tinha sérias dúvidas da legalidade de uma reunião extraordinária para as Comemorações do 25 de Abril. Entretanto, nunca parei de estudar o assunto, ver pareceres e, de facto, a ambiguidade é enorme.

Entretanto, de 2021 a 2025, fizeram as comemorações com uma reunião extraordinária. É claro que, para mim, parece-me de todo positivo haver uma Sessão Solene da Assembleia Municipal neste dia marcante. Se a fizermos sem uma reunião extraordinária, estou convencido, e por aquilo que temos visto, mesmo em reuniões plenárias como hoje, com tantas faltas, de que não teremos aqui presentes os nossos Deputados Municipais.

Mas eu não quero decidir sozinho, quero o vosso parecer sobre o assunto: fazer uma reunião extraordinária com um ponto apenas, que é a celebração ou as Comemorações do 25 de Abril, com a intervenção do público e com a intervenção, à partida, dos Líderes das Bancadas Municipais, mas que não vai impedir qualquer outro Deputado Municipal de intervir, lógico, embora programemos isto de uma forma a que representantes de cada bancada façam uma intervenção profunda sobre as comemorações, tal como o presidente da Câmara e eu próprio.

É isso que vos proponho. Tenho o vosso aval para fazer uma Assembleia Extraordinária para as Comemorações do 25 de Abril?

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, oito abstenções e um voto contra, efetuar uma Sessão Extraordinária para celebrar as Comemorações do 25 de Abril durante o mandato de 2025-2029.**

----- A Senhora Deputada Municipal *Filipa Cerqueira* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

“Declaração de voto

Votei contra, efetivamente acho que o dia merece ser celebrado, merece que nos juntemos, obviamente que sim, mas acho que não deve ser numa sessão extraordinária, acho que o dia não se coaduna com o pagamento sequer de uma senha. Preferia que essa celebração fosse feita com uma celebração solene e não com uma sessão extraordinária.”

### Outros Assuntos de Interesse para o Município

## 5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Durante esta Sessão da Assembleia Municipal temos discutido sobre reorganização interna dos serviços do município, delegação de competências, novos investimentos, novos desafios administrativos com informações de reuniões com o Senhor Presidente, Equipas Multidisciplinares e outros. Eu sei, estou sempre nas Equipas Multidisciplinares, mas isto faz-me mesmo muita confusão.

Há uma pergunta que não pode continuar por responder, Senhor Presidente, qual é o modelo de desenvolvimento que estamos a construir para Mirandela nos próximos quatro anos? Que estratégia temos afinal, para fixar jovens no concelho, atrair investimento sustentável, garantir que todas as freguesias do nosso concelho tenham oportunidades equilibradas de desenvolvimento e acesso a serviços públicos de qualidade, adaptar o concelho às exigências ambientais? Qual é a estratégia integrada do Município para posicionar Mirandela como destino turístico diferenciado e competitivo nos próximos quatro anos? Qual é a estratégia deste Município para reforçar a competitividade da agricultura local e dinamizar o comércio tradicional, integrando-os numa lógica de desenvolvimento económico sustentável?

Gerir o presente é necessário, mas governar não é apenas isso, é também preparar o futuro. O que sentimos muitas vezes, pelo menos eu sinto, é que vamos reagindo às circunstâncias em vez de liderar com rumo. Mirandela precisa de planeamento estratégico com metas mensuráveis, indicadores públicos de execução, avaliação regular das políticas municipais e um compromisso transversal com prioridades estruturantes. Não basta executar projetos, é preciso saber onde queremos chegar.

Num tempo de Fundos Comunitários, descentralização e transformação económica, o maior risco não é errar, é não ter direção. Mirandela precisa de visão, de método e de liderança preparada para os desafios do futuro.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Isto é de interesse municipal porque, um Voto de Qualidade como aquele de que eu fiz uso há pouco tempo, não é tomado de ânimo leve, eu podia ter feito uma Declaração de Voto, mas quero ser um pouco mais abrangente e vou-vos dizer porque é que tomei essa posição, porque um voto de qualidade altera uma coisa muito importante na estrutura do Município.

Eu votei sempre e vou continuar a votar durante toda a minha vida em consciência. Não foi uma decisão política, não foi, até porque, se repararem, pouco antes houve um ponto que não passou aqui e eu absteve-me. Eu votei a favor porque já tinha votado, naturalmente que não podia, ao usar o voto de qualidade, votar de outra forma.

Espero que me entendam e que entendam essencialmente, que não é um voto com uma inclinação política, um voto para de facto, passar por cima de todos vós. Foi um voto de consciência que não podia tomar de outra forma. Agradeço mesmo que me compreendam.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda bem, provavelmente que o fez, porque aquilo que o Senhor Presidente disse muda substancialmente aquilo que eu ali disse relativamente ao incremento da despesa, mas o que eu queria aqui dizer era que se preparassem estes pontos, porque eu parti de uma premissa de um concurso externo, quando se parte de uma premissa de um concurso externo, parte-se da ideia de que se podem recrutar 13 pessoas para uma massa salarial que não estavam no Município, ou seja, iriam acrescer mais 13 pessoas à massa salarial do Município.

Quando eles já estão no Município e as posições remuneratórias deles já são o quarto escalão, o quinto escalão, há-de haver pessoas que não têm acréscimo nenhum na massa salarial e eu tenho que o dizer com justiça, mas então preparem-se estas coisas de outra forma, dizer-se que “são recrutados entre as pessoas que estão no município e que a massa salarial mais baixa e a massa salarial mais alta das pessoas que têm condições para ocupar estes lugares tem uma variação de X e no máximo pode haver aqui um incremento de Y” e a realidade ia ser bem diferente e então sabemos o que estamos a votar, estou certo de que a votação teria sido outra. Agora, quando se peca por omissão na informação que nos é dada, ficamos aqui como “tonto no meio da ponte”, desculpem a expressão.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Compreendo perfeitamente, estamos sempre a aprender. A coisa mais fácil que eu tenho é a capacidade de aprendizagem e de me reorganizar imediatamente. Eu concordo com uma coisa que disse, devíamos ter preparado melhor, fã-lo-emos, mas todos nós devemos ter esta capacidade de autoconsciência e percebermos que, por vezes não estamos a tomar a melhor atitude.

Eu, há pouco quando disse que tomaram uma má decisão e que não vão com a consciência tranquila, por terem votado contra um determinado ponto, continuo a achar que era um ato de gestão claríssimo, puro, para captar receita para o Município, continuo a achar isso, mas esta é a minha opinião, não passou, paciência. Voltaremos a trazer o assunto mais reforçado.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, o meu voto foi totalmente esclarecido, eu não tive qualquer dúvida quando analisei a documentação, percebi perfeitamente o que está em causa, não concordo com ela e não sinto que tenha que justificar, não sinto que haja nada para justificar. Acho que nós estamos aqui para discutir e para trocar opiniões, o meu voto continuará a ser exatamente igual, mesmo depois de o Deputado Municipal *Rui Sá* se ter pronunciado.

Continuo a achar que é errado e por isso também acho que o Senhor Presidente da Mesa não se devia ter justificado, exerceu aquele que é o seu direito, fê-lo, está feito, não tem que se justificar perante nós, tem que assumir os seus atos.

Continuo é a dizer que o procedimento relativamente ao que está a acontecer nas entradas e nas saídas e a forma como é escolhida o elencar os pontos da Ordem de Trabalhos, é que tem que ser revisto. Eu acho, Senhor Presidente, que para que as coisas comecem a correr melhor, se calhar temos que rever efetivamente o Regimento, porque alguma coisa não está a correr bem.

Só mais uma coisa e perdeu-se imenso tempo no início, Antes da Ordem de Trabalhos e o Senhor Presidente da Mesa, peço desculpa, volto a dizer, com todo o respeito que merece e olhe que é muito, não se preocupou tanto assim, porque perdemos imenso tempo para trás e para a frente, moção votada, moção não votada, mais uma moção, menos uma moção, depois explicamos mais uma coisa, explicamos menos uma coisa, com toda a clareza, só aqui nas Assembleias, do Senhor Presidente da Câmara e depois claro, estamos aqui até às 20hrs, eu por acaso posso, sou profissional liberal, não tenho filhos, estou totalmente à vontade e além disso, acho que também é nossa responsabilidade e obrigação estarmos aqui, com senhas ou sem senhas, é esse o nosso papel, foi para isso que nós fomos eleitos e é isso que temos que fazer.

Eu não sinto necessidade de justificar nada aqui, eu sinto necessidade de questionar e de receber informação, agora, não tenho que concordar sempre, nem tenho que discordar sempre e atenção, a minha consciência está totalmente livre e totalmente desprendida do que quer que seja, portanto, os meus votos são sempre em consciência e em total liberdade, sem peso de consciência. Sempre assim foi, sempre assim vai ser.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado e diz muito bem, está aqui para questionar e de que maneira, com o tempo que usou e que realmente ocupou neste Plenário, foi talvez das pessoas que ocupou mais tempo, mas é legítimo, como é legítimo, Senhora Deputada, tudo o resto, as interpelações à Mesa, o direito de resposta, nada daquilo que se praticou hoje aqui é ilegal, nada.

A única questão e não falamos de ilegalidade, falamos de ética, são de facto pessoas que se ausentam demasiado tempo, mas que têm que ir à casa de banho, outras dão outra justificação, que alguém me ensine a ultrapassar isso.

O meu objetivo, desde sempre, é ser melhor que ontem aqui, fazer melhor que ontem e tento fazê-lo, não é fazer melhor que alguém, é fazer melhor e há de facto, barreiras que às vezes são muito difíceis de transpor, é fácil de facto questionar, difícil é gerir.

Eu tento dar o meu melhor nesse campo e eu só posso rebater naquilo que fere a lei e aquilo que fere o Regimento, o resto, vamos ser concretos e objetivos, tudo aquilo que se passou hoje neste tempo todo, está dentro da nossa legalidade, daquilo que é o nosso trabalho.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PIRES* (CH) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, é assim, como faz inicialmente a chamada de presença, começa a fazer no fim a chamada de presença também. É fácil, é simples, faz a chamada da presença logo de manhã, quando iniciamos a Assembleia e no fim torna a fazer a chamada de presença. Quem estiver recebe, quem não estiver não recebe.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Depois das 19 horas é legítimo quem tiver que se ausentar porque tem a vida programada, tem justificação, mas o Apoio aos Órgãos Municipais fez essa auscultação há meia hora, nós não podemos estar a fazer essa triagem 10 vezes por dia, agora acreditem numa coisa, há gente que vai ficar penalizada com isto, aliás, já toda a gente estava avisada e vai haver gente que se ausentou demasiado tempo, que não esteve nas votações e vai ser devidamente penalizada por isso.

Acho que demos um grande passo por dois sentidos, um é que as pessoas estão aqui por amor à sua terra, ninguém está aqui por uma senha e isto é um sacrifício enorme para todos, que eu agradeço, eu também o tenho. Segundo, eu nem sequer sei bem se, quando um Plenário passa a reunião para o dia seguinte, há vários pareceres sobre se é pago ou não, mas imaginemos que tem que ser pago, nós acabamos de poupar ao erário público cerca de 7 mil euros, portanto, eu estou-vos grato por terem aberto essa possibilidade e por termos concluído.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Não houve qualquer intervenção por parte do público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Damos por encerrada a sessão. Muito obrigado pelo vosso sacrifício e pela vossa colaboração, até à próxima.

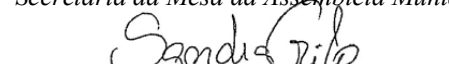
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelas Senhoras Secretárias.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas.

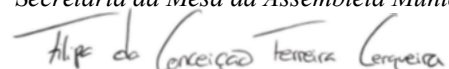
O Presidente da Assembleia Municipal;

  
Luís Augusto de Melo Guimarães

A 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;

  
Sandra Maria Fernandes Grilo

A 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;

  
Filipa da Conceição Ferreira Cerqueira